UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

CARLA DA SILVA LIMA

Aspectos discursivos da constituição da autoria em resenhas acadêmicas

UBERLÂNDIA – MG
2008

CARLA DA SILVA LIMA

Aspectos discursivos da constituição da autoria em resenhas acadêmicas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Lingüística, Curso de Mestrado em Lingüística, do Instituto de Letras e Lingüística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Área de concentração: Estudos em Lingüística e Lingüística Aplicada

Orientadora: Profª. Drª. Fernanda Mussalim Guimarães Lemos Silveira

UBERLÂNDIA - MG

2008

FICHA CATALOGRÁFICA

L732a Lima, Carla da Silva, 1973-
Aspectos discursivos da constituição da autoria em resenhas aca-
dêmicas / Carla da Silva Lima. - Uberlândia, 2008.
125 f.
Orientadora: Fernanda Mussalim Guimarães Lemos Silveira.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Lingüística.
Inclui bibliografia.
1.Análise do discurso - Teses. I. Silveira, Fernanda Mussalim
Guimarães Lemos. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa
de Pós-Graduacão em Lingüística. III. Título.

CDU: 801

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação / mg / 01/08

Carla da Silva Lima

Aspectos discursivos da constituição da autoria em resenhas acadêmicas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Lingüística, Curso de Mestrado em Lingüística, do Instituto de Letras e Lingüística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Área de concentração: Estudos em Lingüística e Lingüística Aplicada

Banca Examinadora:

Uberlândia, 26 de fevereiro de 2008

_____

Profª Drª Marina Célia Mendonça – (UNIFRAN)

_____

Prof. Dr. Ernesto Sérgio Bertoldo – (UFU)

_____

Profª Drª Fernanda Mussalim Guimarães Lemos Silveira – (UFU)

À DEUS, Pai Supremo, pela proteção infinita e por todas as oportunidades e recursos que me concede.

Aos meus pais, Genildo e Nilza, por tudo que me permitiram ser e me ajudaram a viver.

AGRADECIMENTOS

A vida é cíclica por natureza e vai renovando-se constantemente. Em cada um dos ciclos pelos quais passamos, somos impregnados de saberes, luzes, experiências...

Mais um ciclo de minha vida está se fechando... Um momento especial, em que não poderia deixar de agradecer a várias pessoas pelas alegrias, dificuldades e diálogos que marcaram meu percurso de pesquisa e de vida. Algumas contribuíram diretamente com a elaboração da dissertação, outras me proporcionaram o apoio e o carinho necessários para que conseguisse concluí-la. A essas pessoas, dedico meu reconhecimento e minha eterna gratidão:

À *Fernanda Mussalim*, pelo profissionalismo e firmeza com que conduziu a orientação deste trabalho, pela formação, pela confiança em trilhar este caminho ao meu lado e, principalmente, pela compreensão diante das inúmeras dificuldades que enfrentei.

À minha família, especialmente a painho e mainha, por compreenderem minha ausência, por me ajudarem a secar as lágrimas de saudade e por me ensinarem, desde muito cedo, a lutar e a dar valor a cada conquista. Obrigada pelo incentivo e pelo amparo de sempre.

Aos meus irmãos, Betinho e Binho, meus grandes amigos e incentivadores, por sempre acreditarem em mim e se fazerem presentes, de forma tão especial, em minha vida.

Aos professores Carmen, Cleudemar, João e Ernesto, que me ajudaram a descortinar novos horizontes, ampliaram e esclareceram fronteiras.

Aos professores que participaram do exame de qualificação e da banca examinadora, *Profª. Marina Célia Mendonça e Prof. Ernesto Sérgio Bertoldo,* pela leitura criteriosa, pelas consistentes sugestões e contribuições que fizeram ao trabalho.

À Rosely, pela presença, pela troca, pelo incentivo e por me ajudar, desde o início, a acreditar que era possível fazer esta "travessia".

À Sônia Matos, a querida Soninha, pelo calor da amizade, pelo carinho e pela fidelidade em todos os momentos, longe ou perto, desde os meus primeiros passos na UESB.

À Deije, por ser para mim um exemplo de esforço, perseverança, alegria e doçura.

À Anna Flora Brunelli, pela delicadeza da atenção e gentileza em ajudar, sempre.

Aos amigos do GPAD e do CED, pela experiência de viver a Análise do Discurso.

A todos os colegas da pós-graduação, pelas discussões teóricas e pelos cafés com pão de queijo, recheados com bom humor. Em especial às amigas Ana Carolina, Kellen e Heloisa, pela atenção, pelo carinho e incentivo; à Sônia Elias, por me acolher com afeto, pela companhia e por me ajudar a perceber a beleza do pôr-do-sol do cerrado mineiro.

Aos amigos Marlúcia e Guilherme, pela gentileza com que me receberam, pelo apoio e atenção em todos os momentos, os quais me proporcionaram gratas recordações da hospitalidade mineira. Sentirei saudades...

À Beatriz, Monisse e Viviani, irmãs do coração, pelo valoroso (re)encontro e por terem cuidado de mim. Especialmente a você, Vivi, por ter sido mais que uma irmã – sem o colo e os puxões de orelha (quando necessário), teria sido mais difícil chegar até aqui.

Aos companheiros de jornada que (re)encontrei no Obreiros do Bem, por terem sido uma verdadeira família pra mim.

Aos funcionários do ILEEL e do MEL, pela gentileza, competência e presteza.

Ao meu bem, *Luís Ramon*, meu céu e meu chão, por tudo...

Aos Amigos Espirituais, especialmente ao meu Anjo da Guarda, por me iluminarem e me ampararem com amor, pondo-me de pé em todos os momentos.

Agradeço também:

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, pelo incentivo à qualificação de seu corpo docente e apoio financeiro.

Aprendimentos

O filósofo Kiekkgaard me ensinou que cultura é o caminho que o homem percorre para se conhecer. Sócrates fez o seu caminho de cultura e ao fim falou que só sabia que não sabia nada. Não tinha as certezas científicas.

Mas que aprendera coisas di-menor com a natureza. Aprendeu que as folhas das árvores servem para nos ensinar a cair sem alardes. Disse que fosse ele um caracol vejetado sobre pedras, ele iria gostar. Iria certamente aprender o idioma que as rãs falam com as águas e ia conversar com as rãs.

E gostasse mais de ensinar que a exuberância maior está nos insetos do que nas paisagens. Seu rosto tinha um lado de ave. Por isso ele podia conhecer todos os pássaros do mundo pelo coração de seus cantos. Estudara nos livros demais. Porém aprendia melhor no ver, no ouvir, no pegar, no provar e no cheirar.

Chegou por vezes de alcançar o sotaque das suas origens. Se admirava de como um grilo sozinho, um só pequeno grilo, podia desmontar os silêncios de uma noite! Eu vivi antigamente com Sócrates, Platão, Aristóteles – esse pessoal. Eles falavam nas aulas: Quem se aproxima das origens se renova. Píndaro falava pra mim que usava todos os fósseis lingüísticos que achava para renovar sua poesia. Os mestres pregavam que o fascínio poético vem das raízes da fala.

Sócrates falava que as expressões mais eróticas são donzelas. E que a Beleza se explica melhor por não haver razão nenhuma nela. O que de mais eu sei sobre Sócrates é que ele viveu uma ascese de mosca.

Manoel de Barros

Memórias inventadas – a segunda infância

RESUMO

Este trabalho tem como principal objetivo caracterizar, a partir de uma perspectiva discursiva, alguns aspectos do processo da constituição da autoria em resenhas acadêmicas publicadas em periódicos científicos da área de Lingüística (*QUALIS A*), especificamente as resenhas publicadas na revista DELTA, na versão digital. Para tanto, iniciamos o trabalho de análise procurando identificar os posicionamentos discursivos que apontavam para diferentes modos de inscrição do sujeito enquanto sujeito-autor no interior do quadro cênico *resenha acadêmica*. Partimos da hipótese de que a autoria é condicionada, regulada pela *cena de enunciação*, particularmente pelo *quadro cênico do discurso*, visto que o sujeito se inscreve na cena englobante acadêmica, mas somente se constitui na função-autor no interior de uma cena genérica. Para proceder à análise das 20 resenhas que compõem o *corpus* desta pesquisa, tomamos como base o dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso de linha francesa, considerando como referência teórica para a questão da autoria as reflexões de Foucault (1969,1971) e Possenti (2001, 2002) e como eixo central das discussões a noção de cena de enunciação formulada por Maingueneau (1997, 2006), particularmente o que ele define como quadro cênico do discurso – a cena englobante e a cena genérica – como referência para a análise da categoria de gênero e de suas coerções sobre os processos de constituição da autoria. Os dados analisados indiciam que o sujeito do discurso se inscreve de diferentes maneiras na cena englobante acadêmica, e estas inscrições produzem diferentes efeitos de autoria, a depender do posicionamento que o resenhista assume em relação ao Outro, posicionamento este que se materializa nos textos, dentre outras maneiras, nas marcas de heterogeneidade mostrada.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Cena de Enunciação; Quadro Cênico do Discurso; Resenhas; Autoria.

ABSTRACT

This paper has as its main goal to characterize, from a discursive perspective, some aspects of the process of authorship constitution in academic reviews published in scientific publications in the Linguistics field (*QUALIS A),* specifically the published reviews in the journal DELTA, in its digital version. To accomplish this, we began the analysis work identifying the discursive positions which pointed to different ways of insertion of the subject while author-subject within the scenic picture *academic review.* We assumed that the authorship is conditioned, regulated by the *enunciation scene*, particularly by the *discourse scenic picture*, as the subject inserts itself in the enclosing academic scene, but it only constitutes itself in the author-function within a generic scene. To proceed to the analysis of the 20 reviews that compound the *corpus* of the research, we took as basis the analytical-theoretical device of the French line Discourse Analysis, considering as theoretical reference to the authorship matter Foucalt's (1969, 1971) and Possenti's (2001, 2002) reflexions and as central axis of the discussions the scene notion of enunciation formulated by Maingueneau (1987, 2006), particularly what he defines as discourse scenic picture – the enclosing scene and the generic scene – as reference to the analysis of the class category and its coercions over the authorship constitution processes. The data analyzed indicate that the subject of the discourse inserts itself in different ways in the enclosing academic scene, and these insertions produce different authorship effects, depending on the position that the reviewer assumes towards the Other, such position materializes itself in the texts, among other ways, on the demonstrated marks of heterogeneity.

Keywords: Discourse Analysis; Enunciation Scene; Discourse Scenic Picture; Reviews; Authorship.

SUMÁRIO

Introdução..... 12

1 CAPÍTULO I: O discurso e a exterioridade na AD..... 17

1. Considerações iniciais..... 17

2. Michel Pêcheux e o discurso: embates e rupturas na construção do objeto da AD..... 18

3. Maingueneau e a tese do primado do interdiscurso..... 29

2 CAPÍTULO II: Sobre as noções de gênero do discurso e autoria..... 36

1. Considerações iniciais..... 36

2. A problemática do gênero do discurso..... 37

2.1 O conceito de gênero do discurso em Bakhtin..... 37

2.2 A noção de gênero do discurso em Maingueneau: em pauta o conceito de cena de enunciação..... 40

3. Considerações sobre as noções de autor e autoria..... 44

3.1 Michel Foucault e a noção de função-autor..... 46

3.2 A noção de indícios de autoria e as contribuições de Possenti..... 50

3.2.1 A heterogeneidade mostrada: modos da presença do *Outro*..... 53

3 CAPÍTULO III: Trajetória da pesquisa: algumas delimitações..... 60

1. Considerações iniciais..... 60

2. Sobre a constituição do *corpus*..... 61

2.1 Procedimentos metodológicos..... 66

3. Modos de inscrição do sujeito no quadro cênico resenha *acadêmica*..... 68

4 CAPÍTULO IV: A constituição da autoria em resenhas acadêmicas..... 78

1. Considerações iniciais..... 78

2. A cena de enunciação: o estatuto dos enunciadores no quadro cênico *resenha acadêmica*..... 79

3. Análises: a questão da heterogeneidade mostrada e sua relação com a constituição da autoria 84

3.1 Algumas conclusões 104

5 Considerações finais..... 108

6 Referências Bibliográficas..... 112

7 Anexos..... 115

INTRODUÇÃO

> *Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo (...) Não haveria, portanto, começo; e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria, antes, ao acaso de seu desenrolar, uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento possível. (Foucault)*

O trabalho que se segue teve início quando fomos surpreendidos por uma inquietação arrebatadora: como identificar a presença do autor nos textos? Intrigados com a questão da autoria e com a noção de *função-autor*, queríamos entender como um sujeito pode ocupar a função-autor e esse desejo nos levou ao encontro da Análise de Discurso de linha francesa, encontro que nos permitiu mergulhar numa teoria cuja vivência proporcionou sentimentos de deslumbramento, admiração, angústia e um certo medo...

O crescente interesse pela temática da autoria foi intenso e motivou-nos a saber sobre o processo do sujeito constituir-se autor em gêneros acadêmicos e os efeitos produzidos em decorrência do funcionamento da autoria no interior do campo acadêmico. O fascínio que sentimos pelo tema apontou a necessidade de trilhar os caminhos gratificantes e instigantes da Análise de Discurso, os quais nos proporcionaram pensar discursivamente sobre a questão. A partir da leitura do texto que é a base filosófica dessa noção – o ensaio de Michel Foucault (1969) *O que é um autor* – sentimo-nos desafiados a pensar sobre os seguintes questionamentos:

> como, segundo que condições e sob que formas, algo como um sujeito pode aparecer na ordem dos discursos? Que lugar pode o sujeito ocupar em cada tipo de discurso, que funções pode exercer e obedecendo a que tipo de regras? Em suma, trata-se de retirar ao sujeito (ou ao seu substituto) o papel de fundamento originário e de o analisar como uma função variável e complexa do discurso. (FOUCAULT, 1969b/1971, p. 69-70)

Assim, inscrevemo-nos no campo teórico da Análise de Discurso francesa, doravante AD, e assumimos, como referência teórica para tratar da questão da autoria, não só as reflexões de Foucault, mas também as de Possenti (2001, 2002) que propõe que se discuta essa noção como alternativa para análise de textos escolares. A proposta de Possenti é formulada a partir do *paradigma indiciário*, pois considera que a autoria se encontra por meio de marcas que funcionam como indícios do trabalho do sujeito com a linguagem. Através dos pressupostos teórico-metodológicos do paradigma indiciário de investigação, apresentado por Ginzburg (1986) no texto "Sinais: raízes de um paradigma indiciário", o autor visualiza a possibilidade de examinar, via pistas, sinais, o processo de constituição da autoria e suas marcas, presentes nos textos produzidos na escola.

O trabalho que iremos apresentar se coloca, em alguma medida, no espaço de discussões, crescente na Análise de Discurso, sobre a constituição da autoria em diferentes tipos de textos[1]. Nosso propósito com a presente pesquisa é poder contribuir, minimamente, com a discussão sobre a noção de autoria na AD, discutindo, especificamente, o processo de constituição da autoria em resenhas acadêmicas. Para esta pesquisa, optamos por trabalhar, especificamente, com as resenhas acadêmicas publicadas em periódicos científicos da área de Lingüística (*QUALIS* A). Selecionamos as resenhas publicadas na revista DELTA, na versão digital, das quais, dentre 50 publicadas nessa versão, selecionamos 20 textos. A opção por revistas *QUALIS A* justifica-se pelo fato de esses periódicos serem apontados como referência para o debate científico na área da Lingüística, e a escolha do gênero se justifica por se tratar

[1] Vários pesquisadores têm se debruçado sobre esta questão, a exemplo de Orlandi (2001), que retoma o conceito de autoria tratado por Foucault, tornando-o aplicável a todo e qualquer texto. Ao discutir a relação do sujeito com o texto, a autora interpreta a noção de "função" como "função discursiva", considerando que o autor "é a função que o *eu* assume enquanto produtor de linguagem" (p. 77). Com esse postulado, a autora assume que a função-autor se instaura na medida em que o produtor de linguagem assume a "origem" daquilo que diz/escreve e estabelece subjetiva e ilusoriamente a unidade, coerência, não contradição e fim de um texto.

de uma instância discursiva interessante (pelo menos é o que procuraremos mostrar) para se observar formas de constituição do sujeito-autor no campo acadêmico.

A partir desse material de análise, passamos a refletir sobre a hipótese de que a autoria é condicionada, regulada pelo que Maingueneau (1998, 2006) considera a *cena de enunciação*, particularmente pelo *quadro cênico do discurso* – a cena englobante e a cena genérica. O que estamos assumindo, como ponto de partida para nortear as investigações, é que o sujeito se inscreve na cena englobante acadêmica, mas somente se constitui na função-autor no interior de uma cena genérica. Partiremos, assim, da noção de *cena de enunciação*, tal como proposta pelo autor, basicamente da noção de quadro cênico do discurso (cena englobante+cena genérica), como referência para a análise da categoria de gênero e de suas coerções sobre os processos de constituição da autoria.

Acreditamos que as coerções sócio-históricas, exercidas pelo quadro cênico do discurso, regulam as formas de inscrição do sujeito discursivo, que se inscreve de diferentes maneiras na cena englobante acadêmica. Estas inscrições produzem efeito de autoria a partir do posicionamento que o resenhista assume em relação ao Outro[2], posicionamento que se materializa nos textos, dentre outras maneiras, nas marcas de heterogeneidade mostrada. Estamos trabalhando com a hipótese de que há dois modos distintos do sujeito constituir-se autor nesse quadro cênico e dividimos os textos analisados em dois grupos, de acordo com esses modos de inscrição:

1) o sujeito se inscreve no quadro cênico *resenha acadêmica* sem instaurar uma polêmica aberta com outros posicionamentos do campo.

2) O sujeito se inscreve no quadro cênico *resenha acadêmica* instaurando uma polêmica aberta com outro(s) posicionamento(s) no campo.

---

[2] A noção de Outro assumida neste trabalho é a formulada por Maingueneau e implica a noção de posicionamento, não correspondendo, portanto, ao Outro da teoria lacaniana. Esclareceremos melhor esta questão no decorrer do capítulo I.

Interessa-nos considerar, no interior quadro cênico, o espaço que se abre para um trabalho de autoria e, nesse sentido, analisamos os textos a fim de identificar quais atitudes evidenciam a inscrição do sujeito no discurso e sua constituição enquanto sujeito-autor. No presente trabalho, propomo-nos a investigar a existência de marcas que estejam funcionando como *indícios de autoria* nos textos. Nosso interesse definiu-se pelas categorias discursivas que permitem identificar uma posição enunciativa do sujeito, particularmente pelas categorias apresentadas no trabalho de Jaqueline Authier-Revuz (1990, 1998, 2004) sobre as *heterogeneidades enunciativas*, do qual selecionamos as formas do discurso relatado e das aspas de conotação autonímica como "lugar" privilegiado de onde se pode verificar modos de posicionamento do sujeito discursivo em relação ao Outro (outros posicionamentos) e, nesse sentido, aspectos da constituição desse sujeito enquanto sujeito-autor no interior do quadro cênico *resenha acadêmica*.

Para desenvolvermos a pesquisa, dividimos esta dissertação em quatro capítulos. O primeiro, intitulado *O discurso e a exterioridade na AD*, apresenta algumas das abordagens que privilegiam o interdiscurso, as quais diferem tanto em suas formulações, como em seus objetivos. O propósito é identificar como a relação exterioridade/discurso pode ser melhor compreendida se analisada à luz do processo de transformação na concepção do objeto de análise da AD, bem como justificar a nossa opção em trabalhar a partir do postulado do primado do interdiscurso, formulado por Maingueneau (1997, 2005).

O capítulo II, *Sobre as noções de gênero de discurso e autoria,* define os pressupostos teóricos e os autores em que nos apoiamos para delimitar o tema e desenvolver as análises. Iniciamos apresentando a noção de gênero de discurso, tal como formulada por Mikhail Bakhtin, para em seguida apresentar algumas das contribuições teórico-analíticas do trabalho de Dominique Maingueneau (2001, 2006) em relação a esta questão, re-elaborada no interior da AD, por esse autor, a partir do conceito de cena de enunciação. No

desenvolvimento, este capítulo trata da noção de autoria na Análise do Discurso, considerando as contribuições dos trabalhos de Michel Foucault (1969) e Sírio Possenti (2001, 2002). A última seção do capítulo faz uma breve apresentação do trabalho de Authier-Revuz sobre o discurso relatado e aspas de conotação autonímica, categorias apontadas por Possenti (2002) como indícios de autoria.

O capítulo III apresenta o caminho que percorremos para a constituição do *corpus,* a definição dos procedimentos metodológicos, da questão de pesquisa e da hipótese, a partir dos quais tecemos considerações sobre algumas das coerções exercidas pela cena englobante acadêmica e pela cena genérica resenha – pelo quadro cênico *resenha acadêmica* – sobre o processo de constituição da autoria. Após a caracterização de aspectos do funcionamento do quadro cênico, o capítulo apresenta a descrição dos diferentes modos de inscrição do sujeito enquanto sujeito-autor no quadro cênico em questão.

Os efeitos decorrentes desses diferentes modos de inscrição foram analisados no capítulo IV – *A constituição da autoria em resenhas acadêmicas* –, quando procedemos à analise discursiva, observando na materialidade discursiva, a partir da heterogeneidade mostrada, o modo como o sujeito posiciona-se em relação ao Outro, assumindo que certas marcas de heterogeneidade funcionam nos textos analisados como indícios da constituição da função-autor no quadro cênico *resenha acadêmica*.

CAPÍTULO I

O DISCURSO E A EXTERIORIDADE NA AD

Afirmar o primado do interdiscurso sobre o discurso constitui uma tomada de posição cujas implicações, finalmente, permanecem muito pouco especificadas. A priori, pode haver várias formas de privilegiar o interdiscurso e não se deve esperar que todas as abordagens sejam semelhantes. (Maingueneau)

1. Considerações iniciais

A relação entre a língua e o que é considerado como seu "exterior" vem sendo alvo de muitas discussões nos estudos sobre a linguagem. Analisada por diferentes correntes teóricas da Lingüística, a questão vem recebendo tratamento variado em diversas disciplinas. Neste capítulo, pretendemos apresentar algumas considerações sobre o modo como esta questão é considerada no interior da Análise do Discurso de linha francesa, (doravante AD), a partir de um olhar sobre o percurso de constituição do objeto dessa teoria.

Ao constituir o campo teórico da AD francesa, Michel Pêcheux toma como objeto o discurso, definindo-o como um objeto de natureza histórico-ideológica, cuja materialidade se manifesta através da língua. Essa forma de conceber o discurso implica, necessariamente, a impossibilidade de estudá-lo de forma desvinculada de suas condições de produção, de uma exterioridade, portanto, uma vez que os processos que o constituem são histórico-sociais, assim como o são os processos que constituem o(s) sujeito(s) e o(s) sentido(s) de um discurso.

No decorrer do movimento teórico de constituição do campo da AD francesa, privilegia-se cada vez mais essa relação constitutiva, indissociável, do discurso com seu exterior, questão que aparecerá vinculada à problemática da heterogeneidade – e de forma bastante produtiva, à do interdiscurso.

Para os objetivos desse trabalho, consideramos relevante apresentar, mesmo que sumariamente, algumas das abordagens que privilegiam o interdiscurso, as quais diferem tanto em suas formulações, como em seus objetivos. Os deslocamentos provocados por essa noção podem ser melhor compreendidos se analisados à luz do processo de transformação na concepção do objeto de análise da AD. Não pretendemos fazer uma cronologia da Análise do Discurso, mas, tão somente, uma breve retomada dos diferentes momentos teóricos que marcaram a trajetória de Michel Pêcheux, a fim de identificarmos como a relação exterioridade/discurso foi considerada pelo autor.

2 Michel Pêcheux e o discurso: embates e rupturas na construção do objeto da AD

Empreender uma apresentação do pensamento de Michel Pêcheux e do seu percurso na constituição do campo teórico da Análise do Discurso francesa é adentrar por um caminho marcado por embates, rupturas, reconstruções, retificações – tarefa demasiado complexa e extensa, em torno da qual já se debruçou, anteriormente, todo um conjunto de estudiosos do discurso, com a devida competência e legitimidade. Nosso objetivo, bastante modesto, dado os limites impostos pelo presente trabalho, é tão somente identificar as diferentes formulações que a noção de exterioridade recebeu em alguns momentos da trajetória de Pêcheux.

Assim, iniciaremos esse percurso pelo momento em que emerge *Análise Automática do Discurso (AAD-69),* fase identificada por Pêcheux (1983/1997b) como "primeira época", e considerada por Denise Maldidier (2003) como *a aventura teórica*. O projeto teórico que se

inicia encontra seu alicerce na articulação entre a Lingüística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise, emergindo do terreno da epistemologia e da crítica das ciências humanas e sociais. Na busca pela objetividade científica, Pêcheux aponta a necessidade de proposição de um instrumento científico, que sirva de intervenção teórica e prática nas ciências sociais; para isso, apresenta a *teoria do discurso* e um *dispositivo experimental de análise automática do discurso*. Pêcheux defendia que as práticas científicas necessitam de instrumentos, e o dispositivo da análise do discurso tinha justamente o papel de fornecer às ciências sociais um instrumento científico, capaz de tornar sua prática verdadeiramente científica.

A *Análise Automática do Discurso* é "o primeiro modelo de uma máquina de ler que arrancaria a leitura da subjetividade". (MALDIDIER, 2003, p. 21). Inscrita no materialismo histórico, a AAD-69 apresentava um procedimento de leitura que colocava em relação determinadas *condições de produção*, estáveis e homogêneas – concepção central da teoria do discurso nesse momento, que designava o "exterior" do discurso, tudo o que, fora da linguagem, determina o discurso –, com os *processos discursivos* que davam origem aos discursos. O processo discursivo era concebido "como uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma, de tal modo que um sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seus discursos" (PÊCHEUX, 1983/1997b, p. 311).

De acordo com a autocrítica feita pelo próprio Pêcheux, as restrições teórico-metodológicas da análise automática tiveram como efeito "o primado do Mesmo sobre o Outro", visto que a idéia de uma *máquina discursiva fechada sobre si mesma* impedia qualquer reflexão em torno da relação entre discursos. Podemos considerar, portanto, que ainda não havia um interesse bem definido pela questão da exterioridade enunciativa, nesse primeiro momento. A *interdiscursividade* era concebida como uma relação meramente estrutural, em que "o outro da alteridade discursiva 'empírica' é reduzido seja ao mesmo, seja

ao resíduo, pois ele é o fundamento combinatório da identidade de um mesmo processo discursivo" (idem, ibidem p. 313).

Na busca incansável pelo refinamento da teoria, marcada por intensa produção teórica e problematização metodológica, Michel Pêcheux traz para a Análise do Discurso o conceito de *formação discursiva*[3] *(FD)* de Michel Foucault. Essa noção, lugar teórico que torna visível a relação entre Foucault e Pêcheux no interior dos estudos da Análise do Discurso, irrompe em *A Arqueologia do Saber* de Foucault (1969a/2004). Trata-se de uma explicitação teórico-metodológica do método arqueológico, que nasce dos questionamentos feitos às posições teóricas e políticas assumidas por esse autor, principalmente pelos seguidores de Althusser. De acordo com Gregolin (2004)

> A grande questão de base, tanto para Foucault, quanto para os althusserianos era a relação entre a estrutura e a história, ou, mais amplamente, as articulações entre o estruturalismo e o marxismo. Dessas e de outras críticas, resultam na Arqueologia vários reordenamentos, sendo o mais importante deles a aproximação de Foucault com as teses da "nova história". (GREGOLIN, 2004, p.85)

Ainda conforme essa autora, "a discussão do conceito de 'história' e sua relação com o método arqueológico é central em *A Arqueologia do Saber*, e dessa articulação derivam seus principais conceitos ligados à teoria do discurso" (ibiden., p.87). Na formulação dessa teoria, o autor parte da consideração de que os discursos são formados por elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade a priori, ficando ao analista a tarefa de descrever a dispersão, identificando as regras que regem a formação dos discursos. A fim de esclarecer melhor esta questão, Foucault elabora o conceito de formação discursiva como:

---

[3]A noção de formação discursiva postulada por Foucault é fundamental na refacção do quadro teórico da Análise do Discurso francesa na sua segunda e terceira fases, já que, por meio das reconfigurações desse conceito, Pêcheux trabalha a linha tênue entre a regularidade e a instabilidade dos sentidos no discurso. Embora tenha sido de certa forma abandonado no início dos anos 1980, o conceito de FD ainda é visto, por alguns pesquisadores, como bastante operacional nas pesquisas em Análise do Discurso no Brasil. Mas, longe de haver um consenso quanto à operacionalidade teórico-metodológica do conceito, o certo é que as discussões a respeito têm contribuído para uma espécie de balanço crítico do campo da AD.

> um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT 1969a/2004, p. 133).

De acordo com Foucault, uma formação discursiva é um conjunto de enunciados que não se reduzem a objetos lingüísticos, tal como as proposições, atos de fala ou frases. As regras que a determinam apresentam-se como um sistema de relações entre objetos, modalidades enunciativas, conceitos e estratégias, sendo que todos esses elementos caracterizam a formação discursiva em sua singularidade, possibilitando a passagem da dispersão para a regularidade. Nas palavras de Foucault:

> No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção que se trata de uma formação discursiva. (...) Chamaremos de regras de formação as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva. (FOUCAULT, 1969a, p. 43).

Quando Pêcheux, entretanto, discute a noção de formação discursiva na AD, o faz com as devidas re-significações, reinterpretando-a à luz do marxismo althusseriano, reconfiguração que se dá de acordo com as questões tanto políticas quanto teóricas que envolviam a faz chamada "crise dos paradigmas marxistas", visto que, para ele, tal noção está relacionada à questão da ideologia e da luta de classes. Em *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1975/1997a), Pêcheux, revendo o posicionamento inicial e reconhecendo as limitações dos procedimentos analíticos da análise automática (AD-1), teoriza mudanças ao reformular o conceito de FD de Foucault como "aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)" (PÊCHEUX, 1975/1997a, p. 160, grifos do autor).

Reafirmando sua vinculação com as propostas althusserianas, Pêcheux faz a reformulação da noção de FD entrelaçando-a à noção de formação ideológica, a partir da tese do assujeitamento. De maneira esquemática, podemos considerar como formação ideológica as representações ou conjuntos de valores que fornecem as condições sócio-históricas para que as formações discursivas interpelem o indivíduo em sujeito, colocando-o em certa posição, a partir da qual o(s) sentido(s) são produzidos. Segundo Pêcheux, isso equivale a afirmar que

> as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas: [...] os indivíduos são "interpelados" em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam "na linguagem" as formações ideológicas que lhes são correspondentes. (PÊCHEUX, 1975/1997a, p.160-161).

Assim, a constituição do sujeito do discurso envolve um processo de identificação visto que "a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)" (ibidem., p.163). Estas formulações parecem indicar que, no quadro teórico da Análise do Discurso formulado por Michel Pêcheux, diferentemente do que ocorre n'*A Arqueologia do Saber* de Foucault, não só é possível falar em ideologia, como é ela, juntamente com a inscrição do sujeito numa posição de classe, que é tomada como princípio organizador da formação discursiva.

Essa mudança na orientação teórica desencadeia reconstruções decisivas para a AD. A noção de máquina estrutural fechada, característica da fase anterior, começa a ser abandonada, abrindo, assim, o caminho para a proposição do conceito de *interdiscurso*, uma vez que o objeto de análise passa a ser, nesse momento, "as relações entre as máquinas discursivas". Tais relações implicam para o analista o trabalho de definir a identidade discursiva, estabelecendo as regras de formação de cada FD, a fim de determinar seu interior em relação ao exterior.

> a noção de *formação discursiva* começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada na medida em que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu "exterior": uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente " invadida" por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhes suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo sob a forma de "preconstruídos" e "discursos transversos"). (PÊCHEUX, 1983/1997b, p. 314)

Assim, a incorporação – e reconfiguração da noção de FD à luz do materialismo histórico – produz uma mudança substancial em relação à concepção de discurso e de *corpus*. À idéia inicial de condições históricas de produção do discurso, consideradas estáveis e homogêneas num primeiro momento, sobrepõe-se a tese de que "toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao 'todo complexo com dominante' das formações discursivas, intricado no complexo das formações ideológicas." (PÊCHEUX, 1975/1997a, p. 162). Mais adiante, o autor especifica melhor esta formulação propondo "chamar interdiscurso a esse 'todo complexo com dominante' das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que (...) caracteriza o complexo das formações ideológicas." (idem, ibidem, p. 162). Nessa fase, pois, a proposta de Pêcheux é a de (re)configurar as práticas da AD, deslocando a análise para a noção de interdiscurso, a fim de fazer operar a relação inter/intradiscurso através do estudo da seqüencialidade. Se, inicialmente, a AD privilegiava o Mesmo, concebido como repetição referida a um domínio de memória, agora era necessário repensar as relações do Mesmo e do Outro, trabalhando a heterogeneidade.

Entretanto, mesmo tendo desencadeado a falência da homogeneidade do *corpus*, a noção de interdiscurso – introduzida para designar "'o exterior específico' de uma FD enquanto este irrompe nesta FD para constituí-la em lugar de evidência discursiva" (PÊCHEUX, 1983/1997b, p. 314) – não é suficiente para romper com o fechamento da maquinaria, uma vez que a identidade da FD se mantém independentemente do fato de ser atravessada por outros discursos. Apesar do exterior discursivo passar, de alguma forma, a ser

considerado; apesar de se admitir a presença do "outro" na constituição da FD, a separação interior/exterior é preservada, visto que a análise ainda está centrada no discurso (ou na Formação Discursiva) em si.

Courtine (1981) contribui, decisivamente, com esse movimento de reformulação teórica, ao empreender uma discussão que objetiva refletir sobre o uso que é feito do conceito de FD nos trabalhos de Michel Pêcheux tanto no nível teórico, quanto no das práticas de análise, bem como ao mostrar as contribuições que a noção foucaultiana de FD poderia trazer – a partir da idéia de dispersão – no sentido de eliminar o problema da homogeneidade na constituição dos *corpora* discursivo em Análise do Discurso[4].

Pode-se, pois, observar, a partir dos textos de Pêcheux e Courtine, que, no final da década de 1970, há um certo consenso no sentido de conceber o discurso como uma realidade heterogênea em relação a si mesma, com fronteiras que se movem, uma vez que uma FD não consiste em um limite traçado uma vez por todas, separando seu interior de um exterior.

Essas formulações preparam um outro momento, considerado por Maldidier (2003) como a fase da "desconstrução domesticada", em que o quadro teórico da disciplina passa por nova reformulação. A maquinaria discursiva é definitivamente abandonada, a relação interior/exterior de uma FD é repensada em virtude de se assumir o interdiscurso não mais como um exterior, mas como uma presença constitutiva, que estrutura a identidade dos discursos. Fazendo um balanço crítico das primeiras fases da Análise do Discurso, Maingueneau (1984/2005) afirma que:

> Os procedimentos utilizados nessa época visavam a revelar a identidade consigo mesma de cada formação discursiva graças à construção de núcleos de invariância em torno de alguns pontos privilegiados do discurso. Nesse quadro, a relação com as outras formações discursivas não podia ser pensada a não ser segundo o modo espontâneo da justaposição de unidades exteriores umas às outras. O interdiscurso aparecia como um conjunto de relações entre diversos "intradiscursos" compactos. Trata-se, desde então, de subverter essa equivalência entre o exterior do discurso e o interdiscurso, para pensar a presença do interdiscurso no próprio coração do intradiscurso. (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 38)

[4] Alguns pesquisadores da área consideram que foi a partir dessa releitura, feita por Courtine, que a Análise do Discurso se encaminhou, definitivamente, para os estudos da alteridade, da heterogeneidade.

Nesse processo de reconfiguração do objeto de análise, o colóquio "Materialidades Discursivas" [5], ocupa um lugar de destaque. De acordo com Maldidier, o colóquio, marcado por um "processo de desconstrução-reconstrução" da teoria, toma, como uma das questões centrais, a problemática do(s) objeto(s) da Análise do Discurso, colocada em torno do real da língua, da história e do inconsciente. Os trabalhos apresentados apontam para uma maneira nova de trabalhar as questões das materialidades discursivas que se encontram no espaço de confrontação de diferentes disciplinas que se ocupam do discurso: a Lingüística, a História e a Psicanálise. Trata-se de um momento crucial que impõe, decisivamente, o trabalho da lingüísta Jacqueline Authier-Revuz. Faremos algumas incursões no interior da proposta da autora para, posteriormente, retomarmos o trabalho de Pêcheux.

Inscrita no campo específico da lingüística, Authier-Revuz analisa os processos enunciativos sob uma perspectiva que enfoca a presença do *Outro/outro*[6] na enunciação, tematizada a partir do reconhecimento da língua como sistema de diferenças e como espaço de equívoco. Associada à temática da *heterogeneidade*, cujo pressuposto atribui ao sujeito seu descentramento e ao *Outro* um papel primordial no discurso do *Mesmo*, a autora toma a heterogeneidade como fundante – a linguagem é heterogênea em sua constituição –, buscando, a partir de um procedimento, colocar em evidência as rupturas enunciativas no fio do discurso e apresentar os elementos decisivos para o surgimento de um discurso outro no discurso do mesmo.

Em Authier-Revuz (1990, 1998, 2004), a problemática da heterogeneidade é formulada a partir da noção de *heterogeneidades enunciativas,* apresentada como sendo de dois tipos: a *constitutiva* e a *mostrada* (sendo a última marcada ou não marcada). A

---

[5] Esse colóquio foi organizado por Bernard Conein, Jean-Jacques Courtine, Françoise Gadet, Jean-Marie Marandin e Michel Pêcheux e realizado na Universidade Paris X, em Nanterre, entre os dias 24 e 26 de abril de 1980. Os debates foram organizados em torno dos seguintes temas: 1) Objeto da Análise de Discurso; 2) Discurso e História; 3) Discurso e Lógica; 4) Discurso e Lingüística; 5) Discurso e Psicanálise; 6) Discurso, história e língua.

[6] Na perspectiva teórica assumida por Authier-Revuz, o *Outro* refere-se ao inconsciente da teoria lacaniana, enquanto o *outro* corresponde ao interlocutor.

formulação que a autora faz do conceito de heterogeneidade constitutiva permite esclarecer o que ela considera como sendo o plano exterior à Lingüística – e que pretende trazer para o interior de sua proposta:

> Para propor o que chamo de heterogeneidade constitutiva do sujeito e de seu discurso, apoiar-me-ei, de um lado, nos trabalhos que tomam o discurso como produto de interdiscursos ou, em outra palavras, a problemática do dialogismo bakhtiniano; de outro lado, apoiar-me-ei na abordagem do sujeito e de sua relação com a linguagem permitida por Freud e sua releitura por Lacan. (AUTHIER-REVUZ 1990, p. 26)

Pode-se afirmar que a heterogeneidade constitutiva é o pressuposto teórico que sustenta um funcionamento discursivo em que a referência ao que pertence ao *Outro* é de tal forma inseparável do discurso do *Mesmo,* que abordagens estritamente lingüísticas não conseguem apreendê-la em sua totalidade. A autora articula, em sua proposta, o dialogismo do círculo de Bakhtin e a Psicanálise – abordagens que considera como a heterogeneidade teórica própria ao campo enunciativo –, sem, entretanto, rejeitar a especificidade da Lingüística e de seu objeto, a língua. Authier-Revuz trabalha considerando diferentes aspectos desse objeto, uma vez que, "num domínio como o da enunciação, o exterior inevitavelmente retorna implicitamente ao interior da descrição e isto sob a forma 'natural' de reprodução, na análise, das evidências vivenciadas pelos sujeitos falantes quanto a sua atividade de linguagem" (AUTHIER-REVUZ 1990, p. 25).

Para sustentar esse posicionamento teórico, cuja característica central está no questionamento da concepção homogeneizadora da discursividade, Authier-Revuz apoia-se em exteriores teóricos que destituem o sujeito do domínio de seu dizer. Trata-se de uma concepção de subjetividade que vai de encontro à idéia de um *sujeito-origem*, fonte intencional do sentido, para tomar como referência essencial o *sujeito-efeito* – aquele produzido pela linguagem, um sujeito descentrado, dividido, clivado, cuja existência impede a possibilidade de se considerar a transparência da linguagem. Segundo a autora "nesta afirmação de que, **constitutivamente**, no sujeito e no seu discurso está o **Outro**, reencontram-

se as concepções do discurso, da ideologia, e do inconsciente, que as teorias da enunciação não podem, sem riscos para a lingüística, esquecer." (idem, ibidem, p. 29, grifos da autora)

As heterogeneidades constitutiva e mostrada são apresentadas por Authier como processos distintos: o primeiro refere-se "aos processos reais de constituição dum discurso"; o segundo, aos "processos de representação, num discurso, de sua constituição" (AUTHIER-REVUZ, 1990, p.32). Entretanto, a autora destaca que, definindo-os dessa maneira, pode-se incorrer no erro de se pensar numa relação de assimilação ou projeção de um processo no outro. Por isso, esclarece que, apesar de cada um dos processos de heterogeneidade possuir "direito de cidadania", eles não são independentes, sendo "indispensável reconhecer que essas duas ordens de realidade são irredutíveis, mas articuláveis e até mesmo, necessariamente, solidárias" (idem, ibidem, p. 33). Maingueneau (1984/2005, p. 33) posiciona-se a respeito considerando que a heterogeneidade constitutiva "não deixa marcas visíveis: as palavras, os enunciados de outrem não podem ser apreendidos por uma abordagem lingüística *stricto sensu*"; enquanto a heterogeneidade mostrada, por incidir na superfície textual "é acessível aos aparelhos lingüísticos, na medida em que permite apreender seqüências delimitadas que mostram claramente sua alteridade".

Nessa perspectiva de distinção, mas não separação entre as heterogeneidades constitutiva e mostrada, é que Authier-Revuz (1990, p. 26), toma os casos de heterogeneidade mostrada como "formas lingüísticas de representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva do seu discurso". Ela ainda considera a existência de dois tipos de enunciados: aqueles que mostram a heterogeneidade, com marcas explícitas, e aqueles cujas marcas não são mostradas. Como exemplo de heterogeneidade mostrada e marcada, temos as glosas enunciativas, o discurso relatado (formas sintáticas do discurso direto e do discurso indireto), as aspas. Como exemplo de heterogeneidade mostrada,

mas não marcada, temos a ironia, o discurso indireto livre, etc, que contam com o "outro dizer", sem explicitá-lo, para produzir sentidos.

Nosso objetivo em apresentar, ainda que minimamente, aspectos do trabalho de Jacqueline Authier-Revuz é destacar a relevância e a consistência teórica de sua proposta, cujo mérito consiste, dentre outros, em trabalhar com um fato de linguagem que transforma o espaço de compreensão do sujeito, considerado na relação da linguagem com sua exterioridade.

A problemática da heterogeneidade, como já pontuamos, sempre esteve presente no trabalho teórico de Pêcheux, cuja preocupação central, em todas as fases da AD, foi a definição do objeto da disciplina – o discurso. Em Pêcheux (1975/1997a) pode-se perceber a influência desse postulado teórico, formulado em outras bases, por meio da *contradição* e das *falhas da interpelação* ideológica, e mais, explicitamente, na noção de interdiscurso. Mas, é a partir da década de 1980, quando "o primado teórico do *outro* sobre o *mesmo* se acentua" (Pêcheux, 1983/1997b p.315), que o discurso é definitivamente colocado sob o signo da heterogeneidade, proposta tanto como categoria conceitual quanto em relação à construção do *corpus.*

O diálogo com Authier-Revuz é um dos responsáveis pela reformulação, feita por Pêcheux, no modo como a relação língua-discurso vinha sendo tratada na teoria, e pela mudança na maneira de analisar a materialidade discursiva, cujas questões apontavam para o espaço de confrontação da Lingüística, da História e da Psicanálise. Em um de seus últimos textos, *A análise do discurso: três épocas* (1983/1997b), Pêcheux faz uma revisão das fases por que passou a AD e afirma que, na terceira fase, são tematizadas as formas lingüístico-discursivas do "discurso de um outro, colocado em cena pelo sujeito, ou discurso do sujeito se colocando em cena como um outro (...) mas também e sobretudo a insistência de um 'além' interdiscursivo" (PÊCHEUX, 1983/1997b, p. 316-317).

Em outro texto de 1983, considerado como fundamental para a reconfiguração da disciplina nesta terceira fase, – *O Discurso: estrutura ou acontecimento* – esta questão passa a ser tratada sob a perspectiva do equívoco, da opacidade da língua, vinculada à noção de *acontecimento.* Entendendo o discurso como um fenômeno ao mesmo tempo ligado à estrutura e ao acontecimento, Pêcheux propõe a análise de novos objetos, distinguindo dois tipos de discursividades – os universos discursivos logicamente estabilizados (...) e os espaços discursivos não estabilizados logicamente.

> A partir do exemplo de um acontecimento (...), a questão teórica que coloco é, pois, a do estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca (é sim ou não, é x ou y, etc) e formulações irremediavelmente equívocas. (PÊCHEUX, 1983/2002, p.28)

Como pudemos perceber, neste trajeto empreendido por Pêcheux, a questão da exterioridade traz implicações radicais para a definição do objeto de análise da AD. Mas as mudanças não param por aí, e é o que queremos mostrar, a partir de uma outra forma, diferente de Pêcheux, de conceber o interdiscurso, mas que também se inscreve nesse espaço de desdobramentos teóricos no interior da disciplina. Trata-se das formulações de Dominique Maingueneau, que apresenta a possibilidade de novas abordagens discursivas com a *tese do primado do interdiscurso*, a qual assumiremos como pressuposto teórico-metodológico para o desenvolvimento da presente pesquisa.

3. Maingueneau e a tese do primado do interdiscurso

Interessado em avançar na reflexão sobre o estatuto das discursividades, Maingueneau propõe o postulado do primado do interdiscurso. Dialogando com a teoria das heterogeneidades enunciativas e com os estudos desenvolvidos pelo "círculo de Bakhtin", o autor desloca a problemática da heterogeneidade constitutiva da teoria da enunciação, para a

teoria do discurso, tratando-a como uma das formas de relação interdiscursiva. Nessa perspectiva, no interior de uma teoria discursiva, a formulação do primado do interdiscurso leva às últimas conseqüências a noção de alteridade, "que amarra, em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro" (1984/2005, p. 33).

Maingueneau assume o princípio do dialogismo para tratar a relação interdiscursiva como constitutiva, responsável pela identidade dos discursos, justificando que "um discurso não nasce, como geralmente é pretendido, de algum retorno às próprias coisas, ao bom senso, etc., *mas de um trabalho sobre outros discursos*." (MAINGUENEAU, 1987/1997, p. 120). A proposta do autor inscreve-se no prolongamento de uma corrente da Análise do Discurso que busca repensar as relações do Mesmo e do Outro[7], tais como eram vistas na fase inicial da disciplina. Situando-se na perspectiva de uma semântica discursiva, Maingueneau aborda a problemática da gênese dos discursos para mostrar que eles "não se constituem independentemente uns dos outros, para serem, em seguida, postos em relação, mas que eles se formam de maneira regulada no interior de um interdiscurso. Seria a relação interdiscursiva, pois, que estruturaria a identidade" (MAINGUENEAU, 1984/2005, p.21).

Com o objetivo de operacionalizar e especificar a noção de interdiscurso presente em seus trabalhos, o autor afirma que "será preciso tornar menos grosseiro este termo muito vago e substituí-lo por uma tríade: *universo discursivo, campo discursivo, espaço discursivo*. (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 35). Trata-se de uma divisão metodológica que se coloca como uma ferramenta extremamente útil e produtiva para o analista do discurso; por esse motivo apresentaremos mais detalhadamente cada uma das três instâncias.

---

[7] Necessário destacar que o *Outro*, apesar de ser grafado com maiúscula, não é o mesmo da teoria lacaniana; o *Outro*, nas formulações de Maingueneau, refere-se aos posicionamentos interdiscursivos que se constituem no interior de um campo discursivo, como veremos no decorrer do capítulo. "Entende-se que esse 'Outro', com maiúscula, não coincide com seu homônimo lacaniano. Empregamos esse termo porque não encontramos outro melhor. Podemos consolar-nos lembrando que nas ciências humanas não é um homônimo que vai fazer a grande diferença". (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 38)

O domínio mais abrangente, o *universo discursivo*, equivale, de certa maneira, à noção de interdiscurso de Pêcheux. Para Maingueneau, esta instância corresponde "ao conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada" (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 35). Trata-se de um conjunto finito, mas inapreensível na sua totalidade, por causa de sua abrangência, o que o desprovê de qualquer funcionalidade ou utilidade metodológica. Mas é a partir de um dado *universo discursivo* que é possível recortar e delimitar domínios suscetíveis de serem estudados : os *campos discursivos*.

Um campo discursivo é definido pelo autor como "um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo" (idem, ibidem, p. 35). Ao termo *concorrência,* deve-se atribuir uma significação mais abrangente, como afirma o autor: "'concorrência' deve ser entendida da maneira mais ampla; inclui tanto o confronto aberto quanto a aliança, a neutralidade aparente etc... entre discursos que possuem a mesma função social e divergem sobre o modo pelo qual ela deve ser preenchida. Pode-se tratar do campo político, filosófico, dramatúrgico, gramatical etc." (ibidem, p. 36).

Pode-se afirmar, de acordo com Maingueneau, que pensar em termos de *universo discursivo* mostra-se relevante no sentido de que a partir dele nos é possível, como pesquisadores, circunscrever campos discursivos de atuação. No entanto, é importante atentar para o fato de que os campos não são de forma alguma sistemas fechados em si; não definem "zonas insulares". São "apenas uma abstração necessária, que deve permitir abrir múltiplas redes de trocas" (ibidem, p. 36). Além disso, não se trata de delimitações cujas fronteiras são evidentes e naturais, mas que decorrem do trabalho do analista, que define a pertinência desta ou daquela delimitação dentro do *universo discursivo*.

Para o autor, é no interior do campo discursivo que os discursos se constituem, e sua hipótese é que se pode descrever tal constituição observando-se as relações regulares que se

estabelecem entre os discursos. Mas é importante destacar, conforme Maingueneau, que, apesar de haver uma regularidade na formação dos discursos que constituem um campo, não é possível determinar *a priori* os tipos de relações, já que existe uma heterogeneidade determinando a oposição dos discursos entre si em dominantes e dominados, o que faz com que eles não se situem num mesmo plano. Além dessa heterogeneidade, há o fato de um discurso não lidar "integralmente" com seu Outro, mas parcialmente, de maneira específica, com a parte do Outro que é necessário haver-se para que se possa manter a sua identidade. Nesse sentido é que Maingueneau destaca que

> O Mesmo não polemiza a não ser com aquilo que separou à força para constituir-se, e cuja exclusão reitera, explicitamente ou não, através de cada um de seus enunciados. O Outro representa esse duplo cuja existência afeta radicalmente o narcisismo do discurso, ao mesmo tempo em que lhe permite aceder à existência. (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 123)

Com o mesmo propósito funcional, o analista é conduzido a delimitar, dentro do campo, *espaços discursivos*, isto e, "subconjuntos de formações discursivas que o analista julga relevante para seu propósito colocar em relação" (ibidem, p. 37). Os critérios usados para restringir estas redes de relações devem ter por base um conhecimento dos textos e um saber histórico, que antecede a delimitação e que permite construir hipóteses que serão confirmadas ou infirmadas, com o decorrer da pesquisa.

Gostaríamos, antes de prosseguir, de fazer um esclarecimento quanto à definição de formação discursiva, tal como vem sendo empregada por Maingueneau. No prefácio que escreveu à edição brasileira de *Gênese dos Discursos*, o autor reconhece a necessidade de rever alguns pontos da obra e cita, entre esses pontos, *a utilização frouxa da noção de formação discursiva*, propondo que se compreenda a FD como posicionamento forte no interior do campo[8]. O verbete *posicionamento* aparece, por sua vez, assim definido no

[8] Vale ressaltar a diferença existente entre *posição* e *posicionamento* na definição de FD de Pêcheux e Maingueneau. Situado no Materialismo Histórico, Pêcheux trata como *posição* a inscrição do sujeito em uma posição de classe, no espaço da luta de classes, enquanto que para Maingueneau o *posicionamento* define-se no

Dicionário de Análise do Discurso (Charaudeau & Maingueneau, 2004): "trata-se de uma das categorias de base da análise do discurso, que diz respeito à instauração e à conservação de uma *identidade enunciativa*". Neste trabalho, assumimos a noção de posicionamento para falar da inscrição do sujeito no quadro cênico do discurso[9].

A reformulação que Maingueneau empreende do conceito de interdiscurso, coloca em causa o fechamento da identidade discursiva, visto que o primado do interdiscurso pressupõe o descentramento que governa os discursos, evidenciado a partir da idéia de que "a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos" (MAINGUENEAU, 1984/2005, p.21). Defendendo que os fundamentos semânticos – a identidade dos discursos – se definem na relação interdiscursiva, o autor afirma que "reconhecer este tipo de primado do interdiscurso é incitar a construir *um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com seu Outro*" (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 38, grifos do autor).

Importante esclarecer qual o estatuto conferido ao *Outro* por Maingueneau, já que não pode ser considerado como uma espécie de "envelope" do discurso, nem se limitar a qualquer forma de alteridade marcada. Nesta proposta, a relação com o Outro assume um caráter teórico-metodológico, visto que

> No espaço discursivo, o Outro não é nem um fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade exterior; não é necessário que seja localizável por alguma ruptura visível na compacidade do discurso. Encontra-se na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é em momento algum passível de ser considerado sob a figura de uma plenitude autônoma. É o que faz sistematicamente falta a um discurso e lhe permite fechar-se em um todo. É aquela parte de sentido que foi necessário que o discurso sacrificasse para constituir sua identidade. (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 39).

---

interior de um campo discursivo. Por ser um campo interdiscursivo, o sujeito pode inscrever-se em posicionamentos diferentes, a depender de quem seja o seu *Outro*.

[9] No capítulo II apresentaremos a noção de quadro cênico, tal como formulada por Maingueneau e nos capítulos III e IV faremos a análise das formas de inscrição do sujeito, enquanto sujeito-autor, no interior do quadro cênico constituído nesta pesquisa.

Esta perspectiva aponta para a orientação dialógica, constitutiva do funcionamento intradiscursivo, de todo enunciado do discurso, orientação que, segundo o autor, não se limita aos enunciados portadores de citações, "já que o Outro no espaço discursivo não é jamais redutível a uma figura de interlocutor" (idem,ibidem, p. 39). Isto porque a unidade da FD (do posicionamento discursivo no interior do campo) é conseqüência da historicidade dos discursos – a unidade é construída na relação de conflito que estrutura a interação dos diferentes posicionamentos no interior do campo. Esse conflito se materializa no discurso quando "a formação discursiva, ao delimitar a zona do dizível legítimo, atribuiria por isso mesmo ao Outro a zona do interdito, isto é, do dizível errado" (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 39).

Considerando as articulações entre as FD's a partir desse dialogismo, Maingueneau constata que os enunciados devem ser analisados, indissociadamente, tanto em seu "direito" (observando-se a relação com sua própria formação discursiva) quanto em seu "avesso" (face em que se observa a rejeição do discurso do seu Outro). Esse funcionamento decorre de um processo de delimitação recíproca, uma espécie de tradução generalizada, que o autor define como *interincompreesão*. Esse processo consiste no fato de a identidade do discurso se estabelecer a partir da oposição entre dois conjuntos de categorias semânticas: as categorias reivindicadas, a que o autor chama de "positivas", e as categorias recusadas, que ele chama de "negativas". Faz parte da identidade discursiva o mecanismo polêmico com o Outro (o discurso "adversário", o "avesso" constitutivo de todo discurso), uma vez que cada uma das formações discursivas só pode traduzir como "negativas", recusadas, inaceitáveis, as unidades de sentido construídas por seu Outro, e é através dessa rejeição que cada formação discursiva define sua identidade. Conforme o próprio Maingueneau

> A cada posição discursiva se associa um dispositivo que a faz interpretar os enunciados de seu Outro traduzindo-os nas categorias do registro negativo de seu próprio sistema. Em outras palavras, esses enunciados do Outro só são "compreendidos" no interior do fechamento semântico do intérprete; para constituir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o

> Outro como tal, mas somente com o simulacro que constrói dele. (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 103)

Dessa maneira, cada discurso cita o Outro a partir de sua perspectiva, já que a interincompreensão é constitutiva do processo de tradução que organiza a rede semântica dos discursos. Nessa perspectiva, não se pode tratar o sentido como estável no espaço discursivo, visto que a incompreensão decorrente da polêmica se transforma em interincompreensão, o que faz com que "não existam, de um lado, o sentido e, de outro, certos "mal-entendidos' contingentes na comunicação do sentido, mas, num e só movimento, o sentido como mal-entendido" (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 22). Isso significa que a polêmica é constitutiva da relação que um discurso mantém com seu interdiscurso e "necessária porque, sem essa relação com o Outro, sem essa falta que torna possível sua própria completude, a identidade do discurso correria o risco de desfazer-se." (idem, p. 118)

Interessa-nos, para os fins desta pesquisa, a noção de interdiscurso, mais especificamente a noção de *campo discursivo*, uma vez que estamos entendendo que, dentro da multiplicidade de discursos que circulam em uma dada conjuntura, é possível delimitar *campos discursivos*, isto é, conjunto de discursos categorizados de acordo com critérios históricos reivindicados pelo analista. Podemos falar, assim, em campo religioso, campo literário, campo político, campo científico, etc. Nesta pesquisa, falaremos em *campo acadêmico*, cujas práticas discursivas se estruturam a partir de certos gêneros de discurso (artigos, ensaios, papers, resenhas, etc.).

Assumindo também a noção de posicionamento, vamos olhar para o modo como o sujeito se inscreve no campo acadêmico, a fim de observar como se define a identidade de sujeito-autor neste campo, levando em consideração os lugares e modos de inscrição que se delimitam reciprocamente. Para tanto, apresentaremos, no capítulo seguinte, as outras noções que sustentam os encaminhamentos desta pesquisa, a fim de explicitar o percurso teórico empreendido ao longo deste trabalho, bem como justificar as análises que desenvolvemos.

CAPÍTULO II

SOBRE AS NOÇÕES DE GÊNERO DO DISCURSO E AUTORIA

O discurso, bem menos do que um ponto de vista, é uma organização de restrições que regulam uma atividade específica. A enunciação não é uma cena ilusória onde seriam ditos conteúdos elaborados em outro lugar, mas um dispositivo constitutivo da construção do sentido e dos sujeitos que aí se reconhecem. (Maingueneau)

1. Considerações iniciais

Considerando que o objetivo dessa pesquisa é refletir sobre como um sujeito se constitui sujeito-autor no campo acadêmico, por meio da inscrição no gênero de discurso resenha, faz-se necessário pensar o conceito de sujeito e de gênero neste trabalho. Assumiremos a noção de gênero de discurso apoiados em uma perspectiva discursiva de linha francesa, mais especificamente, na proposta de Dominique Maingueneau (1997, 2001, 2006), que formula essa categoria a partir do conceito de *cena de enunciação*.

O capítulo está organizado em dois tópicos: no primeiro (seção 2), apresentamos a noção de gênero de discurso, tal como formulada por Mikhail Bakhtin e por Dominique Maingueneau; no segundo (seção 3), teceremos algumas considerações sobre as noções de *autoria, autor e função-autor*, apresentando duas perspectivas teóricas que tratam dessas questões, e que tomaremos como base para nosso trabalho.

2. A problemática do gênero do discurso

2.1 O conceito de gênero do discurso em Bakhtin

Acreditamos que a particular relevância que se tem atribuído ao conceito de gênero do discurso, na atualidade, deve-se ao fato de ele ter se tornado pertinente aos estudos sobre escrita no contexto de emergência – a partir da década de 1980, principalmente – da perspectiva sócio-histórica de linguagem que traz, como uma das principais referências teóricas, as percepções de Mikhail Bakhtin (1953). Este teórico assume uma postura crítica em relação à dicotomia saussureana langue/parole e defende que a verdadeira unidade de comunicação é o enunciado, considerado como a unidade real da comunicação verbal, a unidade do discurso. Os enunciados distribuem-se pelas diversas esferas da atividade humana, e cada uma dessas diferentes esferas comporta um repertório de gêneros, os quais são vistos, na perspectiva bakhtiniana, como formas *relativamente estáveis de enunciados* necessárias ao estabelecimento da interação verbal.

Em seu manuscrito inacabado intititulado *Os gêneros do discurso*, Bakhtin (1953/2000) insiste no caráter social dos fatos de linguagem, considerando que o enunciado está ligado a uma situação material concreta, assim como *ao contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma comunidade lingüística dada*. O teórico russo chama a atenção para a diversidade dos atos sociais emitidos pelos diversos grupos e, conseqüentemente, para a diversidade das produções de linguagem, e afirma:

> Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana (...). O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo temático e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e

> gramaticais – mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. (BAKHTIN, 2000 p. 279).

Assim sendo, não se pode falar de gêneros discursivos sem pensar na esfera de atividades específicas em que eles se constituem e atuam, visto que as diferentes situações de interação determinam as características temáticas, composicionais e estilísticas próprias de um gênero. No quadro da atividade de linguagem, a adoção de um gênero de discurso, para determinados propósitos interacionais, é uma escolha que se determina em função da especificidade da troca verbal, *estando aí implicadas as condições de produção, de circulação e de recepção*. (BRAIT, 2003, p.26).

Bakhtin destaca, ainda, que os gêneros constituem formas específicas de organização de porção de enunciados da cadeia infinita de comunicação humana. Em decorrência de certas inscrições sociais do sujeito, ele é convocado a realizar determinadas atividades que impõem certas regras de interação verbal. Os gêneros discursivos funcionam, assim, como o espaço organizador e normatizador dessas formas de interação verbal, ao mesmo tempo que são por elas gerados. Sendo as esferas de comunicação verbal que dão origem aos gêneros do discurso, elas mesmas se incumbem de desenvolvê-los, multiplicá-los, renová-los e até mesmo de extingui-los para dar origem a novos gêneros, refletindo, assim, o vínculo entre o desenvolvimento histórico da língua e as formas de atividades humanas historicamente situadas.

A percepção de Bakhtin sobre a vinculação estreita da língua (sob a forma de gêneros) às ações humanas socialmente organizadas revela o caráter eminentemente social que ele procura imprimir à língua – em oposição clara às concepções subjetivistas e idealistas –, concebendo a linguagem a partir de sua relação com um lugar socialmente definido. Nessa perspectiva, os gêneros constituem formas distintas de agir num espaço social.

Como as atividades variam no seio da sociedade, os gêneros também são altamente heterogêneos e se mesclam conforme a necessidade imposta pela dinâmica social. Com base

na heterogeneidade dos gêneros, Bakhtin estabelece a diferença entre *gêneros primários* e *gêneros secundários*. Enquanto os primeiros são constituídos em situações de comunicação ligadas a esferas sociais cotidianas de relação humana, os segundos são relacionados a outras esferas, públicas e mais complexas de interação social. Os gêneros primários mantêm uma relação imediata com as situações nas quais são produzidos, cujas circunstâncias são de um intercâmbio verbal espontâneo (os diferentes tipos de diálogo oral, carta, situações de interação face a face); os secundários aparecem nas circunstâncias de uma troca cultural mais complexa e se manifestam principalmente na escrita.

Ao estabelecer a distinção entre gêneros primários e secundários, Bakhtin (1953/2000) ressalta o fato de que os gêneros primários são absorvidos pelos gêneros secundários, sofrendo aí uma transmutação e incorporação a estes. Essa distinção entre gêneros primários e secundários é valiosa no sentido de que, a partir dela, é possível proceder a uma análise adequada da natureza complexa dos enunciados.

O caráter heterogêneo dos gêneros está, pois, também relacionado à sua historicidade. Nesse sentido, é importante esclarecer que, embora Bakhtin considere os gêneros como *tipos relativamente estáveis de enunciados*, isso não significa que os caracterize como formas estruturais estáticas, cristalizadas. Esse ponto é de extrema importância para a concepção bakhtiniana, uma vez que, como qualquer outro produto social, os gêneros estão sujeitos a mudanças decorrentes não só das transformações sociais, mas também dos novos procedimentos de organização e acabamento da arquitetura verbal, bem como do lugar atribuído ao ouvinte. Ao conceber os gêneros a partir de uma concepção sócio-histórica da linguagem, Bakhtin afasta a idéia de seu determinismo, dando aos sujeitos a possibilidade de criar, modificar um gênero de discurso, já que se trata de categorias de natureza social, historicamente constituídas.

2.2 A noção de gênero do discurso em Maingueneau: em pauta o conceito de cena de enunciação

Teceremos, inicialmente, algumas considerações sobre o trabalho de re-elaboração teórico-analítica da categoria de gênero de discurso feito por Dominique Maingueneau. O autor entende que "a explicitação das condições genéricas (...) não representa uma finalidade para a AD" (1987/1997, p. 37) visto que os objetivos da disciplina não são nem a organização textual considerada em si mesma, nem a situação de comunicação, mas a imbricação de um modo de enunciação e de um lugar social determinados. Com esse posicionamento, Maingueneau (2006, p. 234) enfatiza o caráter social e, nesse sentido, histórico da categoria do gênero de discurso, defendendo que se trata de *dispositivos de comunicação sócio-historicamente definidos*, o que implica que mudanças em seu modo de existência material acontecem atreladas às suas condições histórico-sociais de produção.

Para compreendermos melhor as formulações desse autor, é preciso considerar que, no interior da AD, a questão da subjetividade enunciativa, especificamente das instâncias de enunciação do sujeito, é vista a partir da consideração dos lugares sociais e de suas implicações com a rede de lugares discursivos em que os falantes se inscrevem para enunciar. Defendendo que não se pode definir nenhuma exterioridade entre os sujeitos e seus discursos, Maingueneau aponta os lugares e as práticas histórico-sociais como decisivos para a definição das circunstâncias em que o gênero se manifesta, já que se trata de uma atividade social de um tipo particular. Esclarecendo um pouco mais sobre essa relação e o porquê do interesse da AD por essa categoria, o autor afirma que:

> se os analistas do discurso concordam em pensar que a noção de gênero tem um papel central em sua disciplina, é porque esta não apreende os lugares independentemente das palavras que eles autorizam (contra a redução sociológica), nem as palavras independentemente dos lugares de que são parte integrante (contra a redução lingüística). (MAINGUENEAU 2006, p.233)

Fundamentado numa concepção de linguagem articulada sobre o pressuposto da constitutividade entre o social/histórico e o discursivo, Maingueneau não se preocupa com classificações, em elaborar listas de gêneros, tarefa que ele considera impossível, já que os gêneros variam segundo os lugares e as épocas. Para o autor, o estudo dos gêneros deve contemplar aspectos como a finalidade do gênero, o estatuto dos parceiros, as circunstâncias adequadas, os modos de inscrição na temporalidade (periodicidade e duração), a continuidade, o tempo de validade, o suporte, o plano textual e o uso da língua, mas para, em última instância, compreender como se dão as coerções genéricas, como se articulam a forma e as condições de enunciação, questões que o autor, de alguma maneira, responde a partir do conceito de *cena de enunciação.*

Maingueneau distingue cena de enunciação e situação de enunciação. Apresentaremos essa sua distinção com o intuito de explicitar as contribuições que o conceito de cena de enunciação traz para as análises discursivas, particularmente em relação aos gêneros do discurso, bem como demarcar melhor o lugar teórico a partir do qual estamos desenvolvendo a análise do *corpus* desta pesquisa. Sumariamente, pode-se dizer, conforme Maingueneau (2006, p.250), que, enquanto a situação de enunciação considera as circunstâncias de produção como exteriores à situação de comunicação, a cena de enunciação considera o processo de comunicação "'do interior', mediante a situação que a fala pretende definir, o quadro que ela mostra no próprio movimento em que se desenrola".

Afastando-se do ponto de vista sociológico, portanto, o autor reafirma um pressuposto fundante da Análise do Discurso: o de que as condições de produção são constitutivas da natureza dos discursos. Mussalim (2007, p.5) comenta a importância de se diferenciar estas noções a fim de demarcar o ponto de vista teórico assumido pela AD, daquele defendido pela Lingüística da Enunciação. Nas palavras dessa autora:

> Essa distinção – entre uma abordagem sociológica do discurso e outra que considera a exterioridade como constitutiva da natureza discursiva – sustenta uma das diferenças cruciais entre a maneira como a Análise do Discurso compreende a noção de *cena de enunciação* e o modo como a Lingüística compreende o que tem sido chamado de situação de enunciação. (MUSSALIM 2007, p.5)

Maingueneau trabalha numa perspectiva que articula a enunciação sobre o lugar social, considerado como a fonte do discurso. O discurso, consequentemente, "não resulta da associação contingente entre um 'fundo' e uma 'forma'; é um acontecimento inscrito em uma configuração sócio-histórica e não se pode dissociar a organização de seus conteúdos e o modo de legitimação de sua cena discursiva" (MAINGUENEAU, 1999/2005, p. 73-74). Disso decorre seu interesse em considerar as condições sócio-históricas em que os discursos são produzidos, na sua relação com os gêneros, a partir de uma análise que privilegia a instância de enunciação, o quadro enunciativo que o discurso constrói.

A *cena de enunciação*, tal como definida por Maingueneau, divide-se em três níveis interdependentes: *a cena englobante, a cena genérica e a cenografia*. Juntas, elas compõem um "quadro" dinâmico que torna possível a enunciação de um determinado discurso. Segundo o autor, nessa interdependência entre as cenas, há o estabelecimento de uma relação paradoxal, visto que "o discurso pressupõe essa cena de enunciação para poder ser enunciado, e, por seu turno, ele deve validá-la por sua própria enunciação" (MAINGUENEAU, 1999/2005 p. 75)

Sumariamente, pode-se dizer que a *cena englobante* corresponde ao que o autor considera "tipo de discurso" – religioso, político, publicitário, acadêmico. Para interpretá-los, é necessário situá-los numa *cena englobante*, a qual definirá o estatuto dos interlocutores – enunciadores e co-enunciadores – e a finalidade para a qual esses discursos foram organizados. Segundo Maingueneau, somente no interior de uma *cena englobante* podemos identificar em nome de que somos interpelados por tais discursos. Mussalim (2007) comenta essa noção, afirmando que:

> É, pois, a cena englobante que define o estatuto dos interlocutores num certo espaço social [...] Esse estatuto não é de forma alguma intemporal e nem a/histórico, visto que cada enunciação está inscrita em determinado campo discursivo e, portanto, submetida às condições de funcionamento desse campo – tal como ele opera em determinados momentos históricos. (MUSSALIM, 2007, p. 3-4)

Essa interpelação ocorre, também, no nível da *cena genérica*, o segundo nível da instância enunciativa que diz respeito à cena específica que os gêneros de discurso impõem aos interlocutores, definindo as condições de enunciação. Cada gênero do discurso é associado a uma *cena genérica*, que prescreve um modo de inscrição no espaço e no tempo, um suporte material, um modo de circulação, uma finalidade para os textos de um gênero particular.

Há uma relação de complementariedade entre essas duas cenas, que funcionam como instâncias reguladoras da discursividade, definindo as estabilidades do tipo e do gênero de discurso: todo tipo é um agrupamento de gêneros e todo gênero está relacionado a um tipo. Juntas, as cenas englobante e genérica configuram o *quadro cênico* do discurso, "o espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido" (MAINGUENEAU, 1998/2001, p.87).

A terceira cena é a *cenografia*, instância produzida pelo texto, resultado de escolhas realizadas pelos produtores do discurso. A cenografia é um lugar discursivo – instituído pelo discurso – no qual a determinação da identidade dos parceiros da enunciação está em estreita ligação com a definição de um conjunto de lugares e de momentos de enunciação, a partir dos quais o discurso pretende ser considerado. Ela leva o *quadro cênico* a se deslocar para um segundo plano, pois quando um texto apresenta uma cenografia, é por meio dela que esse texto se "mostra" ou se "dá a conhecer". Segundo Maingueneau (2006, p. 252), na cenografia são validados os estatutos do enunciador e do co-enunciador, o espaço (*topografia*) e o tempo (*cronografia*) a partir dos quais a enunciação se desenvolve.

A *cenografia* pode ser definida como um correlato da própria enunciação, num "*processo de enlaçamento paradoxal*" (MAINGUENEAU, 1998/2001, p.87), pois é uma instância que legitima e é legitimada no e pelo discurso que, por sua vez, estabelece sua cenografia específica. De acordo com Maingueneau (1998), não são todos os gêneros de discurso que elaboram cenografias específicas. Para o autor, a cenografia está mais relacionada a gêneros que têm como objetivo principal persuadir o público, como ocorre, por exemplo, nos textos publicitários.

O conceito de *cena de enunciação* foi tomado como central para os encaminhamentos de análise que sustentam esta pesquisa. Analisaremos, especificamente, a cena englobante acadêmica e a cena genérica resenha e falaremos, pois, em resenha acadêmica para caracterizar um lugar de inscrição do sujeito do discurso. Esse lugar de inscrição é o *topos* a partir do qual esse sujeito se torna sujeito-autor nessas condições específicas de enunciação, reguladas pela cena englobante acadêmica e pela cena genérica resenha, isto é, pelo *quadro cênico* (cena englobante + cena genérica) *resenha acadêmica*.

Na próxima seção, discutiremos as noções de autor e autoria, tomadas como centrais para o desenvolvimento desta pesquisa. Fundamentalmente, iremos nos basear nas reflexões de Michel Foucault e Sírio Possenti, por se tratarem de trabalhos que fornecem balizas para sustentar as hipóteses desta pesquisa.

3. Considerações sobre as noções de autor e autoria

Iniciaremos nossas reflexões sobre as noções de autor e autoria, apresentando as formulações de Michel Foucault a esse respeito. As reflexões desse autor surgem entre os anos de 1960 e 1970, período em que, de maneira bastante evidente na Filosofia e nas

Ciências Humanas, criticam-se as concepções psicologizantes e humanistas de sujeito. Nesse contexto, sob o rótulo de "anti-humanismo teórico", insere-se a discussão sobre o conceito de autoria, cujos desdobramentos levam ao questionamento do primado do *autor*.

Dois autores contribuem significativamente com essa discussão, embora de diferentes maneiras: Roland Barthes e Michel Foucault. Num artigo publicado em 1968 intitulado "*A Morte do Autor*", Barthes propõe o afastamento do *autor* como presença no texto, privilegiando com isso a escritura que passa a ocupar um outro lugar que não mais aquele representativo de uma subjetividade. A escrita passa a ser o lugar onde o sujeito é apagado. Não importa mais **quem** fala, mas **o que** se fala. Negada a origem de uma voz, chegamos à substituição do "eu falo" por "isto fala". A noção de criação desaparece junto com o autor, dando lugar ao leitor, que surge juntamente com a morte desse mesmo autor.

Numa perspectiva diferente daquela apresentada por Barthes, Michel Foucault discute essa noção no texto *"O que é um autor",* publicado em 1969, trabalho que se tornou um marco indiscutível na abordagem do conceito de autoria. Acusado de ter negado ou matado o homem, Foucault é vítima de uma má interpretação quando lhe atribuem a propagada tese da *morte do sujeito*, associando-a com a *morte do autor*[10]. A expressão é de Barthes e não de Foucault. Este último – sem ter a intenção de se deter em análises histórico-sociais de como a figura do autor se individualizou e se tornou a referência principal para se falar e pensar sobre um texto – vai em outra direção, propondo questionamentos no sentido de identificar a relação do autor com o texto: "a maneira como o texto aponta para esta figura que lhe é exterior e anterior, pelo menos em aparência" (FOUCAULT, 1969b, p.34).

---

[10] Em resposta a essas críticas, Foucault assim responde no texto *O que é um autor?*: "a morte do homem é um tema que permite esclarecer a maneira como o conceito funcionou no domínio de saber. E se fosse mais longe que a leitura, evidentemente austera, das primeiras ou das últimas páginas do que escrevi, perceber-se-ia que essa afirmação reenvia para a análise de um funcionamento. Não se trata de afirmar que o homem está morto (ou que vai desaparecer, ou que será substituído pelo super-homem), trata-se, a partir desse tema, que não é meu e que não cessou de ser repetido desde o final do século XIX, de ver de que maneira e segundo que regras se formou e funcionou o conceito de homem. Fiz a mesma coisa para a noção de autor. Contenhamos, pois, as lágrimas." (1969b, p. 81)

Interessado em entender como a figura do autor constitui historicamente "o momento forte da individuação na história das idéias, dos conhecimentos, das literaturas, na história da filosofia e na das ciências" (idem, ibidem, p.33), Foucault olha para o espaço de onde a crítica estruturalista supõe retirar o autor, convicto de que há elementos que impedem efetivamente o seu desaparecimento. Por se tratar de uma reflexão norteadora para os trabalhos que se debruçam sobre o tema da autoria na AD, apresentaremos alguns dos caminhos percorridos por Foucault, destacando três pontos essenciais: a noção de *obra*, a da diferença entre o *nome próprio e o nome de autor* e, principalmente, a noção de *função-autor*.

3.1 Michel Foucault e a noção de função-autor

Para Foucault, o sujeito é uma construção do discurso, uma figura discursiva, e cada discurso define uma diferente função – posições – que o sujeito pode ocupar. É nesse sentido que a questão do **autor** aparece de forma recorrente nos trabalhos de Foucault – em *A Arqueologia do Saber* (1969a), em *O que é um autor?* (1969b) e em *A Ordem do discurso* (1971) – cujo interesse é demonstrar que essa figura é uma função discursiva associada ao sujeito do discurso.

> O autor – ou o que tentei descrever como função autor – é com certeza apenas uma das especificações possíveis da função sujeito. (...) Podemos imaginar uma cultura em que os discursos circulassem e fossem recebidos sem que a função autor jamais aparecesse. Todos os discursos (...) desenrolar-se-iam no anonimato do murmúrio. Deixaríamos de ouvir as questões por tanto tempo repetidas: 'quem é que falou realmente? Foi mesmo ele e não outro?' (...) E do outro lado pouco mais se ouviria do que o rumor de uma indiferença: 'que importa quem fala?' (FOUCAULT, 1969b/1971, p.70)

Em *A Ordem do discurso* (1971/1996), aula inaugural proferida no *Collège de France*, em 2 de dezembro de 1970, Foucault introduz o tema da aula com uma pergunta inquietante: "Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?" (FOUCAULT,

1971/1996, p. 8). Interessado em analisar as relações entre o discurso e o poder, Foucault responde apresentando a seguinte hipótese de trabalho, que na verdade é uma afirmação:

> Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1971/1996, p. 8-9)

Nessa perspectiva, o discurso não está isolado, descontextualizado da cultura em que é produzido, mas considerado como produto da dinâmica social. Em decorrência disso, Foucault pontua o fato de que nada do que dissemos pode ser compreendido sem levarmos em conta as relações que um discurso mantém com outros que circulam em nossa cultura, a partir de determinadas práticas sociais.

Isso implica que, quem fala, fala de um lugar determinado na instituição que o legitima e autoriza. Situa-se em determinado momento histórico e fala sob determinadas condições de enunciação[11]. Dessa maneira, o discurso se organiza sob determinadas normas que fixam um lugar para aquele que fala e que visam a controlar o acontecimento, o acaso. Trata-se de sistemas de controle instituídos de forma a dominar a proliferação dos discursos, com procedimentos que controlam, selecionam, organizam e redistribuem o discurso e que se dividem entre aqueles que se exercem do exterior do discurso e os procedimentos internos, exercidos pelo próprio discurso.

Os procedimentos internos de controle e delimitação do discurso são aqueles que "funcionam como princípios de classificação, de ordenação, de distribuição" e submetem a dimensão do discurso ao acontecimento e ao acaso: *princípio do comentário, princípio do autor, princípio da disciplina.* (FOUCAULT, 1971/1996, p. 21). Interessa-nos as formulações sobre o *princípio do autor*, pois, apesar de Foucault não negar a existência do indivíduo que escreve, fica evidente que o **autor** não é entendido como o sujeito empírico, nem como o

[11] Voltaremos a esta questão no capítulo IV, quando analisarmos o estatuto dos enunciadores no interior do quadro cênico resenha acadêmica.

sujeito enquanto indivíduo que escreveu ou pronunciou o texto, mas enquanto "princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência" (idem, p.26). O **autor** é ao mesmo tempo uma instância produtora e um princípio de organização e controle do discurso, o que leva a autoria, consequentemente, a ser vista como procedimento de produção do discurso.

Em *O que é um autor?*, por sua vez, Foucault questiona as noções de obra e de escrita, para expor as dificuldades de se verificar o "desaparecimento" do **autor** vinculado a estas noções. "O que é uma obra? Uma obra não é o que escreveu aquele que se designa por autor? Se um indivíduo não fosse um autor, o que ele escreveu ou disse, o que ele deixou nos seus papéis, o que dele se herdou, poderia chamar-se uma 'obra'?" (1969b, p. 37-38). Por esses questionamentos, percebe-se que não é possível, para Foucault, separar totalmente a obra de seu escritor, porque inclusive este é um dos elementos que dá unidade aos textos que compõem uma determinada obra. A dificuldade existe, também, para se identificar os critérios que funcionam para classificar algo como fazendo parte da obra de um escritor.

Foucault demonstra, assim, que a obra, além de ser de difícil delimitação, reclama a idéia de autor para ser considerada. A noção de escrita, por sua vez, igualmente obscurece a idéia de desaparecimento do autor enquanto unidade e ser empírico no mundo, visto que retém sutilmente a presença do autor. Diante disso, Foucault argumenta que o máximo que a crítica estruturalista conseguiu foi o apagamento dos caracteres empíricos do **autor**, transpondo-os para um "anonimato transcendental", mantendo o **autor** "sob a salvaguarda do *a priori*".

Afirmando não bastar fazer a "repetição oca de que o autor morreu", Foucault se propõe a trabalhar neste espaço onde se propusera seu apagamento em nome das formas próprias do discurso, com o objetivo de deslindar que regras passam a presidir seu funcionamento. Trata-se, pois, "de localizar o espaço deixado vazio pelo desaparecimento do

autor, seguir de perto a repartição das lacunas e das fissuras e perscrutar os espaços, as funções livres que esse espaço deixa a descoberto" (1969b, p. 41). Nesse espaço, Foucault detecta justamente o jogo de uma "função-autor", que agrupa, em torno de um "nome de autor", feitos com o caráter de obra e/ou de discursividade[12].

Além de observar a situação da função-autor no domínio de grandes textos, Foucault destaca que a autoria não funciona da mesma forma, não só em diferentes épocas, mas também numa mesma época em domínios diferentes, pois, além de autores de obra e de discursividade diferirem entre si, há ainda os textos desprovidos dessa função (contratos, por exemplo, exigiriam signatários, mas não autores). Isso tudo é devido ao modo como é definida a autoria, às razões por que a função-autor emerge e passa a funcionar. Percebemos, dessa maneira, que para Foucault a função-autor está caracterizada por "influir no modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade" (ibidem, p. 46), e, por esse motivo, constitui-se em um dispositivo de controle dos sentidos que regula a ordem do discurso.

A noção de função-autor com a qual Foucault opera nos interessa para este trabalho, visto que o autor de resenhas está sendo considerado como uma posição sujeito, como uma das funções que o sujeito exerce e que emerge nos posicionamentos assumidos por esse sujeito no interior do campo acadêmico.

Uma outra concepção de autoria que julgamos interessante apresentar, visto que parece uma alternativa igualmente viável e produtiva para responder às questões propostas nesta pesquisa, é a de Sírio Possenti, que apresentaremos a seguir.

---

[12] Vale a pena reportar-se a Foucault para ver a configuração específica de "fundador de discursividade". Além do "indivíduo que se põe a escrever no horizonte em que paira uma obra possível" (Foucault, 1971, p. 29), ou seja, além dos autores de uma obra, haveria, no mundo dos discursos, autores que estão em posição transdiscursiva – são os chamados fundadores de discursividades. "Não são apenas autores de suas obras, dos seus livros. Produziram alguma coisa a mais: a possibilidade e a regra de formação de outros textos" (Foucault,1969b, p. 58). Como exemplos de discursividades, Foucault cita a psicanálise e o marxismo.

3.2 A noção de indícios de autoria e as contribuições de Possenti

Sírio Possenti, em trabalhos de 2001 e 2002, propõe hipóteses bastante interessantes e produtivas a respeito da noção de autoria em textos escolares. Buscando discutir os conceitos de enunciação, autoria e estilo no interior da Análise do Discurso, Possenti (2001) propõe que estes próprios conceitos sejam redefinidos, defendendo: i) que a enunciação deve dar conta, também, da singularização da produção do discurso, reduzindo seu teor institucional; ii) que a autoria deve incorporar traços discursivos; iii) e que o estilo deve despojar-se da aura romântica – consideração que Possenti já havia feito em trabalho anterior (1993), ao propor a noção de estilo enquanto escolha e marca do trabalho do sujeito realizado com a linguagem.

Assumindo essa perspectiva, Possenti procura articular o individual e o social em torno da autoria, considerando tanto a singularidade, quanto a inserção da produção da linguagem num quadro histórico. É o que se pode perceber quando o autor reflete sobre os critérios de avaliação dos textos escolares:

> Um texto bom só pode ser avaliado em termos discursivos. Isto quer dizer que a questão da qualidade do texto passa necessariamente pela questão da subjetividade e de sua inserção num quadro histórico – ou seja, num discurso – que lhe dê sentido. O que se poderia interpretar assim: trata-se tanto de singularidade quanto de tomada de posição. (POSSENTI, 2002 p.109)

Por considerar o conceito de autoria a partir, simultaneamente, da singularidade e da tomada de posição e, por abordar a singularidade na autoria aliada à questão do estilo, Possenti defende que não há estilo sem posição. O estilo individual, tal como proposto pelo autor, não é interpretado como uma escolha consciente, mas como um modo particular de assumir posição acerca de um projeto de dizer ancorado na situação histórico-enunciativa. Na perspectiva de Possenti, o estilo é tratado como um lugar possível de se considerar o processo de inscrição – genérica, social, discursiva – do sujeito. Entretanto, o estilo deve ser

considerado, também, em relação às escolhas do sujeito discursivo, desde que a noção de escolha seja entendida,

> alternativamente, como efeito de uma multiplicidade de alternativas - decorrente de concepções de língua como objetos heterogêneos - diante das quais escolher não é um ato de liberdade, mas o efeito de uma inscrição (seja genérica, seja social, seja discursiva). Portanto, trata-se de efeito de exigências enunciativas(...) (POSSENTI, 2001, p.16-17)

Possenti ainda inscreve sua análise no *paradigma indiciário*, considerando que a autoria se encontra por "indícios" e não por marcas objetivas (que fariam coincidir necessariamente marcas com presença de autoria). Esse paradigma foi proposto pelo historiador italiano Carlo Ginzburg (1939/1986) que, em seu texto "*Sinais – raízes de um paradigma indiciário*", lança as bases de um *modelo epistemológico* fundado no detalhe, no singular, de cunho qualitativo, que inova como método de análise, por valorizar dados supostamente sem importância, pouco visíveis e, principalmente, por ver nesses dados *sinais* capazes de reconstituir mudanças e transformações culturais.

A fim de esclarecer sobre a emergência e o desenvolvimento das análises indiciárias, Ginzburg afirma que as raízes do paradigma indiciário remontam às origens da humanidade e exemplifica comentando uma série de práticas, nem sempre ligadas às ciências humanas, mas que possuem um elo comum: a observação dos detalhes, dos pormenores, das pistas, quase sempre imperceptíveis. O saber venatório, que permitia aos caçadores "ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série coerente de eventos" (GINZBURG, 1986, p. 152); a arte divinatória dos povos mesopotâmicos, que adivinhavam o futuro nas "entranhas de animais, gotas de óleo na água, astros, movimentos involuntários do corpo"; o método de análise das ciências médicas, da crítica de arte, da psicanálise e da investigação policial, estão todos ligados, segundo Ginzburg, pela forma de tratamento dos dados que caracteriza o método indiciário.

O paradigma indiciário apresenta-se, portanto, como uma forma de observar fenômenos bastante diversos, numa tentativa de sair dos incômodos da contraposição

"racionalismo" x "irracionalismo". Opondo-se à tradição do método galileano, cujas principais características estavam na quantificação e repetibilidade dos fenômenos como meios de se chegar a generalizações, o paradigma indiciário, nos termos de Ginzburb, propõe um "rigor flexível", já que "suas regras não se prestam a ser formalizadas nem ditas" (idem, ibidem, p.179). Esse método se afasta do rigor dos procedimentos experimentais das chamadas ciências exatas, historicamente prestigiadas, buscando espaço para as questões vinculadas à ordem do que não se repete e, por isso mesmo, fugindo dos parâmetros de quantificação.

Por não considerar o que pertence ao plano individual como digno de análise, o paradigma físico-matemático "fundado" por Galileu[13] se afasta do objeto das ciências humanas. Quanto maior a centralidade dos traços individuais de um fenômeno, maior a dificuldade de se encaixar no método galileano de observação. Como esclarece Ginzburg:

> A história se manteve como uma ciência social *sui generis*, irremediavelmente ligada ao concreto. Mesmo que o historiador não possa deixar de se referir, explícita ou implicitamente, a séries de fenômenos comparáveis, a sua estratégia cognoscitiva, assim como os seus códigos expressivos, permanecem intrinsecamente individualizantes (...). Nesse sentido, o historiador é comparável ao médico, que utiliza os quadros nosográficos para analisar o mal específico de cada doente. E, como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjetural. (GINZBURG, 1986, p. 156-157)

Vemos, nas palavras do autor, a defesa do conhecimento parcial e localizado, contrário ao defendido pelos positivistas. Trata-se do reconhecimento de que a investigação por meio da análise de dados, de pistas que vão ficando ao longo do caminho, aparentemente insignificantes, é uma necessidade inerente ao desenvolvimento de algumas disciplinas, cujo objetivo é produzir uma observação cada vez mais acurada do objeto pesquisado. Um objetivo dessa natureza só poderia ser alcançado a partir de um paradigma científico que valorizasse o individual.

---

[13] Ginzburg afirma que "ainda que a física moderna não se possa definir como 'galileana' (mesmo não tendo renegado Galileu), o significado epistemológico (e simbólico) de Galileu para a ciência em geral permaneceu intacto." (GINZBURG, 1986, p. 156)

Possenti (2002), ao considerar os indícios a serem levados em conta para atribuição da autoria, inclui, reportando-se às pesquisas de Authier-Revuz, duas categorias discursivas referidas pela autora – as formas metaenunciativas *de como "dar voz a outros"* e *de como "manter distância"* – na categoria de indícios de autoria. Esses indícios, entretanto, só produzem efeitos de autoria "quando agenciados a partir de condicionamentos históricos, pois só então fazem sentido" (idem, ibidem, p. 121).

Assumiremos, com Possenti, o pressuposto de que a autoria se encontra por indícios; do mesmo modo, alinhamo-nos a esse autor no que se refere à hipótese de que tais indícios só produzem efeitos de autoria se agenciados a partir de condicionamentos históricos ou, em termos mais propriamente discursivos, a partir do quadro cênico do discurso.

Reportando-nos, pois, à reflexão de Possenti, assumiremos, nos capítulos seguintes, a idéia de que as marcas de heterogeneidade encontradas no fio do discurso – como se dá voz ao outro nas resenhas –, podem ser interpretadas como possíveis indícios de constituição de autoria, na medida em que apontam para o modo como o sujeito enunciador de uma resenha se inscreve e toma posição para enunciar no quadro cênico resenha acadêmica. Considerando a relevância do trabalho de Authier-Revuz para as análises discursivas que desenvolveremos no capítulo IV, julgamos de interesse, antes de finalizar esta seção, retornar às formulações dessa autora sobre as heterogeneidades enunciativas, especificamente sobre a heterogeneidade mostrada, a fim de apresentar as categorias discursivas propostas pela autora e que estão sendo tomadas como *indícios de autoria* nesta pesquisa.

3.2.1 A heterogeneidade mostrada: modos da presença do *Outro*

No capítulo I, tecemos algumas considerações sobre como a problemática da heterogeneidade é formulada por Jacqueline Authier-Revuz a partir da noção de

heterogeneidades enunciativas – constitutiva e mostrada – bem como a contribuição do trabalho da autora para a reconfiguração do objeto de estudo da AD. Nessa seção, faremos, com base em Authier-Revuz (1998, 2004), uma apresentação mais detalhada sobre a heterogeneidade mostrada, mais especificamente sobre o discurso relatado e as aspas, de interesse para o nosso trabalho.

Analisando as formas de representação do discurso outro, a autora faz um estudo minucioso do que denomina *discurso relatado* (DR), e um dos aspectos que destaca é a oposição entre o que ela considera:

(1) *formas marcadas, unívocas*: discursos direto, indireto e modalização em discurso segundo – modos explícitos, unívocos de representação de um discurso outro, marcados com a ajuda de formas da língua;

(2) *formas marcadas que exigem um trabalho interpretativo*: o conjunto das aspas, itálicos de conotação autonímica, que apresentam uma marca que deve ser interpretada como referência a um outro discurso.

A autora critica as abordagens que simplificam a questão do discurso relatado, considerando-o apenas como uma questão que diz respeito à estruturação sintática do enunciado, e apresenta as diferenças entre os discursos direto e indireto, tratando-os como

> dois modos radicalmente distintos de representação de um outro ato de enunciação: um, o DD, correspondendo a uma operação de citação da mensagem do ato relatado; o outro, o DI, como uma operação de reformulação, isto é, de produção de um enunciado como tendo o mesmo sentido que a mensagem do ato relatado. Disto decorre, em numerosos níveis de análise, uma oposição entre o DD, que apresenta uma estrutura heterogênea, excepcional na língua, e o DI, que resulta, com uma estrutura homogênea, da sintaxe normal da língua. (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.150)

Ao longo desse trabalho, Authier aprofunda a distinção entre DD e DI, fazendo uma descrição da dualidade (heterogeneidade) do discurso direto em face da unidade (homogeneidade) do discurso indireto em vários planos. Um desses planos diz respeito à estrutura sintática, que no discurso direto apresenta duas construções: uma em que o

enunciador relata um outro ato de enunciação, *usando* suas próprias palavras na descrição que faz da situação de enunciação, trecho descritivo que Authier-Revuz chama de *sintagma introdutor,* e outra em que *faz menção* às palavras da mensagem que relata, trecho que aparece entre aspas depois dos dois pontos. No discurso indireto, por sua vez, há apenas uma frase em que o enunciador relata um outro ato de enunciação *usando* suas próprias palavras para reformular as palavras do outro e produzir um novo enunciado. A seguir, apresentaremos os exemplos retirados de Authier-Revuz (1998, p.133).

(1) **DD -** João estava aborrecido. Ele disse: "Eu vou embora".

(2) **DI** - João estava aborrecido. Ele disse que ia embora.

Em oposição ao DR no sentido estrito (DD e DI), Authier-Revuz (1998, p.135) apresenta o que considera como *modalização em discurso segundo*, caracterizando-a como uma afirmação modalizada por remeter a um outro discurso. Em outras palavras, é uma afirmação que "caracteriza-se ela mesma como "segunda", dependente desse outro discurso". A incidência da modalização pode recair sobre: a) o conteúdo da afirmação; b) sobre o emprego de uma palavra, considerada como emprestada de outro discurso. Vejamos alguns exemplos apresentados pela autora:

(3) a. João fez, segundo Maria, um longo passeio.

b. João espaireceu longamente, como diria x.

No texto *Palavras mantidas a distância* (2004b), a autora apresenta um estudo sobre uma forma de heterogeneidade mostrada marcada menos explícita, cuja natureza da alteridade requer uma interpretação maior. Trata-se da questão das *aspas*, enfocada sob uma perspectiva que aponta diretamente para o surgimento do outro no discurso de um sujeito. Considerando as aspas como um sinal de distanciamento que o locutor pode colocar nas palavras quando

escreve, Authier-Revuz distingue as *aspas de autonímia simples* e as *aspas de conotação/modalização autonímica.* (AUTHIER-REVUZ, 2004b, p. 217) No primeiro caso, esse sinal tipográfico indica que as palavras do outro aparecem como elemento autonímico no enunciado – um *corpo estranho*, um objeto *mostrado ao receptor* –, como acontece no discurso direto, no qual as palavras do outro aparecem como "mantidas a distância", como se mantém afastado um objeto que se olha e que se mostra.

(4) Ele disse: "I don't mind".

No segundo caso, as aspas são "a marca de uma operação metalingüística local de distanciamento: uma palavra, durante o discurso, é designada na intenção do receptor como o objeto, o lugar de uma *suspensão de responsabilidade*". A essa suspensão "corresponde uma glosa, implícita, remetendo a um discurso-outro" (idem, ibidem, p.219). Authier-Revuz atribui várias funções a esta operação, fazendo a distinção entre cinco diferentes tipos de aspas - aspas de *diferenciação*, de *condescendência*, de *proteção*, de *questionamento ofensivo* e de *ênfase*. Ilustraremos esses tipos de aspas que acabamos de nos referir, com exemplos retirados de Authier-Revuz (2004b, p. 221- 224).

(5) **aspas de diferenciação** – supõe-se que o emprego de palavras estrangeiras (a) e técnicas (b) é compreendido pelos interlocutores; sendo assim, o uso de aspas, nesses casos, remete tais palavras à margem do código, se assim se pode dizer. As aspas que marcam uma expressão familiar (c) estão remetendo a outro nível de língua, diferentemente do nível não familiar próprio ao discurso em que elas funcionam.

a. O "sit-in" dos estudantes defronte da embaixada...

b. Os leitores da La Croix descobriram, graças a um croqui acompanhado de numerosas explicações, o segredo das famosas "termobombas".

c. Feuerbach é um estranho personagem filosófico que apresenta essa particularidade, perdoem-me a expressão, de "entregar o jogo" (L. Althusser, Positions, p. 162)

(6) **aspas de condescendência** – é uma colocação de aspas paternalista, "concessiva", que assinalam uma palavra apropriada ao receptor, mas não ao locutor.

a. Ora, muitas vezes, essa atividade das células se torna lenta. A pele, especialmente se for seca ou fina, "estica" e "fica marcada" por qualquer coisa. (Publicidade de produto de beleza, em Elle, 1980)

(7) **aspas de proteção** – postas sobre uma palavra assinalada como aproximativa, nos casos em que o locutor é "levado a empregar palavras carregadas, para ele, de um saber ou de uma situação social da qual não se considera depositário ou ocupante legítimo". (AUTHIER-REVUZ, 2004b, p. 224)

a. A publicação em La Croix da entrevista de M. Beullac teve o efeito de uma "bomba". (Publicidade para La Croix).

(8) **aspas de questionamento ofensivo** – são usadas quando o locutor questiona o caráter apropriado de uma palavra que lhe é imposta e que, por isso, interdita suas próprias palavras.

a. Daí a solenidade com a qual se erigiu em "teoria" essa proposição "leninista" que depende exatamente da primeira aprendizagem de um subtenente de reserva. (M. Foucault, "Pouvoirs et stratégies", *Les révoltes logiques*, n. 4, hiver 1977)

(9) **aspas de ênfase** – substituíveis por itálico ou negrito, são usadas quando se quer confirmar, ressaltar que aquela é a palavra que se quer empregar.

a. (...) LA CROIX lhe traz as informações, as precisões, os números, graças aos quais você formará uma opinião ("sua" opinião) e graças aos quais você não se deixará enganar com facilidade. (Publicidade em *La Croix*)

São apresentados, ainda, pela autora, os casos particulares de DI: o *DI com ilha textual* e o *DI quase-textual*. O primeiro é um caso de funcionamento de modalização autonímica e ocorre quando o enunciador reformula o dizer do outro, mas assinala por meio das aspas "um elemento como 'não traduzido', como fragmento conservado da mensagem de origem". Segundo Authier-Revuz (1998, p.142), "não há menção (autonímia) aos elementos entre aspas, mas uso com menção (modalização autonímica) de elementos plenamente integrados à sintaxe-padrão da frase". O segundo é um caso de " 'ilha textual' estendida até a dimensão de mensagem inteira" (ibidem, p.158), muito utilizado na imprensa e nos textos teóricos, quando precisam citar bastante um mesmo autor. Aqui, o funcionamento dos dêiticos, por exemplo, exclui a possibilidade de se considerar a parte entre aspas como DD. Vejamos os exemplos apresentados pela autora:

(10) **DI com ilha textual** – João disse que sua "villa" estava em mau estado.

(11) **DI quase-textual** – O ministro declarou que "para sua grande satisfação, ele estava em condição de afirmar que sua política de emprego iria, dentro em breve, ser coroada de sucesso".

Nesta pesquisa, estamos considerando que a heterogeneidade mostrada está inscrita no campo da interdiscursividade, o que tem repercussões diretas sobre a análise, pois, como afirma Teixeira (2005),

> é a partir do trabalho de Authier-Revuz sobre as heterogeneidades que Pêcheux reformula o tratamento dado à seqüencialidade, colocando em evidência as rupturas como possibilidades de surpreender a presença do outro no discurso. A problemática da dupla heterogeneidade – retomada como não-coincidências – permite à Análise de Discurso voltar em termos novos e operacionais ao jogo do interdiscurso no intradiscurso. (TEIXEIRA, 2005, p. 168)

Entretanto, faremos um deslocamento em relação ao trabalho de Authier-Revuz. Assumiremos, no que diz respeito à questão da heterogeneidade, as formulações de Maingueneau (1987/1997), que, além de postular o primado do interdiscurso sobre o discurso, ainda desloca a questão da heterogeneidade da teoria da enunciação para a teoria do discurso, tratando-a como uma das formas de relação interdiscursiva. Dentre outras manifestações da heterogeneidade enunciativa, o autor analisa o discurso relatado, justificando que a preocupação da AD em relação a este fenômeno é para descobrir o "contraste entre diferentes formas de relatar a mesma enunciação, ou ainda o distanciamento muito variável que o discurso, ao citar, introduz com relação ao discurso citado" (1987/1997, p.85). No caso das aspas, o autor argumenta que o interesse da AD se dá pelo fato de elas designarem "a linha de demarcação que uma formação discursiva estabelece entre ela e seu "exterior"; um discurso efetivamente só pode manter à distância aquilo que ele coloca fora de seu próprio espaço" (idem, p. 90).

No capítulo IV, retomaremos o trabalho de Authier-Revuz sobre o discurso relatado e as aspas a fim de procedermos à análise dos indícios de autoria identificados no processo de constituição da função-autor no quadro cênico resenha acadêmica.

CAPÍTULO III

TRAJETÓRIA DA PESQUISA: ALGUMAS DELIMITAÇÕES

Além da desconfiança que se pode nutrir em relação a qualquer epistemologia que pretendesse trabalhar a partir de um mínimo de hipóteses pouco especificadas, a própria condição dos fenômenos discursivos exclui qualquer projeto estreitamente empirista e acumulador de "dados".
(Maingueneau)

1. Considerações iniciais

Nos capítulos anteriores, apresentamos os pressupostos teóricos que conduziram nossa filiação aos estudos da AD francesa e, especificamente, nosso interesse pela questão da autoria. Neste capítulo, iniciaremos apresentando o caminho que percorremos para a constituição do *corpus*, evidenciando a questão e a hipótese de pesquisa formuladas a partir dos textos selecionados. Para tanto, julgamos ser relevante tecer algumas considerações acerca do mídium[14] em que são veiculados os textos que constituem o *corpus*, uma vez que este foi um dos critérios utilizados para recortar o material de análise. Em seguida, procuraremos avaliar em que medida as coerções do quadro cênico *resenha acadêmica*, que condicionam os recursos discursivos, apontam para a inscrição do sujeito na função-autor no interior desse quadro. Dedicaremos a parte final do capítulo à descrição de um certo funcionamento discursivo das resenhas acadêmicas, a fim de identificar os princípios gerais do processo de constituição da autoria nesse quadro cênico, a partir da descrição dos gestos discursivos que caracterizam a inscrição do sujeito e os diferentes posicionamentos.

[14] Esclareceremos sobre a noção de *mídium* no decorrer do capítulo.

2. Sobre a constituição do *corpus*

Gostaríamos de iniciar, justificando a escolha do gênero de discurso que estamos considerando como instância reguladora da constituição da autoria no campo acadêmico. Ele é tipicamente nomeado como *resenha*, mas pode ser chamado por outros nomes, como *recensão*, *resenha crítica*. Ao buscar o significado dicionarizado dessas palavras, encontra-se para a primeira "descrição ou relato minucioso"; a segunda, por sua vez, está associada à idéia de "apreciação, julgamento". Estas duas idéias se combinam no último termo para definir as especificidades de um gênero caracterizado, basicamente, por dois movimentos: a descrição e os comentários do resenhista.

As resenhas são utilizadas tanto em diferentes atividades escolares e acadêmicas, quanto em diversas atividades profissionais e circulam em locais e/ou veículos variados: cadernos culturais de revistas e jornais, sites, blogs, periódicos científicos. Para esta pesquisa, escolhemos, como já apontado, a variante acadêmica das resenhas, mais especificamente, as resenhas publicadas na DELTA. A opção por trabalhar com periódicos científicos da área de Lingüística deve-se ao fato de considerarmos, de acordo com Maingueneau, que o suporte não é acessório[15], sendo, portanto, "necessário reservar um lugar importante ao modo de *manifestação material* dos discursos, ao seu *suporte*, bem como ao seu modo de difusão: enunciados orais, no papel, radiofônicos, na tela do computador etc." (MAINGUENEAU, 1998/2001, p. 71). Percebendo a importância desta questão para nosso trabalho, procuramos conhecer como se dá a divulgação da produção científica na área, por meio desses periódicos. Para tanto, recorremos à reflexão de Marcuschi:

[15] No desenvolvimento, voltaremos a tratar dessa questão, apresentando as formulações de Maingueneau (1998, 2006b) sobre a relação *mídium* e discurso.

> Pode-se perguntar **para que servem as revistas científicas**, cujas publicações têm hoje mais prestígio que os textos em coletâneas ou até mesmo os próprios manuais. A resposta seria simples: servem como veículo fácil, econômico e rápido para divulgar o conhecimento científico produzido naquele momento. Trata-se de uma estratégia de divulgação imediata, mas que não pode perder de vista a qualidade da produção divulgada. Daí a importância de uma política editorial explícita e um comitê editorial atuante. Em princípio, as revistas deveriam circular com mais agilidade entre os pesquisadores e os estudantes de uma dada área, mas o que se verifica não é bem isto. É surpreendente constatar que nos Cursos de Graduação, a grande maioria dos alunos sequer sabe o nome de alguma revista e poucos as consultam. Parece que a publicação de revistas e seu consumo está ainda restrito à Pós-Graduação. (MARCUSCHI, 2001, p 84)

A DELTA – Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada –, um dos mais antigos periódicos brasileiros ininterruptos, é uma publicação com representatividade nacional organizada pelo Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada da PUC/SP, desde 1984. Em 1986, tornou-se publicação oficial da ABRALIN e atualmente está entre as melhores revistas brasileiras da área de Lingüística, avaliada pela Capes como *Qualis A*. A base *Qualis* define os princípios de avaliação e classificação dos periódicos empregados pela Capes. Conforme Bonini (2004, p.152), a comissão da área de Letras/Lingüística da Capes elegeu, dentre outros, os seguintes critérios para avaliação e classificação dos periódicos:

– Foram considerados *nacionais* os que foram bastante citados ou que são órgãos de veiculação da produção científica de um programa de pós-graduação;

– Os periódicos *nacionais* foram considerados:

- de nível **A** quando tiveram, na tabulação inicial, mais de nove citações na pesquisa com os programas;
- de nível **B** quando tiveram de quatro a oito citações;
- de nível **C** quando tiveram menos de quatro citações.

Nosso interesse aqui é apenas o de esclarecer sobre como é feita a classificação dos periódicos pela Capes, por meio da base *Qualis*. Apesar de não termos o objetivo de avaliar o

mérito, destacamos a reflexão de Bonini (2004), que considera extremamente frágeis esses critérios, cuja prevalência está no número de citações dos programas. Eles não levam em conta a qualidade dos periódicos, já que itens como indexação, conselho editorial e comissão editorial, que de fato indicam a qualidade editorial do periódico, não foram considerados.

Feitos estes esclarecimentos, retornemos à DELTA. Com periodicidade semestral (edições em fevereiro e em agosto), a revista publica estudos de caráter teórico ou aplicado, oriundos de qualquer área referente ao fenômeno lingüístico, desde que se trate de contribuições inéditas. A DELTA pode ser encontrada nas versões impressa e digital e, nos dois espaços de circulação, o periódico, além de publicar dois números por volume, apresenta uma edição especial para cada volume.

Fizemos o recorte do material de análise levando em conta os textos disponíveis na internet, considerando a facilidade de acesso à versão *on-line* da revista, o que, supostamente, permite maior circulação do periódico do que normalmente têm textos publicados na versão impressa de revistas acadêmicas, encontradas nas bibliotecas das instituições de ensino superior, públicas e particulares, por exemplo. Disso decorre nossa opção pela versão digital desta revista, que encontra-se disponível *on-line* no endereço www.scielo.br.

No caso da DELTA, a revista *on-line* apresenta formato semelhante à versão impressa, ambas organizadas de acordo com as seguintes seções: *Artigos, Resenhas e Notas sobre livros*. Eventualmente, em alguns volumes, encontram-se também as seções: *Debate, Questões e Problemas, Entrevista e Retrospectiva*. Segundo Bárbara et al, exceto os *Artigos*, as demais seções da revista demandam indicação: a seção *Retrospectiva* é competência da presidência da ABRALIN, *Debate* é resultado de solicitação ou coleta explícita da editoria, visto que poucas instituições ou professores enviam informações ou notas sobre eventos e novas publicações. Com relação às *Resenhas*, as autoras informam que "também são em geral

conseguidas por solicitação; a nossa comunidade parece ainda não está aberta para a importância da resenha, que tem a vantagem de publicação rápida e fornecimento de muita informação à comunidade: bibliografia nova, avaliação sobre essa bibliografia" (BÁRBARA et al, 2001, p. 141).

Segundo Carvalho (2002), não há, nas revistas brasileiras, a figura do editor de resenhas, um profissional que seja responsável apenas por esta seção. "Quando a resenha é encomendada, o conselho editorial escolhe, em primeiro lugar, o livro que deseja ver resenhado, pois o considera importante ou de interesse para a área, ou porque se relaciona com o tema de determinado número da revista" (CARVALHO, 2002, p. 69). A autora chama a atenção para o fato de as revistas acadêmicas serem mais rigorosas nos critérios seletivos, por isso os livros a serem resenhados são, geralmente, pré-selecionados de acordo o merecimento pela qualidade e as resenhas são solicitadas a especialistas. Com relação à importância da resenha, a autora afirma que, "apesar de não ser um dos gêneros mais aclamados da academia, as resenhas são espaços onde se pode encontrar a avaliação do conhecimento em atividade" (idem, ibidem p. 78).

De acordo com as entrevistas realizadas por Carvalho, com editores de revistas acadêmicas, a visão é que a resenha é um texto menor academicamente, se comparado a ensaios e artigos, o que pode explicar o fato de alguns periódicos se absterem de publicá-las e de localizarem-nas, quando publicam, nas últimas páginas, sempre depois dos artigos. As resenhas publicadas na DELTA não estão nas últimas páginas do periódico, mas são publicadas, sempre, depois dos artigos. Quanto aos autores, observamos, nos textos analisados, que houve equivalência no número de textos escritos pelos membros mais experientes e pelos mais jovens da academia, sendo todos especialistas na área.

No momento em que procedemos ao levantamento do *corpus* desta pesquisa, encontravam-se disponíveis na internet os volumes de 13 ao 22, correspondentes ao período

de 1997 a 2006, perfazendo, no caso das resenhas publicadas, um total de 50 exemplares do gênero. Observamos ser uma prática desta revista não publicar resenhas na edição especial, composta basicamente de artigos científicos, visto que, conforme Bárbara et al, o objetivo dos números especiais é publicar artigos que ainda não foram contemplados, debater temas específicos, fazer homenagens. Nessas edições, encontramos apenas uma resenha no número especial do ano de 2005. Deste conjunto de textos, recortamos 20 resenhas para procedermos à análise.

As resenhas publicadas na DELTA encontram-se na seção denominada 'resenha/review'. Os textos não apresentam ilustrações e indicam, necessariamente, a referência completa do livro resenhado em porção destacada do texto, sempre precedendo o texto em si, além do nome completo do resenhista (nunca apenas suas iniciais), acompanhado da indicação de sua filiação institucional e, algumas vezes, do seu e-mail, que por sua vez aparece sempre na última página. As resenhas da revista DELTA, encontradas na internet, não têm título e, normalmente, apresentam palavras-chave precedendo o texto, colocadas em português e inglês, bem como referências bibliográficas ao final. O livro, objeto da resenha acadêmica, é de natureza não-ficcional e apresenta tema de relevância para a área de Lingüística e/ou Lingüística Aplicada; em vista disso, parte do texto da resenha é composto por uma síntese descritiva do livro ou do tema nele desenvolvido.

Estas e outras características do periódico podem ser discutidas a partir do conceito de *mídium*, tal como apresentado por Maingueneau. O autor utiliza o termo para designar o meio de circulação dos textos, visto que, para analisar o surgimento de uma obra e sua relação com o mundo no qual surge, é imprescindível considerar seus modos de transmissão e suas redes de comunicação, já que "a transmissão do texto não vem depois de sua produção; a maneira como o texto se institui materialmente é parte integrante de seu sentido". (MAINGUENEAU, 2006, p. 212)

Essa reflexão, além de extremamente interessante e pertinente, vai ao encontro da perspectiva que estamos assumindo para tratar o gênero de discurso resenha, apontando para possibilidades de análise produtivas no campo teórico da AD. O meio material sob o qual um discurso se apresenta não é apenas sua feição visível, a forma sob a qual se apresenta. Como elemento da cultura, os meios materiais se encontram impregnados por formações ideológicas e sustentam posicionamentos na medida em que alteram a identidade do discurso. Suas propriedades também funcionam como sistemas que atuam como procedimentos de controle, organização e distribuição do discurso, e essas formas podem ser coadjuvantes na produção do sentido. Nessa perspectiva, "o modo de transporte e de recepção do enunciado condiciona a própria constituição do texto, modela o gênero de discurso" (MAINGUENEAU 1998/2001, p. 72), o que justifica afirmarmos que a revista DELTA não é apenas um suporte, mas um *mídium*, conceito de natureza eminentemente discursiva, regulador dos procedimentos de organização e distribuição do discurso.

2.1 Procedimentos metodológicos

Feitas essas considerações, passaremos a delimitar a questão norteadora de toda essa pesquisa, a saber: como um sujeito se torna sujeito-autor no quadro cênico *resenha acadêmica*. Ou, em outras palavras, como se constitui a função-autor neste quadro cênico. Nossa hipótese é que essa função se constitui, fundamentalmente, a partir da relação de alteridade que o sujeito-autor estabelece com os diversos posicionamentos com os quais se confronta na cena englobante acadêmica. Para descrever/analisar essa relação de alteridade, recorreremos, no próximo capítulo, à *categoria das heterogeneidades enunciativas*[16].

[16] No capítulo I, fizemos uma apresentação dos pressupostos teóricos que orientam o trabalho de Authier-Revuz sobre essa questão e suas implicações para as pesquisas em AD. No capítulo seguinte, retornaremos aos trabalhos dessa autora, a fim de esclarecer, mais especificamente, sobre as formas de heterogeneidade mostrada (Authier-Revuz 1998, 2004) que estamos tomando como possíveis *indícios de autoria.*

Pretendemos analisar o funcionamento das formas de heterogeneidade mostrada no interior do quadro cênico resenha acadêmica, a fim de avaliarmos em que medida os efeitos de sentido produzidos a partir das marcas de heterogeneidade constituem indícios de autoria.

Nossa orientação metodológica fundamenta-se sob o pressuposto da materialidade lingüística como espaço onde pode ser observado o funcionamento do equívoco, o que implica considerarmos que sob o fio discursivo emergem outras palavras. Partimos das considerações de Pêcheux (1983/2002 p. 53) sobre esta questão, para quem "todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação". Portanto, descrição e interpretação comparecem na análise numa espécie de batimento.

Segundo Orlandi (2002) os procedimentos da Análise de Discurso têm a noção de funcionamento como central, levando o analista a compreendê-lo pela observação dos processos e mecanismos de constituição de sentidos e de sujeitos. Nessa perspectiva, o objeto discursivo é fruto de um trabalho do analista sobre a materialidade lingüística, pois o interesse se dá não pelas marcas lingüísticas em si, mas pelo seu funcionamento no discurso. Partindo dessa orientação teórico-metodológica, definimos o dispositivo analítico que orientará este estudo. Faremos uma análise discursiva do objeto, iniciando "pela configuração do corpus, delineando-se seus limites, fazendo recortes, na medida mesma em que se vai incidindo um primeiro trabalho de análise, retomando-se conceitos e noções". (ORLANDI, 2002, p. 66-67).

A opção metodológica será por uma investigação de cunho eminentemente qualitativo, uma vez que nosso trabalho está voltado para a identificação de eventos de escrita que possam ser tomados como marcas, como indícios da complexa relação entre o sujeito e a linguagem. Por isso, acreditamos na viabilidade de utilizar o *paradigma indiciário* de investigação, conforme apresentado no capítulo anterior, uma vez que pretendemos privilegiar o detalhe, o indício, ao olharmos para as marcas de constituição da autoria.

3. Modos de inscrição do sujeito no quadro cênico *resenha acadêmica*

De acordo com o que apresentamos até aqui, o gênero resenha será tratado como uma instância reguladora do discurso, cujos parâmetros coercivos dizem respeito à vasta gama de restrições que caracterizam esse tipo de publicação acadêmica, em sociedades como a nossa. Em práticas discursivas institucionais, especialmente, inscrever-se em uma determinada cena genérica implica modos específicos de posicionamento, por parte do enunciador, à produção de saber própria do campo discursivo em questão.

Nossa abordagem, portanto, difere-se daquela apresentada por Machado et al (2004), por exemplo, inscrita numa perspectiva textual. Essas autoras descrevem a organização de uma resenha indicando que, no início, encontramos informações sobre o contexto e o tema do livro resenhado, para em seguida serem apresentados o(s) objetivo(s) da obra resenhada. Segundo elas, antes de fazer os comentários, o resenhista deve apresentar a descrição estrutural da obra, que pode ser feita por capítulos ou agrupamento de capítulos, e destacam que a apreciação deve contar tanto com comentários positivos quanto negativos. Ao final do texto encontra-se a conclusão, em que o autor da resenha deverá explicitar/reafirmar sua posição sobre a obra resenhada. Fazem, portanto, uma análise privilegiando bastante o aspecto formal de constituição desse gênero.

Na abordagem discursiva, tal como assumimos, as características formais serão trabalhadas a partir da consideração de que a *cena englobante*, no nosso caso a cena englobante acadêmica, impõe algumas restrições que delimitam a especificidade do espaço acadêmico; esta cena, pois, caracteriza-se como uma instância enunciativa que condiciona fortemente o funcionamento discursivo da cena genérica, numa relação indissociável[17]. Mussalim esclarece essa questão, afirmando que "apesar da especificidade da *cena genérica*,

[17] Retomaremos essa questão no capítulo IV, quando analisaremos o quadro cênico constituído a partir do *corpus* desta pesquisa.

não é possível considera-la independentemente da *cena englobante*; do mesmo modo como não é possível definir a *cena englobante* sem levar em conta o conjunto de gêneros que a compõem". (MUSSALIM, 2007, p. 5)

Isso se justifica porque a *cena englobante* é a instância onde são condicionados os sentidos do discurso, onde se dá o processo de interpelação do sujeito, através de mecanismos de controle do dizível e do não dizível. Mussalim argumenta que, para operacionalizar o conceito de *cena de enunciação*, é imprescindível considerar a relação de constitutividade entre a cena englobante e o tipo de sociedade que permitiu a sua constituição e seu modo de funcionamento. No caso desta pesquisa, é necessário construir uma reflexão sobre as condições históricas de produção do discurso acadêmico e suas implicações para a constituição da autoria.

Acreditamos que as regras de produção do discurso acadêmico podem ser identificadas a partir de uma aproximação entre as coerções impostas pela cena englobante e a noção de disciplina, segundo definida por Foucault (1971/1996). Para o autor, o princípio da disciplina é um procedimento interno de controle da produção discursiva, que fixa limites impostos pelo próprio discurso, através do jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras.

> Uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos: tudo isso constitui uma espécie de sistema anônimo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele, sem que seu sentido ou sua validade estejam ligados a quem sucedeu ser seu inventor. (FOUCAULT, 1971/1996, p. 30)

Essa questão nos remete a uma das teses caras da AD: o postulado de que o funcionamento do discurso inserido em instâncias enunciativas institucionais, marcadas por características históricas, independe dos sujeitos que nelas se inscrevem, já que os sujeitos devem ser concebidos como "posições historicamente constituídas em sociedades em que

essas funções se circunscrevem a certas regras e às quais se chega através de um conjunto de procedimentos". (POSSENTI, 2004, p. 368)

Para a presente pesquisa, essa reflexão é particularmente importante, visto que nosso objetivo é pensar sobre como um sujeito, inscrito no quadro cênico *resenha acadêmica*, constitui-se autor. Analisar a questão da função-autor, portanto, é uma forma de olhar para as regras e para os procedimentos que estão funcionando no quadro cênico, regulando a constituição da identidade discursiva do sujeito como enunciador.

Partimos das formulações de Foucault (1971/1996), para quem a autoria corresponde a um conjunto de regras instituídas num certo momento histórico, formando um todo coeso e delimitando um domínio discursivo, e assumimos que, para um sujeito se constituir na função-autor, é necessário que esteja inscrito em instâncias discursivas cujo conjunto de regras de funcionamento disciplina a produção discursiva.

Devido à relevância dessa questão para as nossas análises, apresentaremos mais alguns aspectos das coerções impostas pelas cenas englobante e genérica. A abordagem em que estamos trabalhando considera que existem tipos de discurso cujos gêneros implicam cenas enunciativas mais estabilizadas, como é o caso do discurso acadêmico (cena englobante acadêmica) e do gênero resenha (cena genérica resenha). As resenhas, conforme apresentaremos, no decorrer da análise, desenvolvem-se em uma cena bastante fixa, obedecendo às rotinas da cena genérica; são muito ritualizadas, seguindo um modelo previamente estabelecido, do qual não é possível afastar-se, pelo menos não muito. Acreditamos que o modelo instituído pela cena genérica, objeto de nossa análise, aproxima-se da descrição feita por Maingueneau (2006b) para os *gêneros rotineiros*:

> Os papéis desempenhados pelos protagonistas são estabelecidos *a priori* e de modo geral permanecem constantes ao longo do ato de comunicação. São eles os que melhor correspondem à definição de gênero do discurso como dispositivo de comunicação entendido sócio-historicamente. (...) Os parâmetros que os constituem resultam na verdade da estabilização de coerções ligadas a uma atividade verbal desenvolvida numa situação social determinada. (MAINGUENEAU, 2006b, p. 239)

Avaliando essa estabilização das coerções, tal como impostas pela cena englobante acadêmica em nossa sociedade, pode-se chegar a uma aproximação entre o modelo instituído pela cena genérica em questão e a noção de *comentário*, formulada por Foucault em *A Ordem do Discurso* (1971/1996). Neste livro, o autor apresenta uma hipótese interessante acerca do acontecimento/aparição dos discursos, partindo da consideração, já discutida neste trabalho, de que existem procedimentos internos de controle dos discursos:

> Suponho, mas sem ter muita certeza, que não há sociedade onde não existam narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar; fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas; coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza. (FOUCAULT, 1971/1996, p. 22)

Ao tratar do princípio do comentário, Foucault observa que nas sociedades há discursos que passam com o próprio ato que os pronunciou; e há "discursos que, indefinidamente e para além da sua formulação, *são ditos*, permanecem ditos, e estão ainda por dizer" (idem, p. 22), ou seja, são reatualizáveis e abrem a possibilidade para o comentário, cuja função é "dizer pela primeira vez aquilo que já tinha sido dito e repetir incansavelmente aquilo que (...) nunca tinha sido dito" (idem, p.25). Esse princípio limita o acaso do discurso com o jogo de uma *identidade* que tem a forma da *repetição* e do *mesmo*, um jogo de um sentido que deve ser redescoberto e uma identidade que deve ser repetida. Assim, "o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta" (idem, p.26)

O discurso acadêmico nos parece ser um desses discursos reatualizáveis, visto que as condições históricas que implicam a sua formulação exigem não só que ele seja dito, mas que se constitua enquanto um discurso que abre a possibilidade para outros. Acreditamos que estas questões interferem, em alguma medida, no fato de a cena englobante acadêmica incluir gêneros como as resenhas, que funcionam como mecanismos de controle da produção dos sentidos que estão ainda por dizer no interior do quadro cênico. Ao se inscrever no quadro cênico *resenha acadêmica* para enunciar, o sujeito do discurso se compromete, com a comunidade científica da qual faz parte, em permanecer na zona do dizível, em assumir o tipo

de cientificidade e de linguagem técnica que caracteriza o saber acadêmico produzido no interior da cena englobante, por meio dos gêneros que a constituem.

Nessa perspectiva, analisar o processo de constituição da autoria, neste trabalho, pressupõe olhar para lugares e modos de inscrição do sujeito, enquanto enunciador, submetido às coerções das cenas englobante e genérica.

Analisando as resenhas selecionadas para esta pesquisa, identificamos alguns gestos discursivos recorrentes, que apontam, em alguma medida, para certos efeitos regulares da inscrição do sujeito-autor de resenhas nesta cena genérica, dentre os quais destacam-se: a descrição e a avaliação do livro. Conforme Carvalho (2002), o gesto de descrever e avaliar o livro objeto da resenha e o de utilizar um léxico que reflete as tendências de estudo e pesquisa discutidas, na atualidade, pela comunidade científica, a qual as resenhas se dirigem, justifica o fato de esses textos também serem utilizados como guias para a leitura e aquisição de livros recentemente publicados ou traduzidos. Como os livros a serem resenhados passam por uma pré-seleção, trata-se de divulgar, assim, conhecimento previamente avaliado, referendado por meio das decisões tomadas pelos conselhos editoriais ou pelos próprios resenhistas. Dessa maneira, o trabalho do sujeito-autor de resenhas não se reduz a divulgar e avaliar publicações, mas também, no caso do *corpus* deste trabalho, em construir uma imagem da área da Lingüística e do conhecimento nela produzido. De acordo com essa autora,

> a face informativa da resenha dá conta da descrição da publicação, das principais teses nela desenvolvidas e de situar o leitor no contexto teórico onde aquele livro se insere. Sua outra face avalia vários aspectos da publicação: o quanto de contribuição traz para a área, privilegiando a novidade ou originalidade; se o texto é bem escrito; se os objetivos propostos foram atingidos. (CARVALHO, 2002, p. 70)

Na perspectiva assumida neste trabalho, as características apresentadas por Carvalho (2002) estão sendo analisadas como marcas enunciativas que produzem efeitos de sentido, decorrentes do modo como o sujeito-autor de resenhas acadêmicas se inscreve para enunciar. Para a Análise do Discurso, na vertente assumida por Maingueneau, é o *posicionamento*

discursivo[18], no qual o enunciador está inscrito, que regula esse modo de enunciação. Entende-se por posicionamento, neste contexto, um lugar de produção discursiva específica, que engloba tanto as operações das quais deriva certa identidade enunciativa quanto a própria identidade.

Nesse primeiro momento, nosso propósito é identificar o modo de inscrição do sujeito no quadro cênico em questão para, em seguida, analisar os efeitos dessa inscrição na constituição da autoria. O encaminhamento inicial será definir como se constrói a figura do autor de resenhas, trabalhando com a hipótese de que existem traços a partir dos quais se pode reconstituir o processo de constituição do autor deste gênero.

Analisando as 20 resenhas que compõem o *corpus* desta pesquisa, chegamos à hipótese de que a constituição da autoria no quadro cênico *resenha acadêmica* se dá a partir de dois diferentes modos de inscrição do sujeito: um modo em que o sujeito se inscreve sem instaurar polêmica aberta com nenhum outro posicionamento no campo; e um modo em que o sujeito se inscreve instaurando uma polêmica aberta no campo. Esta hipótese se sustenta no postulado do primado do interdiscurso, conforme apresentamos no capítulo I, a partir do qual considera-se que os discursos se constituem no interior de um campo na relação com o seu Outro (outros posicionamentos).

Por ser um campo interdiscursivo, a figura do Outro encontra-se, dessa maneira, presentificada no interior do discurso, sendo, portanto, constitutiva da identidade discursiva. Essa interação constitutiva da relação de um discurso com seu Outro, segundo Maingueneau, está ligada a uma interincompreensão – um desentendimento recíproco, "manifestação de uma impossibilidade radical, a mesma que permitiu a constituição do discurso"

[18] Conforme apresentamos no capítulo I, a noção de posicionamento é formulada a partir do postulado do primado do interdiscurso, a partir do qual a questão da identidade discursiva passa a ser vista indissociadamente das relações que se estabelecem no interior do campo discursivo. Importante lembrar que essas relações interdiscursivas não são dadas *a priori*, o que abre a possibilidade para o sujeito inscrever-se discursivamente em lugares diferentes, a depender de quem seja o seu Outro (outro posicionamento com o qual estabelece uma relação de delimitação recíproca).

(MAINGUENEAU, i984/2005, p. 22) Esse desentendimento é o que estabelece a polêmica[19], entendida como um processo de tradução dos enunciados do Outro em categorias do registro negativo do discurso em questão.

Nessa perspectiva, a polêmica existe sempre; ela é constitutiva dos discursos. Portanto, a divisão que fizemos entre os dois modos distintos de inscrição do sujeito no quadro cênico *resenha acadêmica* de modo algum pressupõe a inexistência da relação polêmica entre posicionamentos do mesmo campo; diferentemente, pressupõe a sua existência, distinguindo, entretanto, entre a instauração de um confronto aberto ou não.

Assumindo esses pressupostos acima apresentados, procedemos à análise dos textos, separando-os em dois grupos, de acordo com os modos de inscrição do sujeito no quadro cênico. A seguir, apresentaremos a relação desses textos, organizando-os em dois grupos, de acordo os dois modos de inscrição do sujeito, já referidos anteriormente.

1) **o sujeito se inscreve no quadro cênico *resenha acadêmica* sem instaurar uma polêmica aberta com outros posicionamentos do campo**

R1 DELTA v.13 n.1 São Paulo Fev. 1997

RAPOSO, E. (1992) *Teoria da Gramática: A faculdade da linguagem*. Lisboa: Ed. Caminho, 527 p.

R2 DELTA v.13 n.2 São Paulo Ago. 1997

GIVÓN, T. (1995) *Functionalism and Grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

R3 DELTA v.14 n.1 São Paulo Fev. 1998

COUTO, H. H. do (1996) *Introdução ao Estudo das Línguas Crioulas e Pidgins*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 341 p.

[19] Essas questões e suas implicações, bem como a definição de polêmica, foram apresentadas mais detalhadamente no capítulo I.

R4 DELTA v.16 n.2 São Paulo 2000

KLEIBER, G. (1999) *Problèmes de Sémantique – la polysémie en questions*. Villeneuf d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 220 p.

R5 DELTA v.16 n.2 São Paulo 2000

BRITO, A. M. B. de. (1999) *Os Estudos de Sintaxe Generativa em Portugal nos Últimos Trinta Anos.* Associação Portuguesa de Linguística, Braga, 130 p.

R6 DELTA v.18 n.1 São Paulo 2002

SILVA, F.L. da & MOURA, H.M de M. (orgs.) (2000) O Direito à Fala. *A Questão do Preconceito Lingüístico*. Florianópolis:
Insular, 128 p.

R7 DELTA v.18 n.2 São Paulo 2002

ILARI, Rodolfo (2001) *Introdução à Semântica. Brincando com a Gramática*. São Paulo: Contexto.

R8 DELTA v.19 n.1 São Paulo 2003

KABATEK, Johannes (2000) *Os Falantes como Lingüistas. Tradición, Innovación e Interferencias no Galego Atual.* Traducción galega do autor. Vigo: Edicións Xerais de Galicia, 452 p.

R9 DELTA v.19 n.2 São Paulo 2003

SEUREN, Pieter A.M. (1998) *Western Linguistics: An Historical Introduction*. Oxford (UK)/Massachusettes (USA): Blackwell Publishers, 570 p.

R10 DELTA v.19 n.2 São Paulo 2003

SARANGI, Srikant & Malcom COULTHARD (eds.) (2000): *Discourse and Social Life*. London: Longman.

R11 DELTA v.19 n.2 São Paulo 2003

GALVES, Charlotte. (2001). *Ensaios sobre as gramáticas do português*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 280 p.

R12 DELTA v.19 n.2 São Paulo 2003

XAVIER, Antonio Carlos; CORTEZ, Suzana, Orgs. (2003). *Conversas com lingüistas*. São Paulo: Parábola Editorial. ISBN:85-88456-07-9. 200p.

R13 DELTA v.20 n.1 São Paulo jan./jun. 2004

CASTRO, Yeda Pessoa de (2002). *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Secretária da Cultura do Estado de Minas Gerais. 240 p.

R14 DELTA v.21 n.1 São Paulo jan./jun. 2005

John E. JOSEPH, Nigel LOVE e Talbot TAYLOR. (2001) *Landmarks in Linguistic Thought II: The Western tradition in the twentieth century*. London: Routledge.

R15 DELTA v.21 n.2 São Paulo jul./dez. 2005

Magalhães, Célia Maria (org). (2001). *Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG.

R16 DELTA v.21 n. spe São Paulo 2005

Magalhães, I. (2000) *Eu e Tu: A Constituição do Sujeito no Discurso Médico*. Brasília: Editora Thesaurus, 181

R17 DELTA v.22 n.2 São Paulo 2006

WEBSTER, J. J. ed. (2005). *On Grammar*. London: Continuum. Colected works of M. A. K Halliday - Volume 1.

2) o sujeito se inscreve no quadro cênico *resenha acadêmica* instaurando uma polêmica aberta com outro(s) posicionamento(s) no campo

R18 DELTA v.18 n.2 São Paulo 2002

FARACO, Carlos Alberto (org.) (2001) *Estrangeirismos: Guerras em Torno da Língua*. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 191 p.

R19 DELTA v.19 n.2 São Paulo 2003

RAJAGOPALAN, Kanavillil. (2003). *Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial. ISBN 85-88456-13-3. p.144

R20 DELTA v.22 n.2 São Paulo 2006

MARI, Hugo; WALTY, I.; VERSIANI, Z. (2005) *Ensaios sobre leitura*. Belo Horizonte: PucMinas,. 228 p.

Analisando esse conjunto de textos, foi possível encontrar algumas pistas que nos ajudaram a reconstituir o processo de inscrição por meio do qual o sujeito discursivo se constituiu. No processo em que a inscrição no quadro cênico se dá sem a instauração da polêmica, o sujeito procura construir sua identidade discursiva enquanto sujeito-autor apagando as diferenças entre os posicionamentos para criar o efeito de que o lugar discursivo onde se inscreve é hegemônico dentro do campo. No segundo caso, quando o processo de inscrição ocorre instaurando uma polêmica aberta, o sujeito se constitui sujeito-autor na polêmica com o(s) outro(s) posicionamento(s), buscando legitimar o lugar discursivo em que se inscreve no campo.

Analisaremos a seguir, no capítulo IV, como esses efeitos são produzidos nos textos, a partir do funcionamento das marcas de heterogeneidade mostrada.

CAPÍTULO IV

A CONSTITUIÇÃO DA AUTORIA EM RESENHAS ACADÊMICAS

Uma dupla designação é assim operada pelas formas da heterogeneidade mostrada: a de **um lugar** *para um fragmento de estatuto diferente na linearidade da cadeia e a de uma* **alteridade** *a que o fragmento remete.*
(Jacqueline Authier-Revuz)

1. Considerações iniciais

Neste capítulo, daremos início à análise do *corpus*, organizando-o em duas seções. Inicialmente, (seção 2), retomaremos a noção de *cena de enunciação*, formulada por Maingueneau e apresentada no capítulo II. Nosso objetivo é aprofundar as análises a partir da noção de *quadro cênico do discurso*, tecendo correlações entre a constituição da autoria e as coerções próprias do quadro cênico *resenha acadêmica*, objeto de nossa pesquisa. Trataremos, mais especificamente, do que Maingueneau considera como *estatuto* do enunciador e do co-enunciador, e das interdições impostas por este estatuto ao discurso e aos sujeitos, já que, em alguma medida, essa questão tem implicações para a análise do processo de constituição da autoria no quadro cênico em questão.

Em seguida (seção 3), procederemos à analise discursiva, observando, a partir da heterogeneidade mostrada, o modo como o sujeito posiciona-se em relação ao Outro[20], visto

[20] Utilizaremos, seguindo Maingueneau, o termo *Outro* com maiúsculas, referindo-nos a outros posicionamentos no campo discursivo.

que estamos assumindo certas marcas de heterogeneidade como indícios da constituição da função-autor no quadro cênico *resenha acadêmica*.

2. A cena de enunciação: o estatuto dos enunciadores no quadro cênico *resenha acadêmica*

Conforme apresentamos no capítulo II, para Maingueneau todo enunciado implica as condições de sua produção – uma situação de enunciação que não corresponde, necessariamente, às circunstâncias empíricas de produção do enunciado, mas sim ao universo de sentido que o discurso constrói por meio da enunciação. A articulação do lingüístico com o histórico-social está presente, portanto, nas reflexões teóricas do autor, associada a uma cena enunciativa, pois, para a Análise do Discurso, na vertente assumida por Maingueneau, as instâncias de enunciação são formuladas em termos de *lugares discursivos*, em que os falantes se inscrevem a partir de uma topografia social pré-existente. Assim, "o exercício [de um] discurso pressupõe um lugar de enunciação afetado por determinadas capacidades, de tal forma que qualquer indivíduo, a partir do momento que o ocupa, supostamente as detém" (idem, p. 37)

O reconhecimento de um discurso como autorizado depende, portanto, da legitimidade atribuída a cada sujeito, através do lugar discursivo que ele ocupa em determinado processo enunciativo, uma vez que toda produção lingüística é um ato de discurso enunciado a partir de uma instituição. Como conseqüência, os interlocutores se inscrevem no discurso, assumindo determinados *estatutos* que pressupõem instituições capazes de atribuir-lhes sentido. Maingueneau destaca que cada gênero define suas próprias

coerções e, por conseguinte, estabelece as regras que devem ser assumidas pelo enunciador e co-enunciador no processo discursivo:

> Que estatuto o enunciador genérico deve assumir e qual estatuto deve conferir a seu co-enunciador para tornar-se sujeito de seu discurso? O gênero funciona como elemento que garante a cada um a legitimidade do lugar que ocupa no processo enunciativo, o reconhecimento do conjunto das condições de exercício implicitamente relacionados a um gênero. (MAINGUENEAU, 1987/19997, p. 36)

Nessa perspectiva, a estrutura de um texto é efeito da inscrição do sujeito no quadro cênico do discurso, o que pressupõe participantes que se colocam em um jogo de representações e de construção de efeitos de sentido, que encontra sua legitimidade a partir do espaço institucional que o produz. Em toda situação de fala emergem "convenções que regulam institucionalmente as relações entre sujeitos, atribuindo a cada um estatuto na atividade de linguagem" (MAINGUENEAU, 1987/1997, p. 30). Com isso, estamos assumindo que a análise do estatuto dos enunciadores é uma forma de olhar para o sujeito do discurso e, em alguma medida, para a problemática da constituição da autoria.

Assim, partindo do fato de que "um texto não é um conjunto de signos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é encenada" (MAINGUENEAU, 1998/2001, p. 85), apresentaremos, a seguir, uma análise de algumas coerções que se instauram no quadro cênico *resenha acadêmica*. A análise do quadro cênico permite situar as coordenadas discursivas que estruturam as cenas englobante e genérica, bem como identificar que tipo de restrições esse quadro impõe à constituição da função-autor.

Fundamentaremos as considerações que se seguem a partir do trabalho de Mussalim (2007), intitulado *Apontamentos sobre a categoria de tempo na Análise do Discurso.* Neste texto, a autora desenvolve uma reflexão sobre a categoria de tempo na AD, apresentando uma análise de uma propaganda da rede de lojas Marisa, a partir da qual operacionaliza os conceitos de *cena de enunciação e dêixis discursiva,* a fim de mostrar que a noção de tempo para a AD é de natureza ideológica. Nesse desenvolvimento, ao apresentar o conceito de *cena*

de enunciação, Mussalim (2007, p. 14) faz uma análise do estatuto dos enunciadores e dos co-enunciadores, nos níveis da cena englobante publicitária e da cena genérica "propaganda publicada em revista", objetos de sua análise. O quadro cênico apresentado na análise de Mussalim nos parece pertinente para o presente trabalho; em função disso, a partir dele esboçaremos um quadro nosso, a fim de descrever o quadro cênico resenha acadêmica, considerando, nesse primeiro momento, o estatuto dos interlocutores.

CENA	ENUNCIADOR	CO-ENUNCIADOR
ENGLOBANTE (ACADÊMICA)	PESQUISADORES NAS ÁREAS DA LINGÜÍSTICA E LINGÜÍSTICA APLICADA	DEMAIS PESQUISADORES E OS OUTROS MEMBROS DA COMUNIDADE CIENTÍFICA
GENÉRICA (RESENHAS ACADÊMICAS PUBLICADAS EM REVISTAS *QUALIS A*)	O SUJEITO-AUTOR DE RESENHAS ACADÊMICAS	O SUJEITO LEITOR

Como se pode perceber pelo quadro acima, e conforme a análise de Mussalim, há uma relação de interdependência entre estas duas instâncias de enunciação, de tal maneira que não se pode tratar do funcionamento da cena genérica sem considerar sua relação com a cena englobante, assim como não é possível considerar a cena englobante sem observar os gêneros que a constituem. Nas palavras dessa autora, "a cena genérica deve ser descrita enquanto uma instância de enunciação afetada por uma certa ordem discursiva, a da cena englobante que possibilitou a existência de determinado conjunto de gêneros a partir dos quais os enunciados são proferidos" (MUSSALIM, 2007, p. 13).

Em relação ao estatuto dos interlocutores (enunciadores/co-enunciadores) no nível da cena englobante, pode-se dizer que a legitimidade do sujeito-autor de resenhas acadêmicas, definido como enunciador que tem certa competência para produzir resenhas, decorre de sua inscrição enquanto enunciador na cena englobante acadêmica. É a partir dessa inscrição nessa

cena englobante que é definido seu estatuto de especialista em Lingüística – alguém que tem, minimamente, conhecimento sobre o tema do livro/autor resenhado, a ponto de ser reconhecido como especialista[21] autorizado a inscrever-se na cena genérica em questão.

No que se refere ao estatuto dos interlocutores (enunciadores/co-enunciadores) inscritos na cena genérica resenha, os posicionamentos assumidos pelos enunciadores indiciam que as resenhas limitam-se ao cumprimento de sua cena genérica: podem ser lidas como o conjunto das reações à publicação de um livro, servindo, assim, para vários pesquisadores, como registros da recepção de uma obra em determinada conjuntura sócio-histórica. Inscritos na cena englobante acadêmica, os enunciadores se posicionam no interior da cena genérica em questão, considerando-a uma instância de produção de conhecimento, a partir da qual enunciam.

Quanto aos co-enunciadores, o quadro apresentado acima revela o quanto os estatutos "demais pesquisadores/outros membros da comunidade científica" e "sujeito leitor" se implicam, uma vez que, para ser interpelado como sujeito leitor, co-enunciador da cena genérica, o sujeito precisa ser interpelado, ao mesmo tempo, como co-enunciador da cena englobante acadêmica, isto é, como "pesquisador/outro membro da comunidade científica".

A descrição acima aponta para um sujeito que se inscreve num posicionamento no campo discursivo e, ao enunciar, instaura uma cena de enunciação. A cena, portanto, é efeito do processo de inscrição de um sujeito num campo. Assim, a descrição da cena englobante e da cena genérica (o quadro cênico) revela como a exterioridade constitui o discurso. Essa exterioridade se manifesta por meio de mecanismos de controle do discurso, que funcionam no interior do quadro enunciativo por meio de coerções e interdições, que o constituem numa instância reguladora da discursividade.

---

[21] Pela observação de nosso *corpus*, são considerados especialistas desde os membros mais experientes da academia, até mestrandos e doutorandos, os quais produzem as resenhas, geralmente, por solicitação da comissão editorial do periódico.

Nesse ponto, parece-nos pertinente uma aproximação com as idéias de Foucault, retomando algumas questões já apresentadas nos capítulos anteriores. Ao discutir a relação entre as práticas discursivas e o poder, esse autor destaca a existência de procedimentos de controle e delimitação, externos aos discursos, que funcionam como sistemas de exclusão, colocando em jogo o poder e o desejo: *a interdição (proibição da palavra), a segregação da loucura e a vontade de saber.* Destes, interessa-nos *a interdição* por estar mais diretamente relacionada à questão do estatuto do enunciador e do co-enunciador genérico e, em alguma medida, à constituição da autoria. De acordo com Foucault, é devido à interdição que não podemos falar de qualquer coisa (tabu do objeto) em qualquer lugar (ritual da circunstância) e a qualquer um (direito de falar), visto que estes três tipos de interdição se cruzam, necessariamente, na prática discursiva.

Essas três interdições, consideradas no nível do estatuto dos enunciadores, funcionam como mecanismos que regulam a constituição do sujeito enquanto sujeito-autor no interior do quadro cênico. Para se constituir sujeito-autor no quadro cênico *resenha acadêmica*, o enunciador precisa entrar na ordem do discurso, o que significa: i) ser autorizado, ter legitimidade (precisa se inscrever na cena englobante como especialista em Lingüística ou Lingüística Aplicada para ter direito de falar); ii) inscrever-se num lugar discursivo reconhecido como instância de enunciação legítima (precisa se inscrever na cena genérica – ritual da circunstância) e iii) produzir enunciados legitimados por esse lugar discursivo – tabu do objeto.

Feitas estas considerações sobre alguns aspectos que funcionam como interdições à constituição da autoria no quadro cênico *resenha acadêmica*, passaremos à análise das resenhas, a fim de identificar possíveis indícios da constituição da autoria. Para tanto, retomaremos a questão da heterogeneidade mostrada, conforme já apresentamos anteriormente.

3. Análises: a questão da heterogeneidade mostrada e sua relação com a constituição da autoria

As análises que apresentaremos trazem à tona aspectos do funcionamento discursivo importantes para aqueles que se interessam, tanto pela questão da autoria quanto pelos gêneros discursivos acadêmicos. Ressaltamos, no entanto, que muitos aspectos das resenhas ainda ficaram submersos. Em conformidade com as pesquisas conduzidas por Possenti (2001, 2002), privilegiamos não a busca de evidências capazes de definir se as hipóteses que levantaremos e trabalharemos são ou não verdadeiras, mas, sim, a análise qualitativa dos dados e a formulação de hipóteses interpretativas.

Conforme apresentamos no capítulo II, nosso trabalho consistiu em apontar, por meio da observação de indícios presentes na materialidade discursiva, as coerções de ordem discursiva que condicionaram, em alguma medida, o processo de constituição da autoria. Ao assumirmos, com Possenti, o *paradigma indiciário*, estamos considerando que uma investigação indiciária é capaz de levantar hipóteses explicativas pertinentes a respeito do funcionamento da autoria em resenhas. Com isso, abriu-se a possibilidade de examinarmos, via pistas, sinais, que escapam aos olhares não preocupados com os pormenores, as estratégias utilizadas no processo de constituição da autoria, bem como suas marcas presentes nas resenhas. As pistas lingüísticas, no entanto, não se oferecem espontaneamente ao desejo do analista; são indícios que apontam para um certo funcionamento discursivo.

A análise do *corpus* revelou duas atitudes constantes do sujeito no trabalho de produção destes textos: *dar voz a outros enunciadores e manter distância em relação ao próprio texto.* Segundo Possenti (2002), estas atitudes podem ser consideradas como *indícios de autoria*, tal como apresentamos no capítulo II, pois evidenciam a intervenção do sujeito no seu próprio discurso, intervenção que, por sua vez, deve ser compreendida no sentido sócio-histórico, já que não se trata de atitudes individuais. Nessa perspectiva, a autoria de um texto

constitui-se pela tomada de posição, pela assunção do ponto de vista daquele que enuncia em relação ao seu discurso.

Selecionamos os dois textos que nos pareceram mais interessantes para observar a relação entre modos de posicionamento do sujeito discursivo em relação ao Outro e a constituição da autoria no quadro cênico *resenha acadêmica*. Dos textos pertencentes ao grupo 1, caracterizados pelo gesto de o sujeito se inscrever no quadro cênico sem instaurar uma polêmica aberta com outros posicionamentos do campo, analisaremos a resenha identificada como **R15;** dos textos pertencentes ao grupo 2, que se caracterizam pelo gesto de o sujeito se inscrever no quadro cênico instaurando uma polêmica aberta com outro(s) posicionamento(s) no campo, analisaremos a resenha **R20**. O nosso objetivo é olhar para a materialidade discursiva, a fim de encontrar os indícios por meio dos quais se pode reconstituir o processo de inscrição do sujeito no quadro cênico em questão. Estamos tomando a heterogeneidade mostrada marcada (o discurso relatado e as aspas de conotação autonímica), como um "lugar" privilegiado de onde se pode verificar modos de posicionamento do sujeito discursivo em relação ao Outro (outros posicionamentos) e, nesse sentido, aspectos da constituição desse sujeito enquanto sujeito-autor no interior do quadro cênico *resenha acadêmica*. Passemos às análises.

R15 Magalhães, Célia Maria (org). (2001). *Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso.* Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG.

A resenha **R15** acima referida apresenta o livro organizado por Célia Maria Magalhães, uma coletânea de oito artigos escritos por diferentes autores da Análise Crítica do Discurso. Essa resenha se destaca, em relação às outras do *corpus,* pelo modo como o autor inicia o texto. O comentário, presente no primeiro parágrafo, já é um primeiro indício de que

o sujeito se inscreve no quadro cênico sem instaurar a polêmica aberta, alinhando-se, nesse sentido, ao posicionamento em que se inscrevem a organizadora e os autores do livro resenhado. Destacamos abaixo, do primeiro parágrafo da resenha, passagens que nos parecem apontar para esse modo de inscrição.

> Já de saída, o livro **deixa bem claro** a que veio: divulgar uma das teorias e métodos de Análise do Discurso - A Análise Crítica do Discurso -, bem como situá-la no panorama da grande área da Lingüística e promover reflexões sobre **questões relevantes** de interesse dessa área de pesquisa. Ao final da leitura, tem-se **a certeza de que as propostas foram realizadas a contento**. **O livro consegue mais**: **convida o leitor/pesquisador não apenas a pensar, mas também a fazer análise crítica do discurso. O que é um convite irresistível.**

Outro indício que aponta para o apagamento da polêmica ocorre no segundo parágrafo do texto, quando o sujeito faz uma extensa apresentação da formação acadêmica da organizadora do volume. Apresentar o(s) autor(es) e suas credencias acadêmicas é algo previsto pelo quadro cênico *resenha acadêmica*, aparecendo em vários dos textos analisados. Mas, nesta resenha, a apresentação funciona como mais uma forma utilizada pelo sujeito na tentativa de construir um posicionamento hegemônico para a área.

> Célia Magalhães, organizadora do volume e uma das pioneiras da pesquisa em Análise Crítica do Discurso no Brasil, é pesquisadora e professora adjunta da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Desde que ingressou na UFMG como professora, vem realizando e orientando pesquisas enquadradas na perspectiva teórica da Análise Crítica do Discurso (a partir de agora, ACD). Leciona disciplinas ligadas à ACD e aos Estudos da Tradução no Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos (POSLIN) daquela universidade. É membro-fundador do grupo de pesquisa intitulado CORDIALL - Corpus Discursivo para Análises Lingüísticas e Literárias - cujos pesquisadores realizam suas pesquisas tendo como base o referencial teórico e metodológico da Lingüística de Corpus, em conjunto com teorias da vertente anglo-americana da Análise do Discurso e com os estudos da Tradução. Atualmente, pesquisa a representação de identidades raciais em corpora híbridos, sob a perspectiva da ACD, dos Estudos da Tradução e dos Estudos Culturais, consolidando seu engajamento em questões relevantes ao contexto social brasileiro. Ao longo de toda a sua trajetória acadêmica, pode-se averiguar a consistência e a relevância da sua obra.

Após as apresentações do livro e da autora que organizou a coletânea, o sujeito-autor de **R15** utiliza-se de outra estratégia de apagamento da polêmica: constrói dois parágrafos

para explicitar a proposta teórica da Análise Crítica do Discurso e divulgar os nomes de alguns dos principais teóricos, utilizando-se de citações de outras obras de referência para a área, diferentes do livro objeto da resenha. Após esses parágrafos, identificados pelo sujeito-autor como "breve introdução sobre a origem e a proposta geral da Análise Crítica do Discurso", inicia a descrição do conteúdo do livro em questão, optando-se por fazer uma apresentação de cada capítulo individualmente e na seqüência em que aparecem na obra. A descrição de todos os capítulos é feita sem problematização, com raros comentários avaliativos, os quais ressaltam os aspectos positivos da obra. Destacamos aqui, a quantidade de citações que o autor da resenha faz de fragmentos retirados do livro resenhado.

No final do texto, observamos mais indícios de que o autor desta resenha se inscreve no quadro cênico sem instaurar polêmica aberta. Retomando a linha reflexiva com que iniciou a resenha, quando afirmou que o livro convida o leitor/pesquisador a fazer análise crítica do discurso e afirma ser este um "convite irresistível", encerra com as seguintes considerações:

> E após a reflexão sobre as questões abordadas no livro, que nos levam a desnaturalizar conceitos e relações que parecem tão naturais, **o leitor iniciante nos estudos da relação entre linguagem e sociedade é levado inexoravelmente** à pergunta que **não quer calar**: **como eu não pensei nisso antes?**

O que nos chamou a atenção neste texto foi o modo como o sujeito lida com essas coerções para se inscrever na zona do dizível no campo e construir a imagem de que a Análise Crítica do Discurso configura-se como um posicionamento hegemônico no campo da Lingüística. Nessas condições, o sujeito constitui-se autor do texto, evitando qualquer tipo de confronto, de ataque ao Outro, mesmo que de forma polida. O sujeito, neste caso, constitui-se autor apagando toda e qualquer diferença entre o seu posicionamento e o do Outro. Em outras palavras, realiza-se o apagamento da polêmica, o que se dá pela ausência total de avaliações negativas.

É importante destacar que essa forma de apagamento da polêmica é recorrente nesse modo de inscrição, o que nos aponta para a hipótese de que "tecer elogios" é uma das rotinas discursivas previstas pela cena genérica em questão. Essa cena genérica, por sua vez, responde às restrições impostas pela cena englobante acadêmica, que impõe modos de como se pode "tecer elogios". Por exemplo, é pertinente que se teça elogios em relação à qualidade acadêmica de um trabalho e à história de contribuições teóricas de um pesquisador para área – que é o que se faz na resenha ora analisada. Mas não é pertinente, por exemplo, que se teça comentários em relação à personalidade do pesquisador, ou em relação ao projeto gráfico do livro – ao menos no quadro cênico considerado. Assim, quando o autor de **R15** se inscreve nesse quadro cênico sem instaurar a polêmica, ele o faz por meio de uma rotina discursiva (tecer elogios) prevista nesse quadro, e está, portanto, constituindo-se em sujeito autor por meio de uma forma específica de lidar com a alteridade, forma esta que é, de acordo com a perspectiva teórica assumida neste trabalho, sempre regulada pelas coerções do quadro cênico em que o sujeito se inscreve: no caso, o quadro cênico *resenha acadêmica*.

Dando prosseguimento à análise de como o sujeito lida com a alteridade neste texto, passaremos a apresentar o funcionamento do discurso relatado e das aspas, que consideramos indícios de constituição da autoria. Observamos que o modo como o discurso do Outro é recortado nas citações indicia os caminhos percorridos pelo sujeito para se constituir enquanto sujeito autor de resenha de uma forma específica: sem instaurar polêmica aberta. Nesse texto, os comentários avaliativos são praticamente inexistentes, predominando a presença de citações em que a voz do Outro parece ser recortada de maneira a não comprometer o autor da resenha em relação ao que ele cita – já que se atribui ao Outro a responsabilidade do dizer – e de forma a evidenciar a autoridade do discurso em questão. Apresentaremos, a seguir, exemplos que ilustram as formas de discurso relato e de aspas mais utilizadas no texto em análise.

Discurso Direto (DD): segundo Authier-Revuz (1998), o DD é um modo de representação no discurso de um discurso outro em que o enunciador relata o outro ato de enunciação usando suas próprias palavras na descrição (sintagma introdutor), mas faz menção (autonímia) na parte citada, que é mostrada.

(01) A segunda dimensão é a análise das práticas discursivas, aqui sendo entendidas como *"a dimensão do uso da linguagem que envolve os processos de produção, distribuição e consumo dos textos, sendo variada a natureza desses processos dentre os tipos diferentes de discurso e de acordo com os fatores sociais"*, **nas palavras de Magalhães** (neste volume, p.17).

(02) **De acordo com Fairclough (1989:1),** a Análise Crítica do Discurso pretende também *"aumentar a consciência de como a linguagem contribui para a dominação de umas pessoas por outras, já que essa consciência é o primeiro passo para a emancipação"*.

(03) Como pode ser lido neste capítulo, **de acordo com Fairclough (1992:22),** *"qualquer evento discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social"*.

(04) O conceito de gênero do discurso é usado recorrentemente nos trabalhos em Análise Crítica do Discurso, e corresponde, **de acordo com Magalhães (p.19),** a um *"conjunto estável de convenções o qual se associa a um tipo de atividade ratificada socialmente, encenando-a parcialmente, como, por exemplo, um bate-papo informal, um documentário de televisão, um poema, um artigo específico etc"*.

(05) A democratização, **nas palavras de Magalhães (p.25)**, *"tem a ver com a remoção das desigualdades e assimetrias nos direitos, obrigações e prestígios discursivos e lingüísticos de grupos de pessoas"*.

Observando a forma como as citações recortadas do livro resenhado aparecem no texto em análise, verificamos que, nos casos de DD, dificilmente o autor da resenha utiliza um verbo *dicendi* para introduzir o discurso citado, além de não destacar a citação do restante do texto com dois pontos, mas apenas com aspas. Essa forma de usar o DD parece ser uma estratégia para diluir as fronteiras entre o discurso citante e o discurso citado, mas sem deixar de atribuir ao Outro a responsabilidade pelo dizer, como comprovam as expressões destacadas em negrito nos trechos acima.

Não nos parece, entretanto, que o DD seja empregado neste texto apenas para não comprometer o autor da resenha com o que ele cita. Considerando que o resenhista busca se constituir autor sem instaurar a polêmica, é justificado que recorra ao DD, visto ser esta uma forma de relatar em que mais claramente pode-se evidenciar o dizer do Outro. Aqui, o efeito pretendido é mostrar a autoridade do discurso em questão, construindo a imagem de que se trata de um posicionamento hegemônico no campo. Nesse caso, parece que o autor da resenha se coloca em segundo plano, para que seu texto sirva como forma de divulgar as contribuições teóricas do trabalho em questão e garantir a sua aceitação.

Modalização em discurso segundo (MDS): esta é uma forma de DR em que a alteridade é menos marcada do que no DD, já que não há ruptura sintática com uso de dois pontos. O enunciador do discurso citante indica que não é a fonte enunciativa do discurso, remetendo ao outro enunciador – o do discurso citado – e atribuindo-lhe a responsabilidade pelo que é dito.

(06) A Análise Crítica do Discurso, **como pode ser lido em Fairclough (1992)** surgiu como uma concretização do desejo de um grupo específico de lingüistas de criação de um método para analisar a linguagem que aliasse as teorias lingüísticas, sociológicas e políticas, a seu ver a única maneira adequada de tratar a linguagem, que é um objeto essencialmente dinâmico.

(07) A terceira dimensão do quadro metodológico da ACD, **conforme Fairclough**, é a análise da prática social, que tem em vista os contextos culturais e sociais mais amplos, levando em consideração, primordialmente, o conceito de hegemonia no sentido de um modo de dominação baseado em alianças, em consentimento, na incorporação de outros grupos através de sua subordinação. Como pode ser lido neste capítulo introdutório, **de acordo com Fairclough** (1992), na Análise Crítica do Discurso, o discurso é visto como um tipo de prática social, de representação e de significação do mundo.

(08) Magalhães descreve as três tendências principais que, **segundo Fairclough**, têm afetado o discurso nas sociedades contemporâneas: a democratização, a comodificação e a tecnologização.

(09) A comodificação, **segundo Magalhães**, é um processo que configura-se na organização de domínios sociais diversos - cujo alvo não é a produção de bens de consumo - em estruturas de produção, distribuição e consumo.

(10) Fairclough trata de outro tema de importância crucial em sua teoria: a linguagem e o discurso na sociedade capitalista tardia. **Segundo ele**, a relação entre o discurso e as outras facetas do social é uma variável histórica, podendo ser observadas mudanças qualitativas na dinâmica dessa relação. **De acordo com o autor**, uma ordem do discurso global está emergindo, e o discurso na sociedade contemporânea caracteriza-se por ter o papel de destaque, o papel mais importante na constituição e na reprodução das relações de poder, operando por meio do senso comum das práticas cotidianas.

(11) **Segundo as autoras**, as diferenças fundamentais entre as teorias em foco são de recortes teóricos e esquemas metodológicos, além da concepção de sujeito, a quem Fairclough, ao contrário de Pêcheux e de Chareaudeau, atribui uma possibilidade transformadora, dinâmica, de mudança social.

Este tipo de estrutura de discurso relatado é bastante comum nos gêneros acadêmicos e foi bastante utilizada pelo resenhista. O uso da MDS permite ao enunciador do discurso citante um trabalho de reformulação do dizer do Outro, ao mesmo tempo em que não deixa de atribuir-lhe a responsabilidade pelo que é dito, usando expressões modalizadoras como as que estão em negrito. Modalizar a voz do Outro, neste texto, parece-nos ser uma estratégia que permite ao sujeito, não só fazer referência ao outro discurso, mas se aproximar e, por conseguinte, apagar diferenças, deixando entrever que se constitui autor alinhando-se ao posicionamento do Outro e sem, portanto, instaurar polêmica. Um indício desse posicionamento está na ausência de qualquer discordância do sujeito em relação aos enunciados recortados e apresentados na forma da MDS.

Discurso indireto quase-textual (DI quase-textual): Authier-Revuz (1998, p. 158) considera que esta é uma forma particular de DI, em que a parte entre aspas não é DD, mas uma "ilha textual" estendida. Os fragmentos isolados (aspas ou itálico) são atribuídos ao enunciador citado, mas encontram-se perfeitamente integrados, do ponto de vista sintático, à estrutura do enunciado citante como um todo.

(12) Na discussão teórica, **Fairclough esclarece que** a teoria em foco é nomeada **"crítica"** porque enseja **"explorar sistematicamente relações freqüentemente opacas de causalidade e determinação entre práticas discursivas, eventos e textos e estruturas sociais e culturais"** e **"relações e processos mais amplos" (p.35).**

(13) **A autora nos convida** a olhar a hibridização e a transformação como inerentes às formações genéricas, já que **"O hibridismo parece surgir, assim, da práxis ou da produção textual, que, se bem participa de um gênero específico ou se vincula a ele, está sempre ativando outros gêneros". (p. 90).**

Apesar de essa forma de DR não ser tão explorada pelo autor como as outras formas de heterogeneidade mostrada acima analisadas, julgamos de interesse para as análises apresentá-la. O exemplo (12) é o caso típico de DI quase-textual, com a estrutura verbo *dicendi* + *que*, seguido da ilha textual estendida. O exemplo (13), entretanto, não apresenta um "autêntico" verbo dicendi, mas estamos considerando, ainda assim, que esta seqüência seja um caso de DI quase-textual, já que o dizer do Outro é introduzido pelo verbo "convida", que denota um trabalho de interpretação, reformulação das palavras do Outro pelo autor da resenha. Além disso, observa-se o emprego das aspas para demarcar a ilha textual, definindo as fronteiras entre o discurso citado e o discurso citante, sem romper a estrutura sintática do discurso citante.

Vale destacar o efeito de sentido produzido pelos verbos escolhidos pelo autor da resenha para se referir ao discurso do Outro: "esclarecer" e "convidar". Enquanto o primeiro reforça a imagem do Outro como alguém que detém conhecimentos e, por isso, têm autoridade para esclarecer, o segundo verbo sugere que o autor da resenha se prepara para uma eventual réplica e, por isso, apresenta o dizer do Outro como um convite. Essa atitude, entretanto, não significa que o autor da resenha diminui o mérito da exposição teórica, que é desenvolvida, na seqüência, com as "próprias" palavras do enunciador do discurso citado e introduzida pelo conectivo *já que,* cujo efeito é o de confirmação da validade do discurso em questão. A escolha desta forma de discurso relatado parece seguir a mesma orientação do DD e da MDS, cujo efeito é o de deixar nítidas as fronteiras entre o discurso citante e o discurso citado para poder evidenciar a autoridade do discurso em questão, permitindo ao sujeito se constituir autor sem instaurar polêmica aberta.

Aspas: trata-se de marcas de distanciamento metalingüístico, em que a natureza da alteridade não é especificada no fragmento mencionado, exigindo um trabalho de interpretação.

(14) Chouliaraki & Fairclough (1999:16) chegam a caracterizar a ACD como **"síntese mutante de outras teorias"**.

(15) O autor ilustra a prática da análise crítica do discurso discutindo o que ele chama de **"mercantilização"** do discurso público na educação superior da Grã-Bretanha contemporânea.

(16) Concentrando-se no que chama de **"promoção como função comunicativa"** (p.48), Fairclough termina o artigo analisando o já citado discurso de instituições da educação superior na Grã-Bretanha, relacionando-o à emergência dos traços discursivos apontados por ele como típicos da sociedade contemporânea.

(17) Toda essa discussão ilustra um dos efeitos possíveis da **"encenação textual intergenérica"** (p.91).

(18) A seguir, a autora apresenta a teoria do discurso de Fairclough, introduzindo outros nomes como Harvey e Ibáñez, abordando, entre outras, as questões, centrais em sua pesquisa, da esfera pública, da mercantilização do discurso e da **"luta simbólica pela naturalização do senso comum"** (p.126).

(19) Na seqüência, a autora aponta características e funcionamento do gênero audiência pública, trazendo à tona os temas da democracia como prática da cidadania e da participação popular nas decisões do Estado. Dessa maneira, a audiência pública é situada como uma **"possibilidade de diálogo na esfera pública"**.

(20) No capítulo 5, "A Hibridização e a Constituição do Discurso Evangélico na Mídia Televisiva", Cláudio Márcio do Carmo faz um histórico da relação entre linguagem e sociedade, passando por Saussure, Bakhtin, Volochínov, Labov, Fowler e Halliday, até chegar a Norman Fairclough, cuja teoria informa o trabalho do autor, especialmente no que tange à visão da linguagem como prática social e ao conceito de **"híbrido"**, definido por do Carmo como **"mistura de gêneros, discurso, registro e textos"** (p.144).

Assumimos que os fragmentos acima ilustram as aspas de conotação/modalização autonímica, apesar da natureza da alteridade ser, de certa forma, explicitada nos exemplos selecionados. Essa explicitação se dá pela indicação do autor e da página de onde o fragmento foi recortado. Esse funcionamento das aspas, entretanto, não é específico deste texto,

aparecendo com freqüência nas outras resenhas do *corpus,* o que leva-nos a supor que se trata de uma das rotinas que integram a cena genérica em questão.

O autor da resenha, em praticamente todos os exemplos, indicou a página do livro resenhado de onde o fragmento entre aspas foi retirado e, nos casos em que não faz essa indicação, exemplos (15) e (19), mostra que aquelas palavras entre aspas são do Outro, referindo-se claramente ao autor(a) do capítulo do livro. Mas não é apenas esta a semelhança entre os exemplos acima. Em todos eles, as aspas manifestam uma suspensão de responsabilidade, um distanciamento acompanhado de um comentário implícito que, no caso deste texto, aponta para a preocupação do autor em ser fiel às palavras do Outro, ressaltando conceitos, expressões relevantes para a teoria em questão. Os fragmentos colocados entre aspas ao longo do texto não estão sendo questionados, criticados; ao contrário, eles funcionam como uma fronteira que aponta para a existência de um *exterior* em função do qual sua adequação deve ser avaliada, ao mesmo tempo em que mostram que o autor da resenha não fará tal avaliação, pelo menos não negativamente, já que se trata de um exterior com o qual o autor do texto indicia que não pretende polemizar.

Com base na análise feita, é possível fortemente supor que as formas de discurso relatado e de aspas que aparecem no texto são um recurso discursivo que permite ao sujeito constituir-se na alteridade. No caso do texto analisado, o sujeito faz isso sem instaurar uma polêmica com outros posicionamentos, o que tem por efeito a construção da imagem do Outro como um posicionamento hegemônico no campo. Esse efeito vai se construindo no texto por meio das passagens em que a voz do Outro aparece na forma de discurso direto (DD), modalização em discurso segundo (MDS), discurso indireto quase-textual (DI quase-textual). Observou-se que as citações feitas em DD e MDS são as que predominam no texto em grande quantidade, possivelmente porque essas formas de discurso relatado permitem ao sujeito dar

mais relevo à qualidade acadêmica do livro e às contribuições teóricas dos pesquisadores da área. O uso das aspas também é um recurso que indicia o lugar discursivo onde sujeito se inscreve, pois os efeitos produzidos apontam para um distanciamento que tem o objetivo de destacar, chamar a atenção para relevância dos fragmentos aspeados, selecionados para mostrar a autoridade e a contribuição acadêmica do dizer do Outro.

Prosseguindo com as análises, passaremos a apresentar a resenha pertencente ao grupo 2, caracterizada pelo gesto de inscrição do sujeito no quadro cênico por meio da instauração de uma polêmica aberta com outro posicionamento do campo. Continuaremos analisando casos de heterogeneidade mostrada, a fim de verificar efeitos que produzem para a constituição da autoria.

R20 MARI, Hugo; WALTY, I.; VERSIANI, Z. (2005) *Ensaios sobre leitura*. Belo Horizonte: PucMinas,. 228 p.

A referência acima é de um livro que discute, dentre outras questões, a leitura, o ensino de leitura e os gêneros textuais; trata-se de uma coletânea de ensaios organizada pelos três autores acima referidos. Os dois parágrafos iniciais do texto seguem o que nos parece ser uma rotina discursiva prevista pela cena genérica em questão: iniciar a resenha apresentando o livro e/ou o(s) autor(es), situando o lugar que ocupam no campo da Lingüística e a qualidade acadêmica do trabalho que realizam, bem como a forma de apresentação do conteúdo do livro. Na resenha, o autor é bastante pontual e objetivo em relação a estas questões, mas não deixa de "tecer elogios" ao longo de todo texto, ao mesmo tempo em que abranda alguma avaliação negativa, que se faça necessária. É preciso ressaltar que os elogios são feitos,

apenas, aos ensaios que representam posicionamentos com os quais o autor da resenha não vai instaurar a polêmica. Vejamos como este gesto discursivo aparece nos primeiros parágrafos:

> *Ensaios sobre leitura* é a **primeira publicação do CIPEL** (Centro Interdisciplinar de Pesquisas em Linguagem) da PUCMG. **O novo Centro de Estudos estréia de forma marcante**, **mostrando não apenas a qualidade de seus trabalhos, mas a interação com outros pesquisadores de instituições brasileiras (UFMG, USP e Unicamp) e também do exterior**, com a inclusão da entrevista de Anne-Marie Chartier do Institut National de Recherche Pédagogique (INRP) de Paris.
>
> Os textos foram divididos pelos organizadores em duas partes: "Leitura: condições, fundamentos e ensino" e "Leitura: gêneros textuais e processos de referenciação". **No entanto, ao ler os capítulos, percebe-se que a divisão é pouco consistente,** pois também encontramos questões de ensino na segunda parte e reflexões sobre gêneros na primeira parte. **Ao rotular os trabalhos de forma tão categórica, os organizadores acabam prometendo uma separação entre temas que não acontece na prática, o que de forma alguma invalida a boa qualidade da obra.**

Na seqüência do texto, o autor da resenha justifica a opção de não apresentar os ensaios seguindo a seqüência do livro e utiliza uma citação em DD, recortada de um dos ensaios, para sustentar esse procedimento. Percebe-se que o uso do DD não é fruto de uma escolha pessoal, mas efeito do processo de inscrição do sujeito enquanto autor de resenhas, dito de outro modo, essa forma de heterogeneidade marcada reflete as restrições do posicionamento em que o sujeito se inscreve para se constituir autor de resenha, já que é o lugar discursivo onde se inscreve que permite ao resenhista utilizar-se da forma de DD para valer-se da autoridade do posicionamento do Outro, com o qual se alinha, e, assim, tentar preservar-se de possíveis críticas. Algo como: “o que estou fazendo não é errado, pois é um procedimento possível, como atestam os autores citados”. Essa preocupação em justificar-se se explica, possivelmente, pelo fato de, normalmente, as resenhas procederem à apresentação dos capítulos ou ensaios de acordo com a ordem em que aparecem no livro, o que nos parece ser mais uma das rotinas genéricas.

> **Como o leitor é também co-autor, esta resenha não segue a ordem dos ensaios.** Afinal, como lembram Mari e Mendes, autores do ensaio *"Processos de leitura: fator textual, [E]m toda atividade de compreensão de um texto, o leitor deve transitar entre dois espaços: um que lhe assegura certas liberdades na reconstrução dos fatos textuais;*

> *outro que lhe impõe orientações determinantes para o sentido de partes recorrentes em um texto" (p. 157).*

Após esta ressalva, tem início a descrição do conteúdo do livro em questão. Chama a atenção a brevidade dos comentários que são feitos pelo resenhista em relação ao conteúdo dos ensaios, se comparada à não brevidade dos comentários feitos pelo resenhista do texto analisado anteriormente. Percebemos, no decorrer da análise, que esta objetividade é regulada pelo posicionamento no qual o resenhista se inscreve para constituir-se enquanto autor deste texto, posicionamento este que leva o resenhista a focalizar, na apresentação de cada ensaio, os pontos que interessam à instauração de uma polêmica aberta com um dos posicionamentos, como veremos a seguir. Esse modo de inscrição no quadro cênico fica mais evidente quando o autor da resenha identifica, nominalmente, o pesquisador cujo posicionamento será alvo da polêmica, o que não o impede de fazer elogios aos trabalhos dos outros autores, já que não irá polemizar com estes outros posicionamentos. Destacamos abaixo os parágrafos que ilustram o que acabamos de comentar.

> Assumindo essa liberdade, recomendo começar a leitura pelo texto de Márcia Abreu, **delicioso ensaio** sobre a história do livro e da leitura, tendo como foco central os relatos de viagem ao Brasil de Hans Staden. **Já o texto de Anne-Marie Chartier poderia tanto ser a segunda ou a última leitura, pois suas reflexões ora funcionam como contraponto e ora como diálogo com os outros textos**. Sua leitura dá **uma visão abrangente** de vários aspectos teóricos e aplicados da pesquisa sobre leitura.
>
> **Em minha opinião, o texto mais polêmico é o de Perini** - "Pelos caminhos da perplexidade: uma receita para ler sem entender" - **que encontra contrapontos não apenas na entrevista de Chartier, mas também em outros ensaios dessa coletânea.**

Outro ponto do texto, que merece destaque em relação à instauração da polêmica, é o último parágrafo, momento em que o resenhista, geralmente, referenda o livro e indica o público ao qual se destina a publicação. Neste texto, o autor repete um procedimento que já identificamos acima e que se deu no início da resenha: o de utilizar uma citação em DD, recortada de um dos ensaios, para justificar suas ponderações. Nos dois momentos, a citação

parece ter outras funções, além desta: i) dar voz ao Outro, para destacar uma questão teórica que o autor da resenha julga ser de interesse para os co-enunciadores, mostrando, assim, que não polemiza com esse posicionamento; ii) usar o discurso citado para referir-se ao ensaio em questão, sem fazer comentários avaliativos a respeito do que é dito pelo Outro e iii) usar o dizer de Outro, cuja autoridade se confirma pelo apagamento da polêmica, para legitimar seu próprio posicionamento e, de certa forma, referendar a polêmica instaurada na resenha.

> Encerro esta resenha com uma citação de Campos: *"...a partir dos fragmentos que indicam um certo fechamento, abre a oportunidade para o trabalho criativo do leitor de DC (discurso científico) uma vez que DV (o divulgador) não diz tudo e nem poderia fazê-lo"(p.134).* **Foi dessa forma que li os 10 ensaios, pois todos me desafiaram a refletir e a estabelecer um diálogo com minhas leituras anteriores.** Considero "Ensaios sobre Leitura" leitura obrigatória para todos aqueles que se interessam pelo tema tanto no viés do ensino quanto no da pesquisa.

A seleção deste texto permitiu procedermos à análise de outro modo do sujeito lidar com as coerções para se inscrever na zona do dizível no campo acadêmico, mais especificamente na área da Lingüística, já que, neste caso, o sujeito se constitui autor na polêmica com outro posicionamento, o que significa que não temos mais um posicionamento hegemônico, mas posições enunciativas que se delimitam reciprocamente e que, portanto, precisam legitimar-se. Nessas condições, o sujeito constitui-se autor do texto atacando o Outro, confrontando-o para poder anulá-lo, expondo-o por meio de questionamentos e críticas. Mas, é preciso lembrar, conforme aponta Maingueneau (1984/2005), que um discurso lida parcialmente com o seu Outro, mais especificamente com a parte do Outro que é necessário confrontar-se para que possa manter sua identidade. Este pressuposto pode ser evidenciado no texto observando-se o que o autor da resenha escolhe para citar e o modo como cita – em outras palavras, analisando as relações interdiscursivas que se materializam nas formas de heterogeneidade mostrada presentes no texto.

Dando prosseguimento à análise dos indícios que permitem reconstituir o processo de constituição da autoria, apresentaremos, mais especificamente, as passagens em que o resenhista instaura a polêmica aberta, observando as formas de discurso relatado e de aspas como indícios de um modo específico do sujeito se constituir autor de resenha. Não seguiremos o mesmo esquema de apresentação das formas de heterogeneidade utilizado na análise do primeiro texto, pois a instauração da polêmica levou o sujeito a lidar com a alteridade de maneira diferente neste segundo texto.

> Perini **começa seu texto de forma perigosamente generalizante** ao afirmar, com letras maiúsculas, que **"nossos alunos lêem mal"** e acrescenta que **"nós professores não lemos tão bem como deveríamos"**.

Neste fragmento destaca-se a avaliação que o autor faz antes de introduzir a voz do Outro, que aparece entre aspas de conotação autonímica. Esse procedimento de trazer o dizer do Outro entre aspas vai se repetir em outros momentos da resenha, mas, diferentemente do primeiro texto analisado, aqui essa forma de alteridade ajuda a construir um distanciamento que permite dar mais relevo à face negativa do Outro, expondo-o às críticas. Neste caso, as aspas selecionam "os pontos fracos" do outro posicionamento para construir a polêmica. Na seqüência, o autor acirra essa forma de relação com o Outro e sustenta a controvérsia por meio de uma citação em DD de um teórico, também citado pelo Outro, mostrando, entretanto, que houve uma interpretação equivocada. O uso da citação em DD, preservando a "língua" de origem do texto, é um indício de que o resenhista seleciona essa forma de DR de acordo às imposições do lugar e do modo de inscrição que ele assume no quadro cênico que regulam a constituição da autoria neste texto, já que o DD permite ao discurso citante simular que mantém a integridade e a autenticidade do discurso citado, que fica delimitado com fronteiras nítidas e estáveis, indicada pela separação com os dois pontos.

> Atribui essa catástrofe ao não reconhecimento dos gêneros e à ausência de conhecimentos prévios, exemplificando com experimentos de outros autores e do famoso artigo *nonsense* "Transgressing the Boundaries: Toward a Transformative Hermeneutics of Quantum Gravity", de Sokal, aceito para publicação pelos editores do periódico *Social Text* sem se darem conta de que se tratava de uma paródia". **Apesar de não duvidar da importância do conhecimento prévio e dos gêneros, acredito que nem Sokal concordaria com a tese extremista de Perini,** pois ele próprio reconhece que seu texto só poderia ser lido por especialistas em física quântica e que os editores foram persuadidos pela credibilidade do autor. A respeito do episódio, **Sokal (**1997) **assim se posiciona**:
>
> *It proves only that the editors of one rather marginal journal were derelict in their intellectual duty, by publishing an article on quantum physics that they admit they could not understand, without bothering to get an opinion from anyone knowledgeable in quantum physics, solely because it came from a "conveniently credentialed ally" (as Social Text co-editor Bruce Robbins later candidly admitted), flattered the editors' ideological preconceptions, and attacked their "enemies".*

Após a citação retirada de SoKal (1997), o resenhista faz um comentário, interpretando o que foi dito no DD para confirmar que houve mesmo uma interpretação equivocada por parte do Outro. Na seqüência, continua acirrando a polêmica com o Outro, mas desse ponto em diante do texto vai sustentar o confronto comparando a posição teórica que se quer negar com as demais que integram os ensaios da coletânea. No fragmento que apresentaremos a seguir, o DI-quase-textual será a forma de DR escolhida, o que nos leva fortemente a supor, que o posicionamento discursivo onde o resenhista se inscreve está restringindo o uso das formas de marcar a alteridade àquelas que parecem ser mais adequadas para construir a polêmica, já que tanto o DD quanto o DI quase-textual permitem dar mais destaque à voz do Outro devido ao distanciamento que possibilitam em relação ao discurso citado, com a criação de contornos exteriores mais nítidos.

> **Chartier, mais otimista que Perini, afirma que** "*A universidade é ainda um lugar em que se "aprende a ler" em domínios de especialidade e haverá sempre textos que um adulto é incapaz de ler porque são muito difíceis de serem compreendidos sem ajuda" (p.53).* **Sua afirmação me leva a concluir que não é assintomático que sejam publicados livros para nos ajudar a ler Lacan e James Joyce, por exemplo.**

No fragmento acima, a voz do Outro está presente na ilha textual e nos chamou a atenção o efeito produzido pelo dizer recortado entre aspas, que nos parece ser mais um indício do lugar em que o autor do texto está se inscrevendo. Esse lugar discursivo impõe ao

resenhista algumas restrições em relação ao dizer do Outro, restrições que afetam o modo como o sujeito se constitui autor do texto. São estas restrições que definem o modo de inscrição que estamos analisando e justificam que a citação de Chartier seja utilizada para criticar e ironizar, sustentando a controvérsia com o posicionamento de Perini, como pode ser observado no final do parágrafo.

Nesse parágrafo, é possível observar que o autor da resenha está enunciando a partir de um posicionamento, o qual define as relações que vai estabelecendo ao longo do texto e a forma específica de se constituir sujeito-autor de resenhas: instaurando uma polêmica aberta com outros posicionamentos do campo. Considerando que uma das restrições da cena englobante acadêmica em relação a esta cena genérica é que as avaliações negativas, quando necessárias, sejam feitas de forma polida e com o cuidado de também se destacar os pontos positivos da publicação, o sujeito, para constituir-se autor do texto analisado, se alinha ao posicionamento de Chartier para evidenciar a qualidade da reflexão teórica dessa pesquisadora, mas também para apoiar-se na autoridade acadêmica de um discurso que justifica traduzir como recusado, inaceitável o discurso do Outro com o qual está polemizando. Parece uma espécie de jogo em que, num só movimento, o autor do texto legitima outros discursos enunciados na coletânea e constrói a polêmica entre esses posicionamentos e o posicionamento que se quer negar, para assim poder dizer: "não sou apenas eu quem está criticando, existem outros que também discordam". Esse jogo nos parece ser um indício de como o sujeito vai se constituindo autor do texto. Os parágrafos seguintes trazem mais evidências nesse sentido.

> **Ao contrário de Perini, que enfatiza a distinção do gênero (literário e informativo) como determinante da estratégia de leitura (p.37-38),** Chartier considera o conhecimento prévio como o fator mais importante para a compreensão de um texto, independente do gênero. *Diz ela*: "*Isso parece evidente quando se trata de um texto científico, mas é também verdade para se ler um romance, um jornal ou uma página de manual" (p.63).*

Nessa passagem observa-se que o DI e o DD deixam mais pistas do processo de inscrição do sujeito enquanto autor: a voz do Outro com quem se polemiza está na forma de DI, enquanto o posicionamento com o qual o resenhista se alinha está na forma de DD. Observou-se ao longo do texto que as citações em DD predominam quando o efeito pretendido é evidenciar a autoridade acadêmica e as contribuições teóricas do posicionamento com o qual o autor do texto vai se alinhar, a fim de legitimar-se no campo. O DD está funcionando, portanto, como forma de simular a integridade e autenticidade do discurso no qual o resenhista irá se apoiar para justificar a instauração da polêmica com outro posicionamento. O DI e o DI quase-textual, por sua vez, são as formas de DR utilizadas, preferencialmente, para citar o discurso com o qual se estabelece a polêmica. O efeito pretendido é o de diluir as fronteiras entre o discurso citante e o citado, dificultando, assim, a identificação dos contornos exteriores do discurso citado, o que pode favorecer a instauração da polêmica. Esse procedimento indicia que sujeito está inscrito num lugar discursivo que define como se deve dar voz a outros enunciadores e manter distância ao mesmo tempo. De acordo com o posicionamento a partir do qual enuncia, o sujeito precisa legitimar algumas posições e criticar outras.

No parágrafo seguinte, são as aspas de conotação/modalização autonímica que explicitam a relação de alteridade e indiciam o modo como o sujeito se constitui autor. Mas antes, é interessante observar os verbos e os efeitos que produzem sobre o dizer do Outro: “parece” para se referir à voz do Outro com quem se estabelece a polêmica e “adotam” para apresentar o posicionamento com o qual se alinha. De acordo com a análise que estamos apresentando, os verbos estão funcionando como um indício do lugar e do modo de inscrição assumidos pelo resenhista para se constituir autor no quadro cênico, que prevê a instauração da polêmica.

Os efeitos apontam para o posicionamento assumido pelo resenhista no interior do campo e indiciam o modo específico de constituição da autoria observado nesta resenha. Em outras palavras, são as relações interdiscursivas que definem o distanciamento que o sujeito-autor mantém em relação ao que é dito entre aspas, produzindo para o primeiro fragmento uma distância de proteção, de questionamento, enquanto no segundo fragmento o distanciamento é para dar destaque à posição teórica do Outro no campo. Conforme já comentamos, mesmo nesta forma de constituição de autoria, em que se instaura uma polêmica aberta, o sujeito precisa seguir as rotinas genéricas que definem o modo como se deve avaliar criticamente a publicação.

> **Perini parece ter** uma concepção de texto literário entendido como "**paisagem mental subjetiva, eivada de intenções estéticas, insinuações vagas, impressões nebulosas**" (p.41-42), diferentemente de Paulino e Walty que, apesar de não negarem o fictício e a dissimulação, **adotam** uma concepção que "**não descola a literatura do social**" (p.143).

O parágrafo abaixo também é interessante para se observar os efeitos de sentido produzidos pelo verbo utilizado pelo resenhista para reformular o dizer do Outro, em relação ao que é colocado entre aspas. Nesse caso, apesar de não ter empregado um verbo *dicendi*, a forma utilizada para citar é o DI quase-textual.

> **Perini suspeita de "que os alunos estejam sendo intensivamente treinados na interpretação de textos literários"** e afirma ser grande o percentual de gêneros desse domínio nos livros didáticos. **No entanto**, reconhece que o estudo fica muito concentrado na compreensão literal, **no que é, de certa forma, respaldado por Lopes** que afirma que "[O] universo literário permite muitas vertentes de sentido e os LDP (livros didáticos de português) balizam em demasia para o evidente, como se estivessem tratando de gêneros puramente informativos".

O verbo "suspeitar" cria a imagem da dúvida, da incerteza em relação à fala do Outro, colocando o enunciador do discurso citado numa posição desconfortável, visto que suspeitar não é uma atitude esperada para um pesquisador. O verbo, associado ao que é recortado da voz do Outro, estão funcionando como efeitos do modo específico de constituição da autoria identificado neste texto. Esse modo de inscrição no quadro cênico

regula o que vai sendo mostrado do Outro, de maneira que, para constituir-se autor, o sujeito precisa mostrar que o discurso em questão tem problemas teóricos que precisam ser apontados e, portanto, justificam as críticas. Mas, nesse parágrafo, resenhista faz ressalvas que, em alguma medida, abrandam o confronto que vinha sendo estabelecido, já que outro posicionamento do campo da Lingüística é citado na forma de DD para abrandar a avaliação negativa que vinha sendo feita do Outro com o qual o resenhista está polemizando.

Percebemos que o funcionamento das aspas, neste texto, é mais uma pista interessante para se observar o posicionamento discursivo por meio do qual o sujeito está se constituindo enquanto autor no quadro cênico *resenha acadêmica*. Quando o resenhista faz referência aos posicionamentos com os quais se alinha, observamos que o uso das aspas foi mais freqüente nas formas de DD e DI quase-textual, cuja função é criar um contorno exterior em torno do discurso citado, de maneira que o discurso citante possa criar a impressão de fronteiras mais nítidas e estáveis em relação ao discurso citado. Os efeitos produzidos pelas aspas, neste caso, apontam para um distanciamento a partir do qual o resenhista pode realçar a autoridade e a contribuição acadêmica do dizer do Outro, o que contribui para legitimar tanto o posicionamento do resenhista, quanto do seu Outro. Entretanto, quando as aspas são utilizadas para referir-se ao dizer do Outro com quem o resenhista está polemizando, produzem o efeito de um distanciamento que tem o objetivo de proteção, de questionamento que permite a construção da polêmica.

3.1 Algumas conclusões

Acreditamos ter sido explicitado, nas duas resenhas analisadas, que o distanciamento que o discurso citante introduz em relação ao discurso citado está associado a dois diferentes modos de constituição da autoria, o que nos permite dizer que o funcionamento das formas de heterogeneidade pode ser visto como indícios de um processo de inscrição. Os efeitos

produzidos pela relação de alteridade, nestes textos, estão associados ao fato de que um enunciado de um texto, ao ser citado ou aspeado por um outro, já não é mais o mesmo, tendo em vista que estes procedimentos não equivalem a uma simples operação de transcrição literal de enunciados. Nesta pesquisa, procuramos mostrar que essa característica da citação está associada ao posicionamento que o resenhista assume em relação ao Outro, produzindo efeitos de autoria distintos.

Em cada um dos textos, podemos observar alguns efeitos produzidos pelos dois diferentes modos de inscrição do sujeito no quadro cênico *resenha acadêmica* e procuramos mostrar que os modos de inscrição implicam as relações interdiscursivas que são estabelecidas entre os posicionamentos. No primeiro texto, o lugar discursivo em que o sujeito se inscreve para enunciar estabeleceu relações de aliança, já que os posicionamentos se alinham; no segundo, as relações estabelecidas foram de confronto em virtude da instauração da polêmica.

Esse funcionamento aponta para o fato de que a construção da identidade do sujeito enquanto sujeito-autor é afetada pelos lugares e modos de inscrição que se delimitam reciprocamente, e materializa-se nos textos, dentre outras maneiras, nas formas de heterogeneidade mostrada. No primeiro texto, as citações e as aspas são indícios de um processo de inscrição cujo efeito é a tentativa de construção de um posicionamento hegemônico no campo; enquanto no segundo texto, as citações e aspas são indícios de construção de uma polêmica e de um sujeito que busca legitimar o seu posicionamento apoiando-se nas outras posições teóricas encontradas na coletânea resenhada. A citação e as aspas, neste último texto, quando se referem ao Outro com quem o resenhista está polemizando, são formas de incorporar a voz desse Outro no discurso para anulá-lo, colocando-o como um adversário que se encontra infringindo normas que não poderiam ser

infringidas. Importante lembrar que a polêmica é uma forma de relação entre posicionamentos que se formam no interior de um campo, não devendo ser vista como um confronto pessoal, mas como um "conflito regrado".

Destacamos, ainda, que as formas de heterogeneidade mostrada encontradas nos dois textos analisados são recorrentes em outras resenhas do *corpus*, o que nos leva, novamente, a trabalhar com a hipótese de que o uso destas categorias integra uma das rotinas discursivas previstas pela cena genérica resenha. Conforme já explicamos, é a cena englobante acadêmica que impõe restrições à cena genérica, do que decorre que são as condições histórico-ideológicas, constitutivas dos discursos, que permitem explicar um funcionamento semelhante para o discurso relatado e para as aspas em outros gêneros acadêmicos, a exemplo dos artigos[22], papers e ensaios. Como procuramos evidenciar no decorrer da análise, a presença de marcas de heterogeneidade mostrada é mais um aspecto que aponta para as implicações entre lugares e modos de inscrição no processo de constituição da autoria no interior do quadro cênico *resenha acadêmica*.

É possível que o funcionamento das formas de heterogeneidade analisadas sejam um modo específico de "comentar", no sentido foucaultiano, o que é dito pelo Outro nas resenhas. Conforme já evidenciamos, é a cena englobante acadêmica que prevê a função de comentário como uma finalidade possível para a cena genérica em análise. O comentário, portanto, que se materializa por meio das formas de heterogeneidade mostrada, pressupõe a presença do Outro reatualizado na forma de um já dito que precisa ser apresentado como novo pelo autor da resenha. No caso dos textos analisados, em alguma medida, o resenhista busca reatualizar aquilo que interessa de um outro posicionamento discursivo e que reaparece na resenha por

[22] Esta questão pode ser encontrada em Coracini (1991). A autora, em um estudo minuncioso sobre o discurso científico primário, em que analisou 35 artigos científicos escritos em português e 35 escritos em francês, discute, dentre outras questões relevantes, a manifestação da subjetividade no discurso científico, apresentando a heterogeneidade como recurso argumentativo.

meio do que é recortado para citar e aspear, bem como nos efeitos que tais fragmentos produzem. A hipótese levantada é que estas questões estão associadas à forma de inscrição do sujeito no quadro cênico *resenha acadêmica*.

Por fim, percebemos ao longo das análises que foi se confirmando o princípio de que quem fala, fala de um lugar determinado na instituição que o legitima e autoriza. Assumimos este princípio a partir das formulações de Maingueneau, tomando como orientação teórica o postulado do primado do interdiscurso e tratamos a questão como resultante das relações interdiscursivas que se estabelecem entre os diferentes posicionamentos no interior de um campo. Acreditamos que os resultados encontrados revelam que as relações de alteridade materializadas nos textos decorrem, em alguma medida, das especificidades do funcionamento dos discursos produzidos, particularmente, na área da Lingüística no interior do campo acadêmico. Estamos trabalhando com a hipótese de que as formas de apagamento/constituição da polêmica identificadas não são recorrentes em resenhas produzidas em todas as áreas do campo, o que pode ser um indício interessante para se pensar sobre as condições sócio-histórico-ideológicas que definem as práticas discursivas no interior da área da Lingüística.

Essa perspectiva enriqueceu as análises, pois passamos a tratar a autoria como efeito de um processo de inscrição do sujeito no quadro cênico, procurando evidenciar o princípio de que a identidade de um discurso se constrói na relação com o Outro e a depender de quem seja o Outro em relação ao qual o sujeito se constitui, poderemos identificar diferentes modos desse sujeito constituir-se autor de resenhas. Em outras palavras e para finalizar, mas não concluir estas análises, o que mostramos foi um sujeito que se constitui na alteridade, reafirmando, assim, um pressuposto fundante da Análise de Discurso francesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, procuramos mostrar as implicações entre lugares e modos de inscrição para a constituição da autoria no quadro cênico *resenha acadêmica*, partindo da hipótese de que a função-autor se constitui, fundamentalmente, a partir da relação de alteridade que o sujeito-autor estabelece com os diversos posicionamentos com os quais se relaciona no campo acadêmico. Essa relação de alteridade foi analisada a partir das marcas de heterogeneidade mostrada, consideradas como indícios que permitem reconstituir o processo de inscrição do sujeito e os modos de constituição da autoria.

Na perspectiva da AD, estamos considerando que as cenas englobante e genérica são instâncias reguladoras da autoria, o que nos permite dizer que o exercício da função-autor é condicionado pelo funcionamento do quadro cênico. Fizemos um percurso buscando evidenciar essa questão a partir de um trabalho de análise das resenhas que compõem o *corpus*, as quais foram divididas em dois grupos, de acordo com o modo de inscrição do sujeito no quadro cênico. Em linhas bastante gerais, foram identificados dois modos de inscrição: 1) os textos pertencentes ao grupo, caracterizados pelo gesto de o sujeito se inscrever no quadro cênico resenha acadêmica sem instaurar uma polêmica aberta com outros posicionamentos do campo; 2) os textos do grupo, que se caracterizam pelo gesto de o sujeito se inscrever no quadro cênico instaurando uma polêmica aberta com outro(s) posicionamento(s) do campo.

Os dados analisados parecem ter confirmado que estes modos de inscrição revelam que o posicionamento enquanto autor se constrói a partir das relações que o sujeito estabelece com o Outro (outros posicionamentos discursivos). As análises apresentadas apontaram para o fato de que aquele que relata a fala de outro o faz a partir de um posicionamento a partir do qual enuncia. Portanto, a “tradução” do Outro, presente nas formas de DR e das aspas

analisadas, deve ser entendida como condicionada pelo posicionamento do sujeito que se inscreve no quadro cênico *resenha acadêmica* para enunciar. Percebemos que esses condicionamentos, além de serem reflexo das coerções do campo acadêmico, estão fortemente associados à área específica da Lingüística no interior deste campo, o que nos permite fortemente supor que os aspectos da constituição da autoria, evidenciados neste trabalho, são efeitos das relações interdiscursivas que se constituem nesta área.

Essa questão, além de pertinente para as análises discursivas desenvolvidas atualmente, mostrou-se produtiva para a análise da constituição da autoria em resenhas acadêmicas. Acreditamos que os dados apresentados apontam para um caminho interessante para se reconstituir o processo de constituição de autoria de um sujeito, a partir da consideração das formas de discurso relatado e das aspas como indícios de autoria no quadro cênico *resenha acadêmica*. Julgamos que as análises trouxeram à tona aspectos do funcionamento discursivo importantes para aqueles que se interessam tanto pela questão da autoria, quanto pelos gêneros discursivos acadêmicos. Apesar de muitos aspectos das resenhas não terem sido explorados, acreditamos que as questões tratadas contribuem para a descrição de aspectos interessantes do funcionamento discursivo do gênero, mais especificamente, os modos particulares de inscrição do sujeito – suas estratégias de abrandamento das avaliações negativas; as formas mobilizadas de apagamento/constituição da polêmica no interior do quadro cênico; o modo de agenciamento das marcas de heterogeneidade, etc.

Acreditamos que os diferentes efeitos de autoria são produzidos de acordo com os diferentes modos de posicionamento do sujeito em relação ao Outro. Na resenha **R15**, vimos que o efeito de autoria decorre da prática discursiva de um sujeito que constitui sua identidade de autor buscando constituir-se como posicionamento hegemônico, apagando as diferenças e alinhando-se ao outro(s) posicionamento(s). Na resenha **R20** o efeito de autoria decorre da

prática discursiva de um sujeito que se constitui autor por meio da construção de uma polêmica no campo e da tentativa de legitimar-se enquanto um posicionamento forte.

Olhar a constituição da autoria via heterogeneidade é uma forma de identificarmos as relações interdiscursivas que se estabelecem no interior do quadro cênico, por meio das quais se define a identidade enunciativa do sujeito. A análise das implicações entre lugares e modos de inscrição no interior do quadro cênico *resenha acadêmica*, além de permitir revelar as coerções impostas por esse quadro, nos pareceu uma alternativa viável de investigação, que pode contribuir para a identificação de outras marcas que estejam funcionando como indícios da constituição da autoria no quadro cênico em questão. De acordo com o que pudemos evidenciar, parece-nos possível ampliar as questões propostas nesta pesquisa para a análise de outros gêneros acadêmicos, a fim de observar se o funcionamento das formas de heterogeneidade se mantém ou se altera, a depender do gênero, bem como se há outras categorias discursivas funcionando como indícios de autoria.

Estamos considerando que as reflexões desenvolvidas até aqui revelam algumas das contribuições que a noção de quadro cênico do discurso pode trazer para as análises discursivas, visto que analisar as restrições impostas pela instância de enunciação é um meio de se chegar às condições sócio-histórico-ideológicas que permitiram certo funcionamento discursivo. Entretanto, considerando os limites deste trabalho, defendemos como relevante para novas pesquisas a possibilidade de aprofundar a análise acerca das implicações entre lugares e modos de inscrição, ampliando a discussão para o nível da relação entre a cena englobante acadêmica e o campo interdiscursivo onde este discurso é produzido, buscando, assim, outros aspectos histórico-ideológicos do funcionamento discursivo. Esse caminho pode revelar outras nuances do processo de constituição da autoria em gêneros acadêmicos.

O fato de termos assumido, nesta pesquisa, a noção de gênero de discurso enquanto uma instância de inscrição regulada pela cena englobante acadêmica e de, consequentemente, termos olhado, mais especificamente, para as regularidades do quadro cênico, não significa que estamos desconsiderando as possibilidades de desestabilizações possíveis no processo de constituição da autoria em gêneros acadêmicos. Percebemos que os resultados alcançados não excluem a existência de um espaço de instabilidade no interior do gênero resenha, a partir do qual vislumbramos outras perspectivas, igualmente relevantes, para a análise, particularmente se considerarmos o conceito de autoria a partir da singularidade, associada a uma noção discursiva de estilo. Acreditamos que outros aspectos discursivos da constituição da autoria em resenhas acadêmicas possam ser evidenciados se considerarmos, também, o fato de que o gênero permite uma certa abertura, um espaço de tensão em que é possível se verificar brechas por onde o sujeito tenta escapar de uma ordem discursiva. Olhar para a possibilidade de abertura no gênero poderá revelar outros efeitos produzidos pelas marcas de heterogeneidade.

Por fim, podemos afirmar que discutir a questão da autoria é uma forma desafiadora de se pensar sobre a identidade do sujeito discursivo na Análise de Discurso, questão que toma contornos ainda mais interessantes se analisada a partir das contribuições da noção de cena de enunciação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: **Cadernos de estudos lingüísticos**, Campinas, UNICAMP – IEL, n. 19, jul./dez.,1990.

_____. **Palavras incertas – As não-coincidências do dizer**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

_____. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: _____**Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004a.

_____. Palavras mantidas a distância. In:_____**Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004b.

BARBARA, L. et al. A preparação de uma revista geral. In: **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 17, n. esp., p. 137-144, 2001.

BARTHES, R. **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Hermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000 [1953]. p. 277-326.

BONINI, A. Qualis de Letras/Lingüística: uma análise de seus fundamentos. In: **RBPG**, Brasília, DF, v.1, n. 2, p. 141-159, 2004.

BRAIT, B. O Discurso sob o olhar de Bakhtin. In: GREGOLIN, Maria do Rosário & BARONAS, Roberto. (Orgs.) **Análise do Discurso: as materialidades do sentido**. 2 ed. São Carlos, SP: Editora Claraluz, 2003, p.19-30.

CARVALHO, G. **RESENHAS/REVIEWS: Um estudo contrastivo de resenhas acadêmicas escritas em Inglês e em Português**. [Tese de Doutorado em Estudos Lingüísticos]. Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002. 207 fls.

CHARAUDEAU, P & MAINGUENENAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. Coordenação da Tradução Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

CORACINI, M. J. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência**. São Paulo, SP: Educ; Campinas, SP: Pontes, 1991.

COURTINE, Jean-Jacques. Analyse du discours politique. **Langages n. 62**, Paris: Larousse, 1981.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber.** Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004. [1969a]

_____. **O que é um autor?** Lisboa: Veja Passagens,1971. [1969b]

_____. **A ordem do discurso.** Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996 [1971].

GINZBURG, C. Sinais – Raízes de um paradigma indiciário. In: _____**Mitos Emblemas Sinais: Morfologia e História.** Tradução de F. Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

GREGOLIN, M. do R. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos, SP: Claraluz, 2004

MACHADO, Anna Rachel et al. **Resenha – Leitura e Produção de textos técnicos e acadêmicos**. v. 2. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos.** Curitiba: Criar Edições, 2005 [1984].

_____. **Novas tendências em Análise do Discurso**. 3 ed. Campinas, SP: Pontes, 1997 [1987].

_____. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001 [1998].

_____. **"Ethos, cenografia e incorporação"**. In: AMOSSY, R. (org.). Imagens de Si no discurso. Tradução de Dilson F. da Cruz; Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005 [1999].

_____.**Discurso literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

MALDIDIER, D. **A Inquietação do Discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje.** Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2003.

MARCUSCHI, L.A. Revistas brasileiras em letras e lingüística. In: **DELTA**, São Paulo, v. 17, n. esp., p. 83-120, 2001.

MUSSALIM, F. **Apontamentos sobre a categoria de tempo na Análise do Discurso**. *Trilhas Urbanas*. Araraquara: Ed. UNESParaq., 2007. (no prelo)

ORLANDI, E. P. **Discurso e Leitura**. 6 ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

_____.**Análise de Discurso – Princípios e procedimentos**. 4 ed. Campinas, SP: Editora Pontes, 2002.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso – uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. de Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997a [1975].

_____. A Análise do Discurso: três épocas. Tradução de Jonas de A. Romualdo. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, Editora da Unicamp, 1997b. [1983]

_____**Discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 3 ed. Campinas: Pontes, 2002. [1983]

POSSENTI, S. **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____Enunciação, autoria e estilo. In: **Revista da FAEEBA**, Salvador, v. 10, n. 15, p. 15-21, 2001.

_____Indícios de autoria. In: **Perspectiva – Revista do Centro de Ciências da Educação.** Florianópolis: Editora da UFSC, v.20, n.01.p. 105-124, jan./jun. 2002.

_____. Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. **Introdução à lingüística** : fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004. v. 3. p. 353-392.

TEIXEIRA, M. **Análise de discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso**. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005

ANEXOS

DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada
Print ISSN 0102-4450

R15 DELTA vol. 21 no.2 São Paulo July/Dec. 2005

RESENHA REVIEW

Resenhado por: Izabella dos Santos Martins

Lael/PUC-SP

Magalhães, Célia Maria (org). 2001. *Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG.

Já de saída, o livro deixa bem claro a que veio: divulgar uma das teorias e métodos de Análise do Discurso - A Análise Crítica do Discurso -, bem como situá-la no panorama da grande área da Lingüística e promover reflexões sobre questões relevantes de interesse dessa área de pesquisa. Ao final da leitura, tem-se a certeza de que as propostas foram realizadas a contento. O livro consegue mais: convida o leitor/pesquisador não apenas a pensar, mas também a fazer análise crítica do discurso. O que é um convite irresistível.

Célia Magalhães, organizadora do volume e uma das pioneiras da pesquisa em Análise Crítica do Discurso no Brasil, é pesquisadora e professora adjunta da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Desde que ingressou na UFMG como professora, vem realizando e orientando pesquisas enquadradas na perspectiva teórica da Análise Crítica do Discurso (a partir de agora, ACD). Leciona disciplinas ligadas à ACD e aos Estudos da Tradução no Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos (POSLIN) daquela universidade. É membro-fundador do grupo de pesquisa intitulado CORDIALL - Corpus Discursivo para Análises Lingüísticas e Literárias - cujos pesquisadores realizam suas pesquisas tendo como base o referencial teórico e metodológico da Lingüística de Corpus, em conjunto com teorias da vertente anglo-americana da Análise do Discurso e com os estudos da Tradução. Atualmente, pesquisa a representação de identidades raciais

em corpora híbridos, sob a perspectiva da ACD, dos Estudos da Tradução e dos Estudos Culturais, consolidando seu engajamento em questões relevantes ao contexto social brasileiro. Ao longo de toda a sua trajetória acadêmica, pode-se averiguar a consistência e a relevância da sua obra.

A Análise Crítica do Discurso, como pode ser lido em Fairclough (1992) surgiu como uma concretização do desejo de um grupo específico de lingüistas de criação de um método para analisar a linguagem que aliasse as teorias lingüísticas, sociológicas e políticas, a seu ver a única maneira adequada de tratar a linguagem, que é um objeto essencialmente dinâmico. Esta abordagem do discurso e da linguagem que alia conceitos e métodos oriundos da Lingüística e das Ciências Sociais de forma satisfatória pode ser considerada inovadora. Chouliaraki & Fairclough (1999:16) chegam a caracterizar a ACD como "síntese mutante de outras teorias".

A Análise Crítica do Discurso pretende, em suma, mostrar o modo como as práticas lingüístico-discursivas estão imbricadas com as estruturas sociopolíticas mais abrangentes, de poder e dominação. De acordo com Fairclough (1989:1), a Análise Crítica do Discurso pretende também "aumentar a consciência de como a linguagem contribui para a dominação de umas pessoas por outras, já que essa consciência é o primeiro passo para a emancipação". Após essa breve introdução sobre a origem e a proposta geral da Análise Crítica do Discurso, volto-me ao livro em questão.

O primeiro capítulo de "Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso", "A Análise Crítica do Discurso enquanto Teoria e Método de Estudo", de autoria da organizadora, introduz o leitor, de forma didática, no universo da ACD, apresentando os conceitos chaves da teoria, seus fundamentos e sua síntese. A autora começa por promover uma reflexão sobre o conceito de discurso, apresentando a preocupação inicial dos analistas do discurso com o além da frase, que começa pela observação do texto, evoluindo para a preocupação com o contexto até chegar aos estudos críticos do discurso, cujos teóricos se engajam, além das questões acima, com a dimensão da prática social.

Como pode ser lido neste capítulo, de acordo com Fairclough (1992:22), "qualquer evento discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social". A primeira dimensão do quadro tridimensional de análise proposto por Fairclough é a análise textual, que usa o aparato da Lingüística Sistêmica e Funcional (LSF) de Halliday (1985). A segunda dimensão é a análise das práticas discursivas, aqui sendo entendidas como "a dimensão do uso da linguagem que envolve os processos de produção, distribuição e consumo dos textos, sendo variada a natureza desses processos dentre os tipos diferentes de discurso e de acordo com os fatores sociais", nas palavras de Magalhães (neste volume, p.17). A terceira dimensão do quadro metodológico da ACD, conforme Fairclough, é a análise da prática social, que tem em vista os contextos

culturais e sociais mais amplos, levando em consideração, primordialmente, o conceito de hegemonia no sentido de um modo de dominação baseado em alianças, em consentimento, na incorporação de outros grupos através de sua subordinação. Como pode ser lido neste capítulo introdutório, de acordo com Fairclough (1992), na Análise Crítica do Discurso, o discurso é visto como um tipo de prática social, de representação e de significação do mundo. Nesta teoria, o discurso é entendido como constituinte do social, como um modo de ação, pois é uma das maneiras pelas quais as pessoas podem agir sobre o mundo e sobre os outros, mas é também visto como uma forma de representação, pois nele valores e identidades são representados de forma particular. Os discursos são concebidos como não apenas reproduzindo entidades e relações sociais, mas também como as construindo de diversas maneiras, cada uma das quais posicionando os sujeitos sociais também de diferentes maneiras (FAIRCLOUGH, 1992). O conceito de gênero do discurso é usado recorrentemente nos trabalhos em Análise Crítica do Discurso, e corresponde, de acordo com Magalhães (p.19), a um "conjunto estável de convenções o qual se associa a um tipo de atividade ratificada socialmente, encenando-a parcialmente, como, por exemplo, um bate-papo informal, um documentário de televisão, um poema, um artigo específico etc". É cara a ACD a afirmação, emprestada de Bakhtin, de que os sistemas de gêneros do discurso ao mesmo tempo refletem e introduzem mudanças na prática social, numa relação dinâmica e histórica.

Magalhães descreve as três tendências principais que, segundo Fairclough, têm afetado o discurso nas sociedades contemporâneas: a democratização, a comodificação e a tecnologização. A democratização, nas palavras de Magalhães (p.25), "tem a ver com a remoção das desigualdades e assimetrias nos direitos, obrigações e prestígios discursivos e lingüísticos de grupos de pessoas". A comodificação, segundo Magalhães, é um processo que configura-se na organização de domínios sociais diversos - cujo alvo não é a produção de bens de consumo - em estruturas de produção, distribuição e consumo: discursos associados com a produção de bens de consumo colonizam outros discursos institucionais. Já a tecnologização do discurso é o emprego do discurso como técnica ou tecnologia em função de propósitos estratégicos.

No capítulo 2, "A Análise Crítica do Discurso e a Mercantilização do Discurso Público: as Universidades", traduzido por Célia Magalhães, Norman Fairclough apresenta sua visão de análise do discurso, apresentando de maneira resumida a teoria da Análise Crítica do Discurso e o quadro metodológico para a análise de eventos discursivos. O autor ilustra a prática da análise crítica do discurso discutindo o que ele chama de "mercantilização" do discurso público na educação superior da Grã-Bretanha contemporânea. Na discussão teórica, Fairclough esclarece que a teoria em foco é nomeada "crítica" porque enseja "explorar sistematicamente relações freqüentemente opacas de causalidade e determinação entre práticas discursivas, eventos e textos e estruturas

sociais e culturais" e "relações e processos mais amplos" (p.35). O autor considera as relações e lutas de poder como formadoras ideológicas dos referidos textos, eventos e práticas, e coloca a análise crítica a serviço da investigação da maneira com que a opacidade das relações entre discurso e sociedade opera como um dos fatores que garantem o poder e a hegemonia. Com isso, fica evidente que, ao tratar da dimensão do evento discursivo como prática social, o foco do autor é político, cujos alvos são as relações de poder e dominação. A mudança histórica deve, na visão de Fairclough, ser o foco e a preocupação principal da Análise Crítica do Discurso: os textos são vistos como transformadores do passado no presente - neste ponto, o foco da análise está na intertextualidade, considerada constitutiva de todos os textos. Fairclough trata de outro tema de importância crucial em sua teoria: a linguagem e o discurso na sociedade capitalista tardia. Segundo ele, a relação entre o discurso e as outras facetas do social é uma variável histórica, podendo ser observadas mudanças qualitativas na dinâmica dessa relação. De acordo com o autor, uma ordem do discurso global está emergindo, e o discurso na sociedade contemporânea caracteriza-se por ter o papel de destaque, o papel mais importante na constituição e na reprodução das relações de poder, operando por meio do senso comum das práticas cotidianas. São apontadas algumas características discursivas da sociedade contemporânea, como a conversacionalização, numa demanda crescente pela negociação através do diálogo, a reflexividade e a colonização dos demais discursos pelos discursos promocionais ou de consumo. Concentrando-se no que chama de "promoção como função comunicativa" (p.48), Fairclough termina o artigo analisando o já citado discurso de instituições da educação superior na Grã-Bretanha, relacionando-o à emergência dos traços discursivos apontados por ele como típicos da sociedade contemporânea. Traços como a personalização do leitor e da instituição, a simulação de uma relação conversacional e a autopromoção são apontados pelo autor como marcas discursivas dos textos analisados, o que vem a confirmar as características do discurso nas sociedades contemporâneas anteriormente mencionadas por ele.

No capítulo 3, "Gêneros Híbridos", Adriana Pagano enfatiza a necessidade de se considerar os gêneros do discurso sob uma perspectiva histórica e cultural. A autora apresenta concepções de gênero de autores muito citados neste volume, como as de Swales e Fairclough, bem como as de autores menos conhecidos da maioria e nem por isso menos relevantes, como Berkenkotter & Huckin e Freedman & Medway. O que está em foco no artigo é o hibridismo enquanto aspecto constitutivo do gênero, como norma e não como exceção. A autora nos convida a olhar a hibridização e a transformação como inerentes às formações genéricas, já que "O hibridismo parece surgir, assim, da práxis ou da produção textual, que, se bem participa de um gênero específico ou se vincula a ele, está sempre ativando outros gêneros". (p. 90). A partir daí, Pagano discute o texto "Agents of Ice", publicado no periódico "Area", da Royal Geographic Society, apresentado no capítulo em questão como anexo, sob a perspectiva da genericidade e do hibridismo. O citado texto, como apontado por Pagano, apresenta várias características do gênero artigo

acadêmico, como características léxico-gramaticais, movimentos retóricos, presença de notas de rodapé, identificação de autores e afiliação institucional, o que poderia claramente ser identificado como um artigo acadêmico. À medida que a leitura avança, no entanto, o leitor descobre tratar-se de uma paródia, dadas as expressões e afirmações bastante incomuns em artigos acadêmicos, e improváveis de serem estudadas cientificamente (como "adolescentes provocam mudanças climáticas"). Toda essa discussão ilustra um dos efeitos possíveis da "encenação textual intergenérica" (p.91). A seguir, a autora analisa alguns anúncios publicitários, publicados neste volume no anexo II, tendo o hibridismo como foco. Pagano prossegue com uma exposição do conceito de interdiscursividade para Fairclough, bem como discorre, a partir da apresentação e análise de anúncios publicitários presentes no anexo III, sobre gêneros interdiscursivos e gêneros de contornos difusos, salientando a tese de que tanto o surgimento de novos gêneros como a transformação dos já existentes estão relacionados com mudanças discursivas, históricas e ideológicas mais amplas, sistematicamente observadas na sociedade atual. Da mesma forma, o papel da tecnologia como transformadora e produtora de gêneros com contornos menos nítidos também é evidenciada. Finalmente, a autora deixa patente a necessidade, imperativa, de levarmos em conta os processos de produção, distribuição e consumo de textos ao refletirmos sobre o gênero, em vez de o abordarmos tão-somente como tipos textuais.

No capítulo 4, "O Gênero Audiência Pública", Maria Carmen Gomes, levantando a questão de como o uso da linguagem e a interação controlam as crenças e os valores de uma sociedade, discorre sobre as relações entre texto e contexto, entre discurso, sujeito e ideologia e entre a produção e a reprodução do social. A seguir, a autora apresenta a teoria do discurso de Fairclough, introduzindo outros nomes como Harvey e Ibáñez, abordando, entre outras, as questões, centrais em sua pesquisa, da esfera pública, da mercantilização do discurso e da "luta simbólica pela naturalização do senso comum" (p.126). Na seqüência, a autora aponta características e funcionamento do gênero audiência pública, trazendo à tona os temas da democracia como prática da cidadania e da participação popular nas decisões do Estado. Dessa maneira, a audiência pública é situada como uma "possibilidade de diálogo na esfera pública". Mas seria esse diálogo um diálogo democrático? Tentando responder a essa questão, a autora se vale das considerações de Fairclough sobre o diálogo na esfera pública e de Swales sobre comunidade discursiva e sua definição de gênero construída a partir dela. A partir daí, tem início a discussão sobre o tema específico da pesquisa, a audiência pública para a construção de barragens no contexto de usinas hidrelétricas. Algumas características são apontadas, como o emprego de diversos gêneros, estilos e discursos por parte dos participantes das audiências públicas para alcançarem seus objetivos. Finalmente, a autora conclui que podemos entender o gênero em questão como algo que permite o diálogo democrático na esfera pública, e realça a complexidade das negociações, que se fundamentam em discursos e gêneros híbridos.

No capítulo 5, "A Hibridização e a Constituição do Discurso Evangélico na Mídia Televisiva", Cláudio Márcio do Carmo faz um histórico da relação entre linguagem e sociedade, passando por Saussure, Bakhtin, Volochínov, Labov, Fowler e Halliday, até chegar a Norman Fairclough, cuja teoria informa o trabalho do autor, especialmente no que tange à visão da linguagem como prática social e ao conceito de "híbrido", definido por do Carmo como "mistura de gêneros, discurso, registro e textos" (p.144). Ao proceder à sua análise, o autor indica hibridismos e aponta relações de poder no discurso do pastor que apresenta o programa "Pare de Sofrer", da Igreja Universal do Reino de Deus, veiculado pela rede "Record" no dia 21/04/2000. Após discorrer sobre as noções de gênero e comunidade discursiva, o autor expõe as características da audiência do programa televisivo analisado, bem como, situando o discurso do pastor como eminentemente retórico, aponta o discurso da perdição x o discurso da salvação como a maior tensão trabalhada pelos pastores, em torno da qual o discurso da Igreja Universal do Reino de Deus é organizado. A seguir, o autor procede à análise dos gêneros apropriados por esse discurso, como os gêneros canção, salmo, conversa pelo telefone, testemunho e oração, concluindo que o discurso analisado aponta para um discurso promocional, mais que para um discurso religioso, em que pode ser percebida a hegemonia do discurso do pastor.

No capítulo 6, "Informação Científica e Sobrevivência Discursiva: Aspectos da Produção, Socialização e Consumo do Jornal Televisivo Brasileiro", Janaína de Oliveira discute questões essenciais à análise do discurso, como os conceitos de gênero, estilo e tipos textuais, baseando-se em Fairclough e em Swales. Após essa discussão e a apresentação de seu corpus de pesquisa (notícias científicas veiculadas no "Jornal Nacional"), a autora aponta algumas características do gênero informação científica em jornal televisivo brasileiro, estando dentre elas o uso de marcadores coesivos explícitos, a alternância entre trechos descritivos e narrativos e o otimismo. A autora enfatiza a questão do entretenimento da audiência do jornal televisivo como fator de sobrevivência discursiva, uma vez que, como pode ser observado no cotidiano, o jornal compete pela atenção do espectador ao mesmo tempo em que o fazem diversas formas discursivas. A autora lembra que a aproximação dos discursos do entretenimento e do jornalismo, observada no gênero do discurso estudado por ela, segue tendências globais.

Durante a leitura dos artigos de Maria Carmen Gomes, Cláudio do Carmo e Janaína de Oliveira, o leitor é convidado à reflexão sobre os fenômenos de apropriação interdiscursiva e intersemiótica, aos quais estamos cotidianamente expostos, muitas vezes sem que tenhamos consciência dos seus propósitos.

No capítulo 7, "A Semiótica Social e a Semiótica do Discurso de Kress", Sônia Pimenta apresenta os fundamentos da Semiótica, ponto de partida da Semiótica Social, para logo em seguida discorrer sobre essa teoria e a Semiótica do Discurso. Neste item, fica clara a intenção da autora de advogar a favor de uma interpretação multimodal dos textos, que de

acordo com os analistas do discurso seguidores de Gunther Kress, devem ser interpretados em conjunto com todos os outros modos semióticos. A Semiótica Social, como fica flagrante no texto de Pimenta, dá primazia ao elemento semiótico, sempre em articulação com as práticas discursivas e sociais, mas também utiliza, à maneira das demais vertentes da ACD, o aparato da Lingüística Sistêmica e muitos conceitos e pontos de vista comuns entre os analistas críticos do discurso. Outro ponto fundamental abordado pela autora em seu artigo é a relação motivada entre significado e significante, posição essa que vai de encontro à de Saussure. Na Semiótica Social, afirma-se que os interesses (o conceito de interesse, aliás, é abordado no artigo, dada a sua importância capital na teoria abordada) do produtor do signo em determinado momento levam a uma relação motivada, não-arbitrária, entre significado e significante. No fim do artigo, a autora usa toda a discussão apresentada como fundamento das suas análises, apresentadas de forma resumida, sobre a interação em sala de aula, tema de sua tese de doutorado.

No último capítulo do livro, Angélica Ruchys e Maria Aparecida de Araújo procedem a um estudo comparativo entre a Análise Crítica do Discurso proposta por Fairclough e a Análise de Discurso de vertente francesa, como proposta por Charaudeau e por Pêcheux. A comparação é feita em termos dos objetivos propostos pelos três teóricos e das suas respectivas noções de sujeito, de discurso e de linguagem. Ao final do artigo, ficam evidentes as muitas semelhanças de percepção e concepção entre os três teóricos, sobretudo no que concerne à concepção do discurso como situado no entrecruzamento entre o lingüístico e o social, como mediador entre o estritamente lingüístico e o estritamente social e ao mesmo tempo, constituinte dessas dimensões. Segundo as autoras, as diferenças fundamentais entre as teorias em foco são de recortes teóricos e esquemas metodológicos, além da concepção de sujeito, a quem Fairclough, ao contrário de Pêcheux e de Chareaudeau, atribui uma possibilidade transformadora, dinâmica, de mudança social. Por fim, Jakobson tem seu mérito reconhecido, quando as autoras lembram seu esquema informacional, questionando se os três teóricos abordados no capítulo não estariam, de maneiras diversas, atualizando esse esquema nos quadros propostos em sua teoria.

Mais uma vez, fica clara a importância inegável de Michael Halliday, Mikhail Bakhtin e seus seguidores para os estudos do discurso. E após a reflexão sobre as questões abordadas no livro, que nos levam a desnaturalizar conceitos e relações que parecem tão naturais, o leitor iniciante nos estudos da relação entre linguagem e sociedade é levado inexoravelmente à pergunta que não quer calar: como eu não pensei nisso antes?

E-mail: izabella.martins@gmail.com

R20 DELTA vol. 22 no.2 São Paulo 2006

RESENHA REVIEW

Resenhado por/ by: Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva

Universidade Federal de Minas Gerais/CNPq

Palavras-chave: leitura; gêneros textuais; ensino de leitura.

Key-words: reading; genre; teaching of reading.

MARI, Hugo; WALTY, I.; VERSIANI, Z. *Ensaios sobre leitura*. Belo Horizonte: PucMinas, 2005. 228 p.

Ensaios sobre leitura é a primeira publicação do CIPEL (Centro Interdisciplinar de Pesquisas em Linguagem) da PUCMG. O novo Centro de Estudos estréia de forma marcante, mostrando não apenas a qualidade de seus trabalhos, mas a interação com outros pesquisadores de instituições brasileiras (UFMG, USP e Unicamp) e também do exterior, com a inclusão da entrevista de Anne-Marie Chartier do Institut National de Recherche Pédagogique (INRP) de Paris.

Os textos foram divididos pelos organizadores em duas partes: "Leitura: condições, fundamentos e ensino" e "Leitura: gêneros textuais e processos de referenciação". No entanto, ao ler os capítulos, percebe-se que a divisão é pouco consistente, pois também encontramos questões de ensino na segunda parte e reflexões sobre gêneros na primeira parte. Ao rotular os trabalhos de forma tão categórica, os organizadores acabam prometendo uma separação entre temas que não acontece na prática, o que de forma alguma invalida a boa qualidade da obra.

Como o leitor é também co-autor, esta resenha não segue a ordem dos ensaios. Afinal, como lembram Mari e Mendes, autores do ensaio "Processos de leitura: fator textual, [E]m toda atividade de compreensão de um texto, o leitor deve transitar entre dois espaços: um que lhe assegura certas liberdades na reconstrução dos fatos textuais; outro que lhe impõe orientações determinantes para o sentido de partes recorrentes em um texto" (p. 157).

Assumindo essa liberdade, recomendo começar a leitura pelo texto de Márcia Abreu, delicioso ensaio sobre a história do livro e da leitura, tendo como foco central os relatos de viagem ao Brasil de Hans Staden. Já o texto de Anne-Marie Chartier poderia tanto ser a segunda ou a última leitura, pois suas reflexões ora funcionam como contraponto e ora como diálogo com os outros textos. Sua leitura dá uma visão abrangente de vários aspectos teóricos e aplicados da pesquisa sobre leitura.

Em minha opinião, o texto mais polêmico é o de Perini - "Pelos caminhos da perplexidade: uma receita para ler sem entender" - que encontra contrapontos não apenas na entrevista de Chartier, mas também em outros ensaios dessa coletânea.

Perini começa seu texto de forma perigosamente generalizante ao afirmar, com letras maiúsculas, que "nossos alunos lêem mal"e acrescenta que "nós professores não lemos tão bem como deveríamos". Atribui essa catástrofe ao não reconhecimento dos gêneros e à ausência de conhecimentos prévios, exemplificando com experimentos de outros autores e do famoso artigo *nonsense* "Transgressing the Boundaries: Toward a Transformative Hermeneutics of Quantum Gravity", de Sokal, aceito para publicação pelos editores do periódico *Social Text* sem se darem conta de que se tratava de uma paródia". Apesar de não duvidar da importância do conhecimento prévio e dos gêneros, acredito que nem Sokal concordaria com a tese extremista de Perini, pois ele próprio reconhece que seu texto só poderia ser lido por especialistas em física quântica e que os editores foram persuadidos pela credibilidade do autor. A respeito do episódio, Sokal (1997) assim se posiciona:

It proves only that the editors of *one* rather marginal journal were derelict in their intellectual duty, by publishing an article on quantum physics that they admit they could not understand, without bothering to get an opinion from anyone knowledgeable in quantum physics, solely because it came from a "conveniently credentialed ally" (as *Social Text* co-editor Bruce Robbins later candidly admitted), flattered the editors' ideological preconceptions, and attacked their "enemies".

Logo, não ter conhecimentos prévios necessários para ler determinados textos não é nenhum pecado do qual os alunos precisam ser salvos, como Perini sugere na página 37.

Chartier, mais otimista que Perini, afirma que "A universidade é ainda um lugar em que se "aprende a ler" em domínios de especialidade e haverá sempre textos que um adulto é incapaz de ler porque são muito difíceis de serem compreendidos sem ajuda" (p.53). Sua afirmação me leva a concluir que não é assintomático que sejam publicados livros para nos ajudar a ler Lacan e James Joyce, por exemplo.

Ao contrário de Perini, que enfatiza a distinção do gênero (literário e informativo) como determinante da estratégia de leitura (p.37-38), Chartier considera o conhecimento prévio como o fator mais importante

para a compreensão de um texto, independente do gênero. Diz ela: "Isso parece evidente quando se trata de um texto científico, mas é também verdade para se ler um romance, um jornal ou uma página de manual" (p.63).

Perini parece ter uma concepção de texto literário entendido como "paisagem mental subjetiva, eivada de intenções estéticas, insinuações vagas, impressões nebulosas" (p.41-42), diferentemente de Paulino e Walty que, apesar de não negarem o fictício e a dissimulação, adotam uma concepção que "não descola a literatura do social" (p.143).

Paulino e Walty, em um texto sólida e logicamente construído, demonstram que o texto literário pode assimilar outros discursos, "mas que se afasta do pragmático, da utilidade imediata, da informação como referencial que se esgota em um dado" (p.144). Elas apresentam vários exemplos de textos que assimilam o texto publicitário e a notícia de jornal, demonstrando que o texto literário "exige que o leitor participe mais da construção de sentidos, com atenção especial ao modo de enunciar ali inscrito" (p. 147).

Perini suspeita de "que os alunos estejam sendo intensivamente treinados na interpretação de textos literários" e afirma ser grande o percentual de gêneros desse domínio nos livros didáticos. No entanto, reconhece que o estudo fica muito concentrado na compreensão literal, no que é, de certa forma, respaldado por Lopes que afirma que "[O] universo literário permite muitas vertentes de sentido e os LDP (livros didáticos de português) balizam em demasia para o evidente, como se estivessem tratando de gêneros puramente informativos".

Chama a atenção o fato de Perini defender que ciência envolve compromisso com fatos observáveis e, no entanto, apresente um "diagnóstico" (p.45) sem o rigor científico que advoga. Seu diagnóstico é feito com um *corpus* datado, composto de livros didáticos de 1992 e 1993 e encontra contraponto no texto de Lopes que analisa livros de 1998 a 2003. Lopes afirma que os livros analisados apresentam "uma seleção diversificada de textos representativos que circulam na sociedade (em relação à autoria e à adequação ao nível dos leitores)". No entanto, a ensaísta, assim como os autores que cita, também critica as práticas didáticas para o desenvolvimento de habilidades de leitura, e como Perini, aposta no papel dos gêneros.

A autora, a partir de uma filiação teórica sólida, na linha de Bronckart, desenvolve seu ensaio apontando as falhas na forma como o texto de Guimarães Rosa é trabalhado nos livros didáticos e apresentando sugestões de atividades mais prazerosas e instigantes. Dentre eles, está a produção de sinopses e resenhas, desde que criadas condições reais de circulação desses textos. Essa sugestão dialoga com Chartier (p.64), que sugere relatos de leitura, e Dell'Isola (p.95), que aposta na paráfrase em seu ensaio intitulado "Ler e parafrasear: do sentido ao texto, do texto ao sentido". Dell'Isola, apoiada na teoria Sentido →Texto, de Zolkovski &

Mel'Èuk, advoga que a paráfrase envolve o estabelecimento de relações semânticas e por isso constitui uma boa estratégia para ler o texto e o mundo.

Maria de Lourdes Matencio, em seu ensaio "A leitura na formação e atuação do professor de Educação Básica", também apresenta sugestões de atividades de letramento, mas de forma interdisciplinar com a história, a matemática e a geografia. Ela afirma que ensinar a ler e escrever não é função exclusiva do professor de português e defende que o professor do ensino básico seja iniciado a teorias sobre leitura.

O ensaio de Fiorin sobre gênero e tipos textuais é outro texto de caráter mais geral. Fiorin subverte o gênero acadêmico e avisa, no pé de página, que optou por não fazer citações bibliográficas para dar fluência ao texto, mas que a bibliografia utilizada estará ao final do texto. Um leitor experiente identifica a definição de gênero de Bakhtin, "organizações relativamente estáveis caracterizadas por uma temática, uma forma composicional e um estilo" (p. 102) e, provavelmente as contribuições mais conhecidas de Bronckart e Marcuschi. No entanto, considero pouco cooperativo com o leitor o não registro dessas vozes que ajudam o autor a tecer seu texto de modo fluente e elucidativo. O leitor corre o risco de assumir como de Fiorin idéias que ele incorpora ao texto sem a devida referência. Afinal, "o leitor precisa distinguir a presença dessa voz do outro marcada no texto" como lembra Campos em seu trabalho "Linguagem, dialogia, gênero e leitura", o que fica dificultado no texto de Fiorin, exatamente pelas ausências dessas marcas que o autor nega ao leitor.

Encerro esta resenha com uma citação de Campos: "...a partir dos fragmentos que indicam um certo fechamento, abre a oportunidade para o trabalho criativo do leitor de DC (discurso científico) uma vez que DV (o divulgador) não diz tudo e nem poderia fazê-lo"(p.134). Foi dessa forma que li os 10 ensaios, pois todos me desafiaram a refletir e a estabelecer um diálogo com minhas leituras anteriores. Considero "Ensaios sobre Leitura" leitura obrigatória para todos aqueles que se interessam pelo tema tanto no viés do ensino quanto no da pesquisa.

Referências Bibliográficas

SOKAL, A. D. What the *Social Text* Affair Does and Does Not Prove. In KOERTGE, N. (Ed.). A House Built on Sand: Exposing Postmodernist Myths about Science, Oxford: Oxford University Press, 1998. Disponível em http://www.physics.nyu.edu/faculty/sokal/noretta.html Acesso em 05/01/2006.

Recebido em março de 2006
Aprovado em maio de 2006

E-mail: vlmop@veramenezes.com